

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

ERVAIS DO BRASIL E ERVATEIROS

12



ORGANIZADO em 1951, o plano de DOCUMENTAÇÃO DA VIDA RURAL tem sua execução a cargo do Serviço de Informação Agrícola, do Ministério da Agricultura.

Destina-se êste plano à elaboração de amplo documentário da vida rural brasileira, no que ela tenha de expressivo e fundamental, abrangendo não somente aspectos gerais de estabelecimentos agropecuários — engenhos, fazendas, garimpos, estâncias, sítios, etc. — como, também, aspectos peculiares de atividades do meio rural — feiras, meios de transporte, habitações, trabalho, etc. — destacando-se, ainda, as manifestações folclóricas ligadas aos respectivos ambientes, tais como danças, festas, cantos de trabalho, etc.

O plano de DOCUMENTAÇÃO DA VIDA RURAL compreende estudos, monografias, filmes e gravações.

**ERVAIS DO BRASIL
E ERVATEIROS**

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

ERVAIS DO BRASIL E ERVATEIROS



DOCUMENTÁRIO DA VIDA RURAL.

N.º 12

BRASIL
RIO DE JANEIRO
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA
1957

Capa e ilustrações de PERCY LAU

Copyright by
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA
Rio de Janeiro — Brasil

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i> — J. A. VIEIRA	VII
Antecedentes	1
I — Intervenção dos Missionários	5
II — Geografia do mate	9
III — Os ensinamentos de BONPLAND	12
IV — Plantação	17
V — As investigações do Prof. COUTY	21
VI — Indústria	31
VII — Iniciativas progressistas	39
VIII — Utilização do mate	44
IX — Mate, fator de povoamento	48
X — O mate e a política	55
XI — Um Estado no Estado	60
XII — Fim do monopólio	67
XIII — Comércio	69
XIV — Consequências sociológicas	77
Referências Bibliográficas	83
Summary	87

A série Documentário da Vida Rural enriquece-se com mais esta monografia, verdadeiro retrato, em corpo inteiro, da erva-mate, estudada desde suas origens e uso entre as populações pré-colombianas do hemisfério sul; o conhecimento que dela tomaram os conquistadores luso-espanhóis e os jesuítas; o combate que lhe foi feito nos primeiros estágios de nossa colonização e dos países da Bacia do Prata.

Partindo dessa análise dos fatos históricos-geográficos, Virgílio Correia Filho, estribado em documentos, ensaios, monografias realizadas por homens de ciência, tais como Aimé Bonpland, Dr. L. Couty e outros, versa, com minúcias características, todos os aspectos do seu tema, especialmente do ponto de vista sociológico e etnográfico.

O autor de Ervais e ervateiros do Brasil dá-nos curiosas informações em referência às perseguições injustificáveis, às ambições comerciais e até políticas, que o mate suscitou, no tempo e no espaço.

Salienta o fato de, até hoje, praticamente, sua cultura não ser feita de modo racional, em maior escala, ficando a erva entregue à própria sorte, salvo em pequenos núcleos, onde já se cuida do mate como de qualquer outra cultura, merecendo os cuidados normais da agricultura.

Com efeito, a indústria do mate, pôsto que ainda se nutra, quase que exclusivamente, da “erva” nativa, que ninguém plantou, vai-se civilizando, isto é, procura a matéria-prima nos vegetais criados sob os cuidados fitotécnicos do homem. Esse, era igualmente, o velho projeto delineado pelo sábio francês Aimé Bonpland, quando escreveu Notes sur l'utilité de cultiver la plante qui fournit le maté, de former des bois de cette même plante et d'améliorer la fabrication de l'herbe.

Antes d'ele, já os jesuítas, nas Missões, tinham iniciado com êxito técnico e comercial a cultura da planta que Montoya, aliás também sacerdote da Companhia de Jesus, havia denominado a “erva do diabo”. Os jesuítas, convém frisar no interesse histórico, não só recomendavam o mate, como ainda, propagavam o seu uso, promovendo-lhe a expansão.

Embora não seja propriamente o seu assunto, Virgílio Correia Filho detém-se, de passagem, no aspecto técnico da cultura, sugerindo inovações na poda da árvore, a fim de evitar o não aproveitamento da árvore por longos anos, até que ela se recupere da mutilação violenta que experimentou. Relata documentadamente o baque sofrido em consequência da falta de padronização industrial e as providências que o governo federal tomou, com a criação do Instituto Na-

cional do Mate, para amparar os engenhos de beneficiamento, que, uma vez falidos, representariam mais um fator negativo, favorável ao êxodo rural, que felizmente para a sociedade brasileira, ainda não é comum nas regiões do sul e sudoeste do Brasil.

Ervais e ervateiros do Brasil sendo, como os demais volumes da Série, um levantamento sobretudo sociológico, estuda a fixação do homem ao solo — um dos problemas cruciais da Administração, através da racionalização do plantio, industrialização e comércio interno e externo da Ilex brasiliensis. Demora-se, aliás, aqui, num capítulo bastante interessante, ao analisar o costume de se tomar a bebida e das vantagens higiênicas que daí resultam para o homem.

Conhecedor profundo das coisas do Brasil e, em especial do nosso meio rural, o Prof. Virgílio Correia Filho, Diretor da Divisão Cultural do Conselho Nacional de Geografia, já contribuiu com obra meritória para esta mesma Série — Fazendas de gado no pantanal matogrossense. Acreditamos que a obra ora apresentada mereça a mesma recepção da anterior, representando outra valiosa contribuição para estudiosos, técnicos e interessados no assunto.

O S.I.A., ao publicar este estudo, o faz em regime de convênio com o Instituto Nacional do Mate, que, por intermédio de seus dirigentes, oferece um valioso subsídio ao estudo do mate no Brasil. Por outro lado, demonstra as vantagens da real interação das repartições oficiais, por um fim, que lhes é precípua — o esclarecimento científico e a maneira prática de aperfeiçoamento intelectual e material dos técnicos e do público em geral.

Rio de Janeiro, abril, 1957.

JOSÉ A. VIEIRA
Diretor do
Serviço de Informação Agrícola



Mais do que o seu consumo por bebedores isolados, que assim se refazem das cansaças do dia, sobreleva o poder associativo da erva, que reforça a amizade dos que se deliciam ao "matear" em companhia amistosa, utilizando a mesma cuia e bombilha.

(Foto I.N.M.).

ANTECEDENTES

A EXEMPLO dos seus patrícios, que aprenderam com os montanhese andinos o uso da coca, eficaz para atenuar a fome e afastar o cansaço, também aos conquistadores do vale platino se deparou desconhecido vegetal, de semelhante qualidade.

Era mais uma dádiva da flora sul-americana, rica em alcalóides, de que se valeriam os invasores. Nas paisagens assenhoreadas pelos guaranis, do Paraguai ao Uruguai, medrava preciosa espécie arbórea, cujas fôlhas forneciam o elemento restaurador de suas forças, além de lhes dissimular a carência de nutrição. *“Los indios silvestres del Mondai y de Maracayu usaban tomar yerba, y de ellos lo aprendieron los españoles”*, informa AZARA. (1)

De princípio, simplesmente mascadas, como a coca serrana, permitiam-lhes, sem fadiga, o desenvolvimento de esforços intensos e demorados, quer nas aventuras guerreiras, quer nas ocupações pacíficas. Alimento de poupança, não tardou em ser aproveitado pelos forasteiros, que se apressaram em ampliar-lhe a utilização, apesar das condenações proferidas pelas autoridades, civis e religiosas.

De HERNANDO ARIAS DE SAAVEDRA, que deixou nomeada de rigoroso executor de ordens régias, ao tempo em que FELIPE III concedia ao pôrto de Buenos Aires permissão para exportar, com as restrições do regime adotado, que o próprio governador não raro ia pessoalmente verificar a bordo, assinalou o P. QUEVARA curioso episódio, que o prende à história lendária do mate. *“Visitó la provincia con singular aceptación, inspirando en los españoles conmiseración con los indios. Navegando al puerto de Buenos Aires, descubrirá en los indios remeros una talega de Yerba del Paraguay, que ellos llaman en su idioma Caa, que se empezó a beneficiar durante su gobierno, y aunque por entonces disimuló, saltando en tierra, quemó en publica plaza la talega, diciendo à los indios: no estrañeis esta demonstración, porque à ella me mueva grande amor que os profeso, pues oigo, me dice presagioso el corazon, que esta yerba será la ruina de nuestra nacion”*. (2)

Todavia, contra os seus atos levantou-se a gritaria dos interessados, a que se referiria, em carta ao rei, escrita em 1618: “Também tenho dado remédio às vexações que sofreram os índios da dita cidade e da província de Guaíra tiran-

do-os de suas terras para colherem a erva que é uma sorte de bebida, de que algumas vezes tenho informado a V. M. que assim colhendo-a como carregando-a às costas de muitas léguas de dentro da terra por caminhos ásperos até à margem do rio, eram tratados com tanta tirania, quanta nunca se tem usado com súditos de V. M. Pois muitos morrem nesta faina, ainda infieis; sendo portanto cousa que merece ser proibida e em particular pelo uso mau desta bebida que faz os homens viciosos e madraços, tenho infligido muitos castigos aos mercadores e pessoas que a venderam, até queimando-lha, executando uma ordenança do licenciado D. FRANCISCO DE ALFARO onde assim ordenou; que os índios mercadores se tinham queixado na audiência da Plata e esta deu providões condenando-me no valor dela. Assim conviria que V. M. enviasse cédula em que se proíba trato tão prejudicial e de tanto dano ainda para quem a toma, fora do estrago da vida é grande o da fazenda que gastam para comprá-la". De forma análoga, o Dr. XARQUE, ao traçar a biografia do Padre F. DIAS TANO, classificou a bebida de invenção do demônio, "usual viciosamente em tôdas aquelas províncias do Peru, que não há casas de espanhóis nem rancho de índios, em que ela não seja pão quotidiano e bebida. E se tem espalhado tanto êste asqueroso sumo que tem chegado à côrte, a muitas cidades da América e da Europa seu conhecimento, uso e costume" (3).

Para MONTÓYA, o "mate era uma erva do diabo, que leva a atos licenciosos e que tem causado inúmeros escândalos no país". Por isso, era "reputado infame quem tomasse esta bebida", que êle jamais provou (4). Mais fortes do que os malefícios que lhe atribuíam, avultariam, entretanto, as vantagens proporcionadas pela sua aplicação. Paradoxalmente, os mais decididos opositores contribuíram, direta ou indiretamente, para que se tornasse conhecida e apreciada a fôlha prestadia. Assim, o govêrno de HERNANDO ARIAS DE SAAVEDRA, que simbôlicamente destruiu pelo fogo a nascente indústria ervateira, consoante o relato do Padre GUEVARA, não logrou impedir-lhe o desenvolvimento em que porfiaram os interessados. Aproveitadores do trabalho dos nativos, em condições estafantes, foram verberados pelo Padre Superior XIMENES, ao pleitear a suspensão de cédulas reais, que permitiam, por volta de 1702, o contrato de "três povos de doutrinas" (ou reduções) para tal fim. "O benefício da erva é um mero vício para dar cabo da natureza humana e parece contravir todo o direito. Que um miserável índio caminhe mais de 600 léguas a pé por pântanos, selvas e rios, que não durma, nem coma para trabalhar em Caracaju. Que deixe sua mulher e filhos sem comida, sem roça e sem vestidos. Que morra como um bruto e sem sacramento, por causa do mesmo trabalho, pelo qual se dá em paga (se ainda se dá) 10 ou 12 varas do pano que durante o ano de trabalho gastam. E tudo isto para que a cidade de Assunção tenha um pouco de erva". Além das longas jornadas, a tarefa derreante. "Com o trabalho de recolher de dia a erva e sapecá-la, e de noite torrâ-la, sem outra comida além das frutas sil-

vestres que casualmente encontravam e isto por 12 a 16 meses contínuos, e depois ainda a viagem de centenas de léguas a pé e sobrecarregados, não admira que morressem pelo caminho”, (5). Ainda descontados os excessos do libelo, restaria a dura realidade, em que penavam os tarefeiros dos ervais, cujo infortúnio D. MANUEL ANTÔNIO, bispo do Paraguai, tentou mitigar, mediante carta ao rei de Espanha, em 1761. “Com esta erva deixam os paraguaios de ser homens, quando outros com ela se fazem homens”. A expressão esclarecer-se-ia em outra ocasião. “A pena de galé com que na Espanha se castigavam os malfeitores, é uma delícia, em comparação com esta faina que torna os infelizes paraguaios ainda mais infelizes do que forçados das galés e os reduz ao número daqueles de quem DAVD disse que não trabalhavam como homens”. Na corvéia sofriam, porque os ervais distavam “mais de 130 léguas de Assunção”, a que se ligavam por estreitos caminhos acivosos, quando não cruzavam terreno apaulado, de tráfego difícil e perigoso. Em consequência, informava o prelado: “É quase comum que, depois de quatro e mais meses de viagem, chega a erva das montanhas à cidade com muita mortandade de mulas e muitos trabalhos e fadigas dos peões”. Anteriormente ao emprêgo de muares nos transportes mais longos, cabia ao índio conduzir as cargas dos ervais, a trôco de exíguas recompensas.

A mais cobiçada seria, porventura, o imoderado uso da erva a que os seus ancestrais os acostumaram. Não admira que os extratores se despicassem da sua desventura com a destruição da árvore dadivosa. Para a utilização eficaz, bastaria a poda dos ramos dotados de suficiente folhagem. O cortador, porém, ansioso de completar a sua tarefa diária, mal pouparia o caule, de que eliminava os galhos que lhe estivessem ao alcance do machete. Depois, ser-lhe-ia fácil, no chão, reduzi-los a pedaços, de que separava as porções úteis, em vez de trepar à copa, elevada a 3 metros e mais do solo. Além de melhor comodidade para o seu trabalho, deixava-se empolgar pelo demônio da vingança. O fadário que o pungia aliviava-se com a ruína da árvore, que não lhe resistia aos golpes aniquiladores. Já que não podia contrariar as causas da própria desdita, contentava-se em provar a sua energia na destruição da planta generosa, em que se vingava do seu sofrimento. Maligno resultado não tardaria a verificar-se. Ao longo do caminho, branqueavam esqueletos humanos, núncios da tragédia em que sucumbiam, de inanição, ou doença fatal, os que mourejavam nos ervais, onde também esmorecia a vida. Homem e planta constituíam o binário, de cujo sacrifício procedia a obtenção da erva, cada vez mais distante. “Conforme BERTONI, foram abandonados por improdutivos no Paraguai ervais que antigamente rendiam até 150 000 arrôbas, por ano” (6).

Fato análogo verificar-se-ia, mais próximamente, em Mato Grosso, a que só na última década do século passado se estendeu a colheita.



I -- INTERVENÇÃO DOS MISSIONÁRIOS

EMBORA tivessem penetrado no Paraguai, desde 1588, quando alcançaram Assunção, a 11 de agosto, (7) os discípulos de LOYOLA sòmente puderam ampliar as suas atividades depois de dois sucessos.

Do revés sofrido por HERNANDARIAS, quando investiu contra os indígenas do Uruguai, que lhe dizimaram a aguerrida infantaria, resultou ordem de FELIPE III para que se lhes confiasse a redução aos missionários. Por sua vez, o Padre CLÁUDIO AQUAVIVA, por bem compreender as dificuldades criadas pela subordinação ao Peru, recomendou ao Padre DIOGO DE TÔRRES, em 1604: "Saiba que depois que V. Revma. partiu daqui, resolvi duas coizas: a primeira fundar no Paraguai uma província independente do Peru, a segunda que V. Revma. execute isso e se ponha esta carga às costas, do que espero há de se servir a Deus Nosso Senhor".

Tão rapidamente foi cumprida a ordem do quinto Geral da Companhia de Jesus, que não tardou em estender-se por dilatada área a ação dos fervorosos catequistas. Organizaram reduções do gentio, de Guaíra a Tapes, rumo do litoral, nas quais instituíram regime eficaz de trabalho, a que não se achavam acostumados os ariscos aborígenes daquelas paragens.

Os produtos provenientes das roças, como também dos ervais, dividiam-se em três quinhões, conforme declaração oficial.

"O 1.º para pagar o tributo ao meu régio erário, no qual tributo se tem a cõngrua com que se sustentam os missionários.

O 2.º serve para ornamentos e manutenções das igrejas.

O 3.º para manter de sustento e vestido as viúvas, os órfãos, os enfermos e estropiados e acudir a qualquer necessidade occorrente".

Assim explicaria FELIPE V as atividades comerciais e industrias dos jesuítas, contra as quais J. BASÍLIO DA GAMA desfechou veementes acusações em seu poema *Uruguai*.

O autor da *Refutação às Calúnias* contra a sua congregação, valeu-se do decreto felipino para justificar o regime adotado pelos missionários, distribuidores de prêmios e castigos, por meio dos quais mantinham a disciplina entre

os seus catecúmenos (8). Aprendiam a cumprir satisfatoriamente as tarefas, que lhes fôsse distribuídas, uma das quais executavam nos ervais, depois que os seus dirigentes se decidiram a explorá-los racionalmente.

Preparavam as folhas colhidas para substituírem as do chá indiano, mediante infusão, que não mais incorreria na increpação de invento da feitiçaria, praticada por algum gênio maligno.

“Há duas variedades, uma com este nome era de palos e a outra que chamam caamini. Ambas são folhas da mesma erva, porém de fabrico diverso. Depois de tostada e moída, tiram-lhes os mínimos pauzinhos. Parece pequena a diferença e não obstante é tanta que os espanhóis não acertam com fabricar a caamini ou de pó; e se tinham procurado contrafazê-la, saía-lhes tão má que era de valor menor que a de palos. Beneficiam a caamini só os índios das Missões da companhia de Jesus, porém com trabalho mui diverso do dos outros índios que servem aos espanhóis, diz LOSANO. Vivem vida folgada, abastecidos de comida e numa estação do ano que não prejudica a saúde. Não eram espreitados continuamente por inspetores que lhes deixam apenas o descanso necessário. Que não lhes era prejudicial este benefício, mostrava a experiência que, enquanto os índios dos espanhóis diminuía cada dia, os das Missões se aumentavam.

Diz o mesmo historiador que caamini era incomparavelmente mais apreciada que a de palos e valia duas ou três vezes mais. Tão apreciada era, diz ainda LOSANO, que os índios guairanás ou seus feitiçeiros, quando usavam a erva-mate em forma de caamini, servia-lhes a erva de oráculo e a sua expressão ou palavra definitiva era: “A erva mo disse”. (9)

Tornou-se bebida apetecida, que os jesuítas não somente recomendavam, apesar das restrições de MONTÓYA, que jamais quis sequer prová-la, como ainda lhe promoviam a expansão do uso pelas regiões distantes.

Para aumentar a produção, conforme as exigências do consumo, não se limitaram a colher nos ervais nativos. Promoveram a cultura das ervaíras, empreendida de maneira sistemática, conforme aconselharam vários religiosos, acordes com o Padre BURGÉS, que recomendou: “convém plantar ervas nos próprios povos ou não longe deles, donde colham abundantemente toda que precisam, de sorte que lhes sobre, porque tendo bastante para beber cada dia, de manhã e à tarde, não se lembram de outra bebida e com isso não há borracheira, como se há experimentado em nossas reduções, onde se lhes reparte em abundância” (10). A bebida já se afigurava convenientemente para evitar a embriaguez, causada pelo álcool, obtido de qualquer modo.

A dificuldade consistiria na germinação da semente, dotada de revestimento coriáceo. Havia mister, ao que se dizia, da intervenção dos pássaros, cujo aparelho digestivo o elimina. Para se aproximarem do processo natural, a lenda

espalhou que os catequistas substituíram as aves frugívoras por seus pupilos, que contribuíam para a propagação das erveiras, cujos frutos comiam com agrado. O certo é que os jesuítas adotaram eficiente processo de plantio, para aumentar os ervais das Missões, e assim conseguiram organizar o comércio do respectivo produto. "A preparação da erva se fazia com esmero, de tal modo que tôda a que procedia das Missões tinha preferência nos mercados de Buenos Aires" (11).

Por mais de um século, mantiveram a sua indústria ervateira, até que, em julho de 1767, o Governador de Buenos Aires, Dr. FRANCISCO BUCARELI, recebeu o decreto de supressão da sociedade de Jesus. Expulsos os jesuítas, desmantelou-se o regime que instituíram nas Missões, onde ninguém mais cuidaria de semelhante plantação. Todavia, a colheita continuou, para atender às solicitações dos consumidores, espalhados até "Potosi, Chile, Peru e Quito", conforme asseverou AZARA (12).

Permaneceu, igualmente, o monopólio, que reverteu para a Coroa, cujos representantes, nomeados para cuidarem da sua administração, mal conseguiram aplicar os ensinamentos legados pelos missionários. Proclamada a Independência do Paraguai, o ditador FRANCA, que empolgou o govêrno, para nêle se manter, de 1815 até sucumbir, em 1840, a 20 de setembro, estabeleceu monopólio estatal do mate.

Regulou a exportação, para o contrôle de preços, que lhe proporcionassem renda suficiente para o custeio das despesas públicas.

Do sistema adotado, resultou a prisão de BONPLAND, argüído de perigoso concorrente, e o fomento da indústria ervateira no sul do Brasil, onde imperava a livre iniciativa, isenta das constrições políticas, que embaraçavam as comunicações do Paraguai com os países vizinhos.



REGIÃO DOS ERVAIS DO BRASIL

abrangendo áreas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso.

II — GEOGRAFIA DO MATE

É DE supor que a propagação do uso do mate ao Brasil se retardasse, em consequência da proibição do comércio direto entre as duas colônias vizinhas, salvo em períodos restritos. Quando, porém, transpôs a fronteira, começou a expandir-se pelo Rio Grande do Sul, a cujo território se anexaram, em 1801, as Missões Orientais do Paraguai, onde se constituíram os Sete Povos, sob a chefia dos discípulos de LOYOLA. Os seus habitantes conheciam de sobejo a bebida a que se achavam azevados, e contribuíram, sem dúvida, para lhe dilatar o consumo. Aliás, na região viçava a planta que SAINT-HILAIRE denominou *Ilex paraguariensis*, para caracterizar, a Ilicinácea, também rotulada de *Ilex paraguayensis*. Lá formaram os jesuítas extensos ervais, de que se utilizavam os indígenas em suas bebidas, com excedentes destinados à exportação.

O meio revelava-se propício à planta, cuja área de ocorrência AZARA assim definiu:

“El arbol que da la llamada yerba del Paraguay se cria en todos los bosques de los rios y arroyos tributários del Paraná y Uruguay, y también en los que vierten en el del Paraguay por la banda del Este desde los veinte y cuatro grados de latitud hacia el Norte.”

Imprecisa para o lado setentrional, que lhe era desconhecido, também falhava a indicação no tocante ao território de Santa Catarina e do Paraná, onde floresceria, com pujança, a indústria ervateira, em latitudes mais altas que a apontada. Acorde com a realidade, o professor JOSÉ VERÍSSIMO traçou expressiva delimitação: “No Brasil sul, aparecem nas serras, como nas vertentes ou encostas, e, ainda, nas planícies e campinas, ou nos campos. Tais bosques naturais surgem nas florestas onde dominam, além dos pinheiros, as essências brasileiras, como a peroba, a imbuia, tapinhões e outras canelas”. Espontam, constituindo a vegetação média, de preferência, em terras do planalto paranaense, de altitude média de 800 a 900 metros, a partir da encosta da serra do Mar, até a descida para o leito do Paraná”. (13) De maneira diferente, depois de ultimar várias excursões por aquelas paragens, resumiu a Professôra DORA ROMARIZ:

“A araucária surge em vários tipos de solo, embora seja bem conhecida a sua preferência pelos sílico-argilosos. Parece portanto estar mais ligada às condições de altitude e consequentemente de clima. Ao que podemos observar, as

araucárias surgem, no Paraná, a partir de 500 metros, aumentando essa quota à medida que se caminha para São Paulo. A mata de araucárias, que ocupa todo o primeiro planalto paranaense, predomina ainda no segundo, com exceção de uma pequena zona do norte, ao pé da escarpa do terceiro planalto e nos vales de alguns grandes rios. Sòmente no terceiro planalto é que vamos encontrar uma equivalência, ou talvez mesmo, uma predominância da mata latifoliada.

“A mata de araucárias, assim denominada por causa da abundância da *Araucaria angustifolia* O. KUNTZE, nunca se apresenta, porém, de maneira inteiramente homogênea. Abaixo das elevadas copas dos pinheiros, entre outros elementos, acham-se freqüentemente associadas a imbuia (*Phoebe porosa*, MEZ) e a erva-mate (*Ilex paraguariensis* — ST. HIL.)”

Medra, pois, esta espécie à sombra do fidalgo pinheiro, que, no Paraná, tanto se desenvolve no planalto cristalino, como igualmente no solo menos rico do segundo, e, mais ao ocidente, no *trapp* do terceiro.

A propósito, ensinou EUZÉBIO DE OLIVEIRA: “o último terraço ocupa mais da metade do território do Estado e é um verdadeiro planalto que com elevação quase uniforme de 1 200 metros na sua margem oriental, se inclina para oeste até ao Rio Paraná”.

“A sua feição topográfica mais saliente é a grande escarpa freqüentemente ponteadada por maciços destacados do cume achatado (mesas, morros de chapéu, cuscuzeiros) com que termina a leste, desde as margens do Rio Grande até ao Rio Grande do Sul. Esta escarpa atravessa em linha sinuosa todo o Estado de São Paulo, constituindo as serras de Itaquiri, Botucatu, Fartura e continua pelo Estado do Paraná, passando em Santo Antônio da Platina e indo formar a serra da Esperança, entre os rios Tibagi e Iguaçu e continuando ao sul dêste pela serra do Espigão, que na altura das cabeceiras do Canoinhas toma o nome de serra Geral”. (15)

Embora coexistam, freqüentemente, não há, todavia, interdependência infalível entre as duas referidas espécies. Nem tôdas as araucárias, em comunidade mais ou menos densas, denunciam a presença do *Ilex*, que, por sua vez, também viça fora do *habitat* das primeiras. Assim, em Mato Grosso, onde a extração da erva começou mais tarde, do rio Ivinheima para a fronteira meridional, quando já prosperava no rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, E. KUHLMANN encontrou-a, em área de vegetação natural, no *caatin*, designação regional de certo tipo de cerrado. (16)

Mais ampla área atribuiu-lhe W. BELLO, em *Exploração do Mate*, ao afirmar: “Habita a região temperada ou semifria, entre 20° e 30° de latitude sul, exclusivamente na América, e quase tôda no Brasil. Aí prefere as altitudes de 500 a 1 000 metros, com exclusão das partes úmidas e dos altos das serras.

No Brasil, seu *habitat* compreende os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, São Paulo, Goiás e Minas, com uma área considerável, que ainda não foi tôda determinada, mas que, só no Estado do Paraná, é de 140 000 quilômetros quadrados.

Esse *habitat* é o mesmo do majestoso pinheiro (*Araucária brasiliensis*), com o qual o mate se entremeia nas belíssimas florestas. A área do mate, porém, ainda é maior do que a dêsse gigante, pois que, partindo do litoral e pela serra do Mar acima, em caminho pelas serras da Graciosa e do Itupava, no Estado do Paraná, ela o precede e também se interna mais no país, indo a Goiás e além da serra do Picu, em Minas, a que se não estende o pinheiro". (17)

A expansão excessiva, conforme tal interpretação, deriva de terminologia defeituosa. "A planta do mate, acrescenta W. BELLO, também é chamada "congonha", especialmente em Minas e São Paulo. Esse nome, porém, se aplica a várias outras espécies de illicináceas, e até de outras famílias vegetais, cujas fôlhas se prestam a ser preparadas do mesmo modo, produzindo a bebida a que chamam chá-de-congonha." Excluído êste sucedâneo, que por vêzes usurpa o nome de mate, que não lhe cabe, ainda sobejará imenso território, em que se multiplicou a planta umbrófila.

Especialmente, na "faixa serrana, compreendida entre os rios Paraguai, Paraná e Uruguai, primitivamente povoada de alta cobertura florística, de formação trapeana, e que em Mato Grosso, pela condição climática, gera o ambiente favorável à produção da melhor erva-mate do país" (18)

Nesse amplo tablado, distendido por matas e cerrados, que amantavam a mesopotômia paraguaio-paranaense, e se dilatavam para leste, a esbarrar na vertente ocidental dos prolongamentos da serra do Mar, encontrariam os povoadores, primeiramente o indígena, depois os forasteiros e seus descendentes, a árvore dadivosa, que exerceria influência poderosa nas atividades humanas e na ocupação de tão ampla região.

Na alimentação, na indústria, no comércio, nos hábitos e costumes, na vida social, de vários modos se lhe evidenciou a ação benfazeja, como também os malefícios, a que daria causa a ânsia de colhê-la a todo o transe.

III – OS ENSINAMENTOS DE BONPLAND

COM a sua responsabilidade de naturalista, que varara grande porção da América, do México, onde a cidade de Tasco ainda conserva carinhosamente a “Casa de Humboldt”, para relemburar impressionante noite de abril de 1803, em que aí pousou o sábio amigo, aos Andes, ao Orenoco, AIMÉ BONPLAND poderia opinar a respeito da erva-mate e sua importância na alimentação humana.

Depois de escrever várias memórias acêrca de temas botânicos e, de colaboração com o seu glorioso parceiro de peregrinações, “*Voyages aux régions équinoxiales du nouveau continent*”, cuja impressão terminou em 1815, faltou-lhe o indispensável apoio financeiro, prejudicado pelos sucessos contemporâneos.

Escolheu, então, a Argentina para cenário de suas investigações, que ia de contínuo dilatando, quanto possível. Empreendeu perلustrar a região pampeana, onde inesperadamente se viu envolvido pela suspiciácia de FRANCIA.

O despótico regime, que impôs ao Paraguai, até o derradeiro dia de vida, trancou as fronteiras, que nenhum forasteiro poderia transpor. Bem o saberia BONPLAND, que por isso precavidamente se contentou em palmilhar território argentino.

Aproximou-se de Itapua, quando ia em maio 1821. Depois de examinar as circunstâncias, preferiu estabelecer-se em Santa Ana, a duas léguas da margem esquerda do Paraná, onde se julgaria fora da jurisdição paraguaia.

Mas, ciente da presença, na região que considerava litigiosa, do naturalista francês, associado a seus inimigos da mesopotâmia, exasperou-se o intratável governante, que decidiu esmagar a nascente colônia.

Por sua ordem inapelável, um contingente de mais de quatrocentos soldados atravessou o rio, pela noite de 28 de dezembro, para assaltar o estabelecimento, que o fogo devorou, depois do aprisionamento de BONPLAND, ferido na cabeça, e dos que não lograram escapar, como ARIPI, em quem se concentrava a sanguissedenta fúria destruidora.

Conduzido para o povoado de Santa Maria, aí se alojou o naturalista em uma propriedade, “*que le fué cedida por el Dictador*”, informou JÚLIO CÉSAR CHAVES.

Percebendo relativa condescendência governativa, pretendeu autorização para continuar as suas excursões botânicas. Ao subdelegado, a quem apresenta a petição para ser devidamente encaminhada, respondeu FRANCIA, raivoso:

"El debe considerarse bien afortunado en no estar en un Calaboso, con una barra de Grillos, pudiendo aun haberle sucedido peor; porque no deve ser considerado como um mero prisionero de Guerra, sino como un asociado faccionário y fomentador de bandidos y salteadores introducidos a robar y apodrase de los Yerbales de la Republica, pensando hacer grandes negocios de Yerba, fiado y atenido en sus confederados los bandidos Ramirez y Aripí, cuya autoridad ha querido simentar, y estender aún en territorio ajeno"....

"El bien sabe como, y a que se introdujo con los bandidos, ladrones, y salteadores a los territorios y Yerbales de la Republica sin licencia de este Gobierno, y yo también lo se según Documentos, que aqui obran a mas de los que se le encuentran". (19)

Impedido de afastar-se da residência, que lhe fôra destinada, não teve conhecimento das intervenções dos governos europeus e americanos, em prol da sua libertação, que BOLIVAR, ardoroso amigo, pretendeu forçar, mediante expedição militar. Nem dos institutos científicos, justamente compadecidos de seu infortúnio.

Com o decorrer dos meses, regulou a sua vida, acorde com as circunstâncias.

Pôsto que desprovido de elementos para mais acuradas pesquisas porfiou em suas indagações a respeito da bebida mais apreciada no país. Para viver, tornou-se agricultor, de algodão, cana-de-açúcar, erva-mate, batatas, laranjas, cuja produção ia semanalmente vender em Itapua.

Criador, possuía rebanho de quatrocentas vacas, bois e cavalos. Industrial, montou alambique de álcool e licores.

Lembrado, porém, de sua profissão, abriu hospital de quatro peças, onde não faltaram doentes, propagandistas da sua fama entre os camponeses, afeiçoados ao sábio mago, que lhes proporcionou "bem estar, progresso e saúde".

Não obstante a sua desdita, acostumara-se às conjunturas, a ponto de escrever a DELILE: *"Estoy tan contento y vigoroso como me habies conocido en Navarra y Malmaison. Aunque no tengo tanto dinero, soy amado y estimado por todo el mundo, lo que es para mi la verdadera riqueza". (20)*

"Mis servicios, acrescentou, em outra passagem, me hicieron amar y buscar por los habitantes, que saludaban con respeto al frances que veian con los pies desnudos, vestido como un criollo con una camisa flotante y con calzoncillos, visitando a los enfermos y llevandoles el coraje de la salud".

Embora surdo aos rogos, que lhe vieram do mundo civilizado, resolveu FRANCIA, depois que desistiram os protetores de BONPLAND da campanha inoperante, libertar o seu afamado prisioneiro, por lhe constar "*que es casado*".

A ordem, porém, ainda custaria a ser cumprida integralmente.

Deixou Santa Maria, mas ficou retido, durante 18 meses, em Itapua, onde teve tempo de iniciar outro estabelecimento agrícola.

Final, ao terminar dezembro de 30, chegou a ordem de libertação, precedida pelo interrogatório a que submeteu o delegado local. "*A qué vino y porque se estableció en Santa Ana? Porque se asoció a los indios? Vino como espia del gobierno francés? Era emisario de Buenos Aires?*" (21):

Nos quesitos espelhava-se a suspeita ditatorial, de ser perigoso espião, além de concorrente capaz de prejudicar o monopólio ervateiro.

A 8 de fevereiro de 31, triste cena de despedidas, quando BONPLAND abraçou o delegado ORTILLADO, seu guarda em Santa Maria, provocou o choro de ambos, acompanhados pelos assistentes, que se viram órfãos do seu benfeitor.

Transpondo o Paraná, julgou-se livre, para voltar à Argentina, onde lhe aprazia empreender excursões para aumento de suas coleções botânicas.

Teve ensejo de palmilhar vários municípios ervateiros, que o habilitaram a fornecer esclarecedoras informações, constantes de precioso manuscrito.

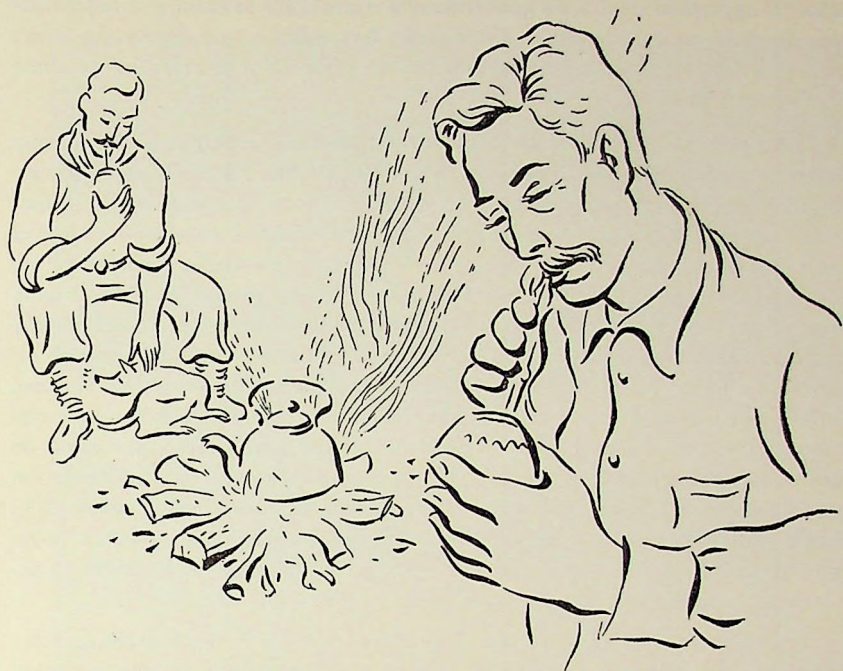
Achava-se, então, em Pôrto Alegre, onde redigiu as "*Notes sur l'utilité de cultiver la plante qui fournit le maté, de former des bois de cette même plante et d'améliorer la fabrication de l'herbe*". (22)

Começa por apontar a área de ocorrência. "*Dans toute la vaste étendue de l'Amérique on a seulement découvert la plante précieuse qui fournit le maté sur trois points; savoir dans le Paraguay, dans la province de Corrientes et dans l'immense Empire du Brésil. La Géographie de cette plante est tellement exacte qu'on pourrait hardiment indiquer les lieux où on doit en rencontrer*".

Atribui aos guaranis o conhecimento da erva, que ensinaram os espanhóis a usar. "*On doit donc regarder le Paraguay comme le berceau du maté, de même que la Chine est celui du thé*".

De passagem, observa a persistência de processos primitivos de fabricação que, em três séculos, não admitiram nenhum melhoramento. "*Les espagnols et les portugais ont suivi aveuglement la routine des indigènes du Paraguay*".

Apenas se registrou algum progresso no tocante à cultura, que os jesuítas iniciaram com êxito, sem cuidarem, todavia, do preparo das folhas, em que não houve alteração alguma. Todavia, obtiveram três vantagens apreciáveis; plantações em cada missão "*à l'est de l'Uruguay, dans l'entre-rios et à l'occident du Parana*".



A primeira consistia em colhêr a melhor fôlha, que deve estar em perfeito grau de maturidade, para se transformar em produto agradável. A concorrência de outras espécies, nos ervais naturais, nem sempre lhe proporciona suficiente dose de luz solar de que há mister para sua fotoquímica, geradora de princípios, que lhe caracterizam o sabor. É de ordem econômica a segunda, por permitir o barateamento do artigo, e também a terceira, quando se considera a possibilidade de ampliar facilmente a produção, dependente apenas do aumento do número das erveiras, que deviam ser podadas com o intervalo nunca menor de um triênio. Pelos processos costumeiros, a melhor erva provinha do Paraguai, que era inferior a de Corrientes. *“Enfin l’herbe fabriquée dans le Brésil est la moins estimée de toutes et portée sur les marchés elle a la plus faible valeur”*, em consequência, da mistura com espécies condenadas, além da falta de esmero na fabricação. Entretanto, refletia, *“aujourd’hui le Brésil se trouve dans une position tellement avantageuse qu’il pourrait fabriquer les herbes au moins égales à celles du Paraguay”*. Fazia-se mister, de princípio, conter a dendroclastia dos cortadores, pois que *“par leur manière de travailler ils ont détruit presque complètement d’immenses forêts de maté et par conséquence éloignés les points de fabrication”*. Urgia primeiramente refazer os ervais, ou criar novos, tarefa de que não poderiam cuidar os particulares, por lhes exceder a capacidade de

ação. *“Il appartient donc à un gouvernement d'améliorer la culture et la fabrication du maté ou à des sociétés. Cette tâche honorable est au dessus des forces d'un individu, quoique cependant on puisse affirmer d'obtenir des produits dès la première année”*.

Dois processos poderiam ser adotados, ou mediante a plantação em terreno limpo ou pelo aproveitamento da mata onde medrasse a espécie preferida, associada a outros vegetais, que deveriam ser eliminados e substituídos por mudas, simetricamente dispostas. *“Aujourd'hui j'aime à m'arrêter à ce second moyen et nulle lieu ne me parait plus propre que la nouvelle picada, qui va établir un passage facile entre la ville de rio Pardo et les départements de Passo-Fundo et de Cruz-Alta”*. E especificava, como quem conhecia a região: *“Cette picada ouverte entre le rio Pardo et le rio Taquari offre un espace de six lieux plus ou moins dans lequel les plantes les plus communes sont les Pinheiros, les Taruma, l'arbole qui fournit le maté et la guabiroba des Brésiliens (guavira puyta des guaranys), cette dernière plante est de la plus haute importance”*, por causa de *“son odeur aromatique et agréable”*, que melhora o mate, quando utilizado em sua fabricação. Preconizava, então, a formação de um estabelecimento modelo, para o cultivo da erva e da guabiroba, o ensino do método regional de poda, *“plus productive parce que le système employé jusqu'ici est destructeur et entièrement contraire aux lois justement établies d'une bonne culture”*.

Se lhe aceitassem as sugestões, dispunha-se a entrar em minúcias, que facilitassem a organização da empresa, cuja área deveria abranger quatro léguas quadradas, sendo duas do lado do Taquari, e duas do rio Pardo. Completar-se-ia o plano de melhoria da produção do mate, desde o plantio ao beneficiamento final, com a proibição, que deveria impedir a destruição dos ervais encontrados, porventura, pelos novos proprietários das glebas recém-distribuídas. Caso fossem ouvidos os conselhos do naturalista, que ingressara nos anais científicos, em companhia de HUMBOLDT, seu amigo, teria a indústria ervateira adotado processos racionais no Rio Grande do Sul, cujo exemplo seria imitado pelas regiões vizinhas.



Aos conquistadores do vale platino se deparou desconhecido vegetal... Era mais uma dádiva da flora sul-americana.

IV — PLANTAÇÃO

A TENUANDO as condenações com que muitos dos seus parceiros fulminavam o uso da erva, considerada perigosa, os jesuítas compreenderam as vantagens que lhes poderiam proporcionar os ervais, se plantados nas proximidades dos povoados, onde seria mais fácil a extração. E nas Missões, cujo govêrno lhes coube, cuidaram, sem perda de tempo, de ensaiar processo eficaz de propagação da árvore, de que não podiam privar-se os nativos. Em pouco, venciam as dificuldades que retardam a germinação das sementes e iniciaram a formação de ervais plantados, em glebas escolhidas.

Engendraram meios de fazê-las germinar, à imitação do processo natural, que se opera através dos órgãos digestivos de certas aves, às quais servem de alimento predileto. A propósito, assinalou o Dr. L. COURT.

“Ces faits, du reste, concordent parfaitement avec ce que l'on sait des anciennes pratiques des jésuites au Paraguay; ces industriels, pour faire leurs plantations, se servaient en effet de graines qui avaient été avalées, puis rendues, par leurs esclaves indiens, et aussi, modifiées dans l'estomac et les intestins” (23).

Será um tanto exagerado considerar os indígenas das Missões como escravos dos padres, que dirigiam as tribos confiadas à sua chefia. Impunham-lhes, sem dúvida, rigorosa disciplina, mantida, não raro, por meio de castigos corporais. Eram, porém, muito mais livres do que os nativos contratados pelos leigos para a extração da erva. E dispunham de melhor alimentação e moradia do que os irmãos, forçados a penoso regime de trabalho intensivo, que realizavam a mais de cem léguas de distância dos seus lares. Consolidou-se eficaz sistema agrícola, desde a escolha do terreno, mais próximo possível dos povoados, até a fase final de tratamento da colheita obtida, sem maiores sacrifícios. Após a expulsão da Companhia, os sucessores não cuidaram de ampliar a área cultivada, que, ao revés, se foi gradativamente reduzindo, pois que não eram substituídas as árvores mortas. Esqueceram-se-lhes os ensinamentos.

E quando se tentaram novas plantações, malograram os ensaios empreendidos por mais de um industrial, como assinalou COURT.

A Argentina, porém, deu convincente exemplo com a plantação na região, onde os jesuítas tinham provado outrora a exequibilidade do plano de formação de ervais, desde que se lhes applicasse apropriada técnica agrícola. Estimulados

pelo êxito dos agrônomos platinos, os especialistas brasileiros retomaram o exame do problema, que lhe foi proposto. Os resultados colhidos espelham-se na *Cultura e Preparo da Erva-Mate*, (24) monografia de JOÃO CÂNDIDO FERREIRA FILHO, premiada pelo Ministério da Agricultura, em 1945.

Depois de descrever a árvore da família aquifoliácea, genero *Ilex*, que “não raro atinge 10 metros de altura”, minudenciou-lhe as fases de desenvolvimento. “Como tôdas as plantas, a erva-mate adulta, ao percorrer o ciclo vegetativo anual, passa por um certo número de fases, cada uma das quais apresenta exigências particulares em relação aos fatores climáticos”. Transposto o período de “relativo repouso invernal (relativo, porque as plantas não perdem as fôlhas)”, florescem na primavera, “geralmente em outubro”.

À entrada do verão, alcançam as bagas o seu máximo volume, ainda verdes. Só amadurecem, porém, de fevereiro a março, quando adquirem “coloração roxo-avermelhada”, indício de completa maturidade. À aproximação do inverno, a planta diminui a sua vida vegetativa e as fôlhas amadurecem, “isto é, ficam em condições de ser colhidas”. Observações durante o decênio principiado em 1921, em região “onde o mate cresce espontâneamente”, indicam ser-lhe favorável a média termométrica entre 15° e 17°, que se eleva, até 21°, nas regiões altas da zona subtropical, e precipitação de 1 200 a 1 500 milímetros.

Quanto aos solos, são preferidos “os bem providos de umidade, que se encontram nas proximidades dos córregos e das sangas”, e evitadas “as várzeas muito úmidas”. Tanto medra nos massapês, como igualmente nas terras arenosas. “Entretanto, o mate, como acontece com as plantas cultivadas em geral, prefere as terras francas, isto é, aquelas que se mostram equilibradas em seus elementos físicos: areia, argila e humo”. Além disso, “a par de uma composição balanceada, (areia, argila, e humo) é indispensável ainda que o solo apresente profundidade conveniente, a fim de favorecer o desenvolvimento radicular da planta”. Em condições favoráveis, seria possível a cultura, nas bases que indicou.

“A propagação da erva-mate é feita por sementes e não por estacas, como alguns preconizam. Os frutos devem ser colhidos de árvores já formadas, livres de moléstias e, se possível, de erveiras grandemente produtivas, isto é, de grande rendimento em fôlhas.

“A disseminação natural, e conseqüente formação de ervais ou manchas de erva, é obra dos pássaros, que procuram com avidez seus frutinheiros maduros.

“A germinação das sementes, que antigamente constituía o maior obstáculo à cultura sistemática da erva-mate, é hoje facilmente conseguida aplicando-se o processo de estratificação. No início do outono, os frutos já se mostram bem maduros e podem, então, ser colhidos; é necessário escolher somente os que apresentam coloração violácea, deixando os verdoengos para serem apanhados mais tarde. As bagas que não se mostrarem bem sazoadas devem ser conserva-

das alguns dias em local arejado, a fim de amadurecerem completamente. Os frutos maduros são esmagados contra uma peneira e colocados dentro d'água, para que a polpa glutinosa sofra ligeira fermentação.

Poucos dias depois os grãos tornam-se livres e podem ser facilmente separados.

Depois de secas à sombra, as sementes ficam prontas para a estratificação, tratamento êsse que permite amolecer o tegumento duro do grão, resultando daí a sua fácil germinação”.

Depois dos cuidados que exige a operação, durante a qual as sementes, em camadas alternadas com terra fina, dentro de apropriado recipiente, permanecem enterradas por seis meses, em local sombreado, a fim de amolecer o episperma, é retirada a lata e peneirado o seu conteúdo, a fim de separá-los de novo. Em terra silico-humosa bem nivelada, espalham-se então, a granel as sementes, que são cobertas com “delgada camada de terra fina peneirada”. “Cêrca de um mês depois da sementeira, aparecem as plantinhas”, que, ao “atingirem 6 a 8 centímetros, serão transplantadas para jacâzinhos ou para viveiros”.

Neste caso, “exigem maiores cuidados por ocasião da transplantação. Antes de tudo, é conveniente seja escolhido um dia encoberto ou mesmo chuvoso, para iniciar os trabalhos”. O arrancamento das mudas constitui operação delicada, que deve ser feita com a devida cautela, a fim de evitar mutilações nas suas raízes; é por isso que se deve dar preferência às mudas de torrão, isto é, aquelas que são acompanhadas de terra aderente às raízes.

A época da plantação definitiva também influi no bom êxito da operação. Na zona de erva-mate, onde as chuvas caem em tôdas as estações do ano, a plantação definitiva deve ser feita no período de repouso vegetativo, isto é, durante o inverno, preferindo-se o fim desta estação, na época em que os lavradores transplantam as árvores frutíferas. É provável que para as zonas de inverno de fraca precipitação pluvial, a transplantação definitiva seja melhor durante o outono ou no início da primavera; só assim não faltará a umidade necessária ao perfeito pegamento das plantas. No caso de mudas criadas em jacâzinhos, a transplantação para o local definitivo pode ser feita em qualquer tempo”.

A mudança definitiva, quando atingem a altura de 50 a 60 centímetros, “pode ser feita: 1.º em terras de matas ou capoeiras; 2.º em solo limpo de vegetação alta; 3.º nos próprios ervais nativos, sendo então preenchidos os grandes claros existentes”. No tocante ao primeiro caso, frisa o autor: “a erva-mate é considerada planta umbrófila”, porque “prefere a sombra não muito densa das árvores de porte elevado”. Todavia, acrescentou: “pode viver sem proteção, pois é assim que ela se encontra nos extensos ervais cultivados de Misiones (Argentina)”.

Não obstante, a “sombra densa não é desejável, porque as mudas crescem muito em altura sem a rjeza necessária”. Desde que não lhes faltem os devidos cuidados culturais, “as erveiras crescem rapidamente nas terras apropriadas, de modo que 3 a 4 anos após a transplantação definitiva, elas já podem ser colhidas pela primeira vez. Nas terras pouco férteis, o crescimento é mais lento, por isso só no 5.º ou no 6.º ano, depois de instalado o erval, é que poderá ser feito o primeiro corte”.

Ao examinar a *Vegetação de Mato Grosso, seus Reflexos na Economia do Estado*, EDGAR KUHLMANN, geógrafo, em excursão empreendida pelo C.N.G., distinguiu três grandes zonas climáticas, de que resultam diferenças acentuadas na vegetação. (25)

A êste respeito, dois grandes tipos “cobrem a maior parte de território mato-grossense: o cerrado e a mata latifoliada”, que abrange a “equatorial, a tropical e a subtropical”.

Depois de descrever a primeira, esclarece o autor:

“Dá-se no sul de Mato Grosso a transição de clima tropical para o subtropical. Esta mudança climática reflete-se na estrutura e, principalmente, na composição florística da mata latifoliada”.

“Conquanto pareça a erva-mate (*Ilex paraguarienses*) planta característica da floresta latifoliada subtropical, julgamos prudente não estabelecer ainda divisões entre os tipos tropical e subtropical, em Mato Grosso”.

Em contraste com a ocorrência da outra banda, “no rio Paraná, em território mato-grossense, a mata é estreita, enquanto no território paulista e paranaense, ela se estende para leste, atingindo o Atlântico.

“A mata de Dourados ocupa a parte mais setentrional da grande área florestal do sul de Mato Grosso, que vai, com interrupções de campos limpos e cerrados, do rio Dourados para o sul, prolongando-se pelo território paraguaio”.

“Em zona da erva-mate, acrescentou, na propriedade da Companhia Mate Laranjeira, tive oportunidade de observar a mata latifoliada, já bastante alterada pela exploração da preciosa aquifoliácea. Grandes áreas florestais foram destruídas para a cultura de *Ilex*, sendo que a ocorrência dêste, em áreas, de vegetação natural, só foi verificada num trecho do cerrado (caatin)”.

Assim é que se pratica, em Mato Grosso, a plantação das erveiras, em propriedades particulares, para substituírem as que foram destruídas, pelo corte devastador, no período de arrendamento, ou para criar novos ervais, onde outrora se dispersavam, espaçadas entre si, dificultando a respectiva exploração.

V — AS INVESTIGAÇÕES DO PROF. COUTY

EMPÍRICAMENTE continuava a indústria ervateira, sem maiores alterações nos processos aprendidos com os guaranis, quando o governo brasileiro decidiu confiar-lhe o estudo a douto pesquisador.

A transformação da Escola Central em Politécnica, pelo Decreto n.º 5 600 de 25 de abril de 1874, coube ao VISCONDE DO RIO BRANCO empreender, como seu diretor, nomeado a 13 de setembro de 75 e empossado a 11 do mês seguinte. No programa então formulado, entrou uma cadeira, considerada “criação de iniciativa brasileira”, a biologia industrial. Para ensiná-la, foi contratado, a 23 de março de 75, o Dr. CLEMENTE JOBERT, que desistiu das vantagens ajustadas, antes que decorresse o primeiro biênio.

Enquanto não lhe vinha novo substituto, incumbiu-se o Professor de Zoologia, Dr. JOAQUIM MURTINHO, da regência da cadeira, em que deixou a marca do seu saber em ciências naturais. Não poderia manter, porém, indefinidamente a acumulação, que cessou com a chegada do Dr. LOUIS COUTY, precedido por luminosa nomeada.

Nascido a 13 de janeiro de 1854, em Nantiat, perto da cidade de Limoges, como apurou o VISCONDE DE TAUNAY, ao delinear-lhe o perfil de sábio, emudecido em plena pujança intelectual, a 22 de novembro de 1884, era professor adjunto na Faculdade de Medicina de Paris, que lhe conferira o diploma de doutor, quando o surpreendeu, em 1878, o convite do governo brasileiro para a cátedra vaga pela renúncia do primeiro contratado.

Começou a lecionar na Escola Politécnica, e ao mesmo tempo dirigia o gabinete de pesquisas fisiológicas no Museu Nacional. As atividades a que se entregou arduamente logo se evidenciaram nos escritos, que a Sociedade de Biologia de Paris, a Academia de Ciências de Paris e associações congêneres acolheram em seus boletins e anais, por lhe aquilatarem a valia. Resultavam, as mais das vezes, de experiências de intuítos puramente teóricos, com as quais se alternavam as de alcance prático.

Para amostra de quanto poderia ser útil o seu ensino de biologia industrial, enviou aos colegas de França, que a publicaram, a memória referente à *Ação fisiológica do mate*. Em seguida, examinou o café por vários aspectos, explanados em *Relatório sobre uma primeira excursão à zona cafeeira de São Paulo* (1870),

Não obstante, a “sombra densa não é desejável, porque as mudas crescem muito em altura sem a rijeza necessária”. Desde que não lhes faltem os devidos cuidados culturais, “as erveiras crescem rapidamente nas terras apropriadas, de modo que 3 a 4 anos após a transplantação definitiva, elas já podem ser colhidas pela primeira vez. Nas terras pouco férteis, o crescimento é mais lento, por isso só no 5.º ou no 6.º ano, depois de instalado o erval, é que poderá ser feito o primeiro corte”.

Ao examinar a *Vegetação de Mato Grosso, seus Reflexos na Economia do Estado*, EDGAR KUHLMANN, geógrafo, em excursão empreendida pelo C.N.G., distinguiu três grandes zonas climáticas, de que resultam diferenças acentuadas na vegetação. (25)

A este respeito, dois grandes tipos “cobrem a maior parte de território mato-grossense: o cerrado e a mata latifoliada”, que abrange a “equatorial, a tropical e a subtropical”.

Depois de descrever a primeira, esclarece o autor:

“Dá-se no sul de Mato Grosso a transição de clima tropical para o subtropical. Esta mudança climática reflete-se na estrutura e, principalmente, na composição florística da mata latifoliada”.

“Conquanto pareça a erva-mate (*Ilex paraguarienses*) planta característica da floresta latifoliada subtropical, julgamos prudente não estabelecer ainda divisões entre os tipos tropical e subtropical, em Mato Grosso”.

Em contraste com a ocorrência da outra banda, “no rio Paraná, em território mato-grossense, a mata é estreita, enquanto no território paulista e paranaense, ela se estende para leste, atingindo o Atlântico.

“A mata de Dourados ocupa a parte mais setentrional da grande área florestal do sul de Mato Grosso, que vai, com interrupções de campos limpos e cerrados, do rio Dourados para o sul, prolongando-se pelo território paraguaio”.

“Em zona da erva-mate, acrescentou, na propriedade da Companhia Mate Laranjeira, tive oportunidade de observar a mata latifoliada, já bastante alterada pela exploração da preciosa aquifoliácea. Grandes áreas florestais foram destruídas para a cultura de *Ilex*, sendo que a ocorrência dêste, em áreas, de vegetação natural, só foi verificada num trecho do cerrado (caatin)”.

Assim é que se pratica, em Mato Grosso, a plantação das erveiras, em propriedades particulares, para substituírem as que foram destruídas, pelo corte devastador, no período de arrendamento, ou para criar novos ervais, onde outrora se dispersavam, espaçadas entre si, dificultando a respectiva exploração.

prêgo desta última, em casos especiais. Notou a diferença entre as árvores que, ainda próximas umas das outras, patenteavam tonalidade diversa, desde o verde-amarelo, ao verde-escuro, sem causa aparente que justificasse a coloração variada. Afigurava-se, aliás, de significação diminuta na preparação ulterior, que mais dependeria de outros característicos.

Maior atenção prestavam os práticos ao tamanho e espessura das fôlhas, dependente da idade e corte da respectiva árvore, pois que *"un ilex végétant bien, dans un bon terrain, déjà vieux, et coupé plusieurs fois, donnerait des feuilles meilleurs, plus épaisses, et plus petites"*. De igual modo influiria a idade, uma vez que o vegetal, antes de alcançar o necessário desenvolvimento, sòmente poderia fornecer bebida insuportável. Observação interessante registrou o Dr. COUTY, ao frisar que *"la qualité du maté et sa valeur alibile augmentent avec la distance entre la mer et le lieu d'origine"*.

Tal fenômeno verifica-se no Paraná, onde o mate de Guarapava, Palmas e Ponta Grossa, superava em gôsto o de S. José dos Pinhais e zonas vizinhas. Também no Rio Grande, o afastamento do litoral coincidia com a superioridade da produção.

Palmeira, Cruz Alta, Passo Fundo contribuíam com artigo mais apreciado que o de Taquara.

A respeito de Santa Catarina, o Dr. COUTY ouviu de negociantes de Montevideu e Buenos Aires que a melhoria do mate, importado dessa Província, explicava-se pelo fato de se distanciar cada vez mais, pela hinterlândia a dentro, a fonte de matérias-primas.

Ainda poderia o arguto pesquisador acrescentar o exemplo, ignorado na época, de Mato Grosso, cuja erva cancheada, dirigida para Buenos Aires, se misturava com as contribuições de outras procedências, para lhes aumentar o teor de alcalóide e tornar mais apetecida a mistura. Conheceu, todavia, a do Paraguai, que adquiria fama, entre os conhecedores. Examinou as fôlhas, que lhe chegaram ao alcance. Não eram *"ni plus épaisses ni plus riches en glandes, ni plus vertes que celles du plateau du Paraná. Elles étaient, il est vrai, assez souvent plus aromatiques"*. Atribuiu a superioridade ao processo de preparação, adotado nos ervais paraguaios, pois que não lobrigou satisfatoriamente explicação da diferença. Era uma questão que merecia análise ulterior.

No tocante à multiplicação das ervaíras, assinalou o malogro das tentativas de seu cultivo em condições diversas. E lembrou, de passagem: *"Ces faits, du reste, concordent parfaitement avec ce que l'on sait des anciennes pratiques des Jésuites au Paraguay: ces industriels, pour faire leurs plantations, se servaient en effet de graines qui avaient été avalées, puis rendues, par leurs esclaves indiens."*



et, ainsi modifiées dans l'estomac et les intestins". Ao explicar, pela dificuldade de germinação e crescimento, a formação de ervais, cotejou-os com os cafêzais, que lhe eram assaz conhecidos.

Ao contrário dos cafeeiros que, nas províncias do Rio e de São Paulo, ainda que vigorosos, perecem ao fim de breve prazo, após a paralização dos cuidados do lavrador, por incapazes de vencer a competição com as plantas silvestres, na luta pela vida, "*Ilex paraguayensis, au sud du Brésil comme au Paraguay, naît, vit et se développe sans l'intervention de l'homme*". Era, sem dúvida, vegetal dotado de resistência para suplantar a concorrência de outras espécies, mas lhe faziam bem os auxílios que lhes prestassem os interessados em aumentar-lhe o rendimento.

Assinalou os exemplos de ervais tratados, extremes de outras plantas, sistematicamente destruídas, para que não os prejudicassem: "*Tous les arbres et les arbustes intermédiaires avaient été coupés*", conforme observou o douto viajante em várias propriedades de Campo Largo, da Lapa, e outras paragens, inclusive no Rio Grande.

No tocante às conseqüências, não duvidou ser acertada a medida, que lo-grava, pelo simples fato de roçar ao redor da ervaíra, duplicar, e até por vèzes, triplicar a colheita, consoante lhe afirmaram alguns proprietários.

Refletia, não obstante, que não se devia exagerar demasiado a vantagem de tal processo, ainda dependente de homologação cabal. Eram diminutos os ervais tratados, em comparação com a zona de extração. De mais a mais, *“les meilleurs maté actuels du Paraná, concluia, sont fournis par une région, celle de Guara-puava, où tout est laissé aux conditions naturelles”*. De igual modo, o melhor artigo paraguaio provinha de rincões distantes, onde não haveria ensaio algum de cultura.

À vista de tais resultados, afigurou-se-lhes inútil, além de dispendiosa, qualquer tentativa de plantação de ilex. Bastava a extração imediata, a que se franqueavam os ervais nativos, resistentes às pragas que danificavam as outras espécies cultivadas. Mas se era dispensável a faina agrícola, encarecedora da colheita, qual a razão da inferior cotação da erva-mate nos mercados europeus?

“Il faut avouer que malheureusement, jusqu'à ces dernières années, refletiu, a propósito, la production du maté, si favorisée par les conditions de végétation, était restée très-inférieure en ce qui regarde la préparation dernière et la main



d'œuvre industrielle". Examinou, então, as fases sucessivas do tratamento a que eram submetidas as colheitas.

Realiza-se a primeira série de operações no próprio local da extração, donde a erva é transportada, pelos tropeiros, aos engenhos, que a preparam para o consumo. Não se esmeravam os trabalhadores no tratamento da erva colhida, que urgia submeter à secagem, pelo sapêco inicial, seguido, sem perda de tempo, do carijo, em que seria desaconselhável o emprêgo de lenha fumacenta.

O transporte demorado, em distâncias alongadas, contribuía para deteriorar o produto, que muitas vêzes não mais podia ser melhorado na fase inicial, efetuada nos engenhos, dezenove dos quais o Dr. COURT examinou, para lhes apontar as vantagens, ou defeitos de funcionamento.

Pelo que viu no Paraná, inferiu o que se verificava em Santa Catarina, pela analogia dos produtos e informações de conhecedores fidedignos da região.

Mas percorreu boa porção do território rio-grandense, onde se lhe deparou menos desenvolvida a indústria ervateira. Por fim, a do Paraguai, embora apresentasse artigo de excelente qualidade, pelo gosto, aroma e côr, excluía a fase final, relativa ao uso de secador, que dispensava.

De quanto observou, concluiu que se tornavam urgentes algumas providências, que lhe melhorassem a produção no Brasil, com o objetivo de "*rendre possible l'exploration du maté et l'usage en Europe de cette substance*". Especificou-as, em seguida.

Primeiramente, a "*nécessité d'une meilleure préparation*".

É a exigência básica, decorrente das preferências da clientela, acostumada ao chá e ao café, de aparência regular e perfeita. Transcreveu, a propósito, a opinião de conhecido comissário francês, especializado no ramo de substâncias alimentícias e farmacêuticas, a quem recorrera. "*Il faudrait dans les cas que le maté soit tout autrement préparé; ici, vous le savez, on aime à avoir des produits bien propres et soignés; il repugne de prendre une consommation où il y a à boire et à manger. Il faudrait que l'on ne nous envoie que les feuilles à peu près entières sans pousses ni menus, et surtout sans les grosses tiges qui s'y trouvent: reste à savoir si cela est possible*". Enquanto não se modificasse o processo de preparar a erva, seria inútil qualquer tentativa de angariar freguesia europeia.

Os industriais, todavia, poderiam alinhar algumas atenuantes a seu favor. Sabiam que as folhas, reduzidas a pedacinhos, tornavam-se mais aromáticas e mais agradáveis, tanto ao paladar como ao olfato, além de resistirem mais eficazmente à umidade. Citou, de passagem, o fato de conservarem o seu aroma depois da pacificação. Tal resultado concordava com outras observações, consoamente acondicionado.

Ao revés, as folhas inteiras, ou partidas em porções grandes, em vez de adquirir vantagens, quanto ao aroma, alteram-se mais facilmente. Mas, se convém a segmentação das folhas, não se conclui que se recomenda igualmente a dos ramos, para a mistura impugnada pelos clientes europeus. Entretanto, assinalou a justificativa da manutenção do processo existente, acorde com a utilização a que se destina.

Minudenciou a maneira usada pelos que se acostumaram a tomar a infusão na “cuia”, “*petit vase arrondi à goulot étroit, en bois ou en métal*”, donde é aspirada por meio de “bombilha”, “*tume terminé en boule percée de trous, à la mode d'un écumoire*”. Para que o conjunto funcione a contento, convém que ao pó se ajuntem fragmentos de ramos, como ocorre na erva cancheada. Formam “*autour de la boule de la bombilha une sorte de charpente*”, que por um lado facilita a penetração da água quente, e por outro retém, em grande parte, o pó que tenderia a ser aspirado pelo tubo, causando-lhe o entupimento. As pessoas acostumadas a sorver o mate por este processo, recusariam a modificação do tipo usual.

Por isso, recomendável seria a especialização industrial, conforme as preferências dos consumidores. Erva misturada com pauzinhos, para o mercado platino, e constituída apenas de folhas para a Europa.

Para aperfeiçoar a preparação, preliminarmente admitiu que o mate, para melhor conservação, deve ser dessecado, e, que a sua fragmentação lhe aumenta o aroma. Ainda mais, preparado com rapidez, é superior ao que se armazena demoradamente nos ‘carijos’.

Relembrou as três sucessivas operações a que era submetida a erva, desde o sapêco até o secador. Pretendeu reduzi-las a uma só, mas a experiência evidenciou-lhe a dificuldade, devida à composição química de folhas, que, ao atravessarem, ainda verdes, o cilindro aquecido, saíam de tom amarelo-escuro. Repetido o ato, por três a quatro vezes, enegreciam completamente.

Explicou o fenômeno pela presença de resinas, que sofrem alteração diferente, ao calor forte das chamas na sapecagem. Volatilizam-se, em parte, produzindo gases, causadores da crepitação. Solidificam-se, coagulam-se também, e suportam ulteriormente calor mais brando, sem se liquifazerem, como aconteceu na malograda experiência, em que infiltraram por imbibição nos elementos vizinhos, empretecendo-os. Concluiu, então, “*il sera évidemment nécessaire d'exposer les feuilles d'abord à une chaleur intense pendant un temps assez court. puis pendant un temps beaucoup plus long à une chaleur plus douce*”.

Os defeitos mais graves, porém, dos processos observados derivaram da cancha, donde a folha, partida irregularmente, saía misturada com pedacinhos de ramos de vários tamanhos e de calibre diferente. Mister se fazia esta causa de impureza, que sobrecarregava o preço, por obrigar o tropeiro a conduzir resíduos nocivos.

Conditions d'une meilleure préparation ultime. Embora suscetível ainda de melhorar, a fase final de beneficiamento da erva nos engenhos, afigurou-se-lhe dotada de aparelhagem mais apropriada. Especialmente no engenho de ILDEFONSO CORREIA, que o Dr. COUTY examinou atentamente e descreveu com minúcias. Ao sair do secador, a mistura de pedaços de fôlhas e talos transportava-se ao separador, munido de várias seções, que lhes recolhiam os fragmentos, através de peneiras de calibres crescentes, desde os mais miúdos até os maiores, que em seguida, o cortador reduzia a dimensões uniformes. Os toletes de ramos, apanhados à parte, constituíam o refugo.

Regosijou-se o viajante ao notar que, além do exemplo mencionado, outros industriais cuidavam de melhorar as suas fábricas, a fim de fornecerem artigo mais fino, como exigiam os europeus. Os seus esforços, todavia, perderiam grande parte da eficiência, enquanto perdurasse o regime vigente na obtenção da matéria-prima. Urgia, para assegurar tôdas as condições de superioridade, aproximar os engenhos dos ervaais, "*et surtout d'assurer, par une meilleure main d'œuvre, la première préparation*".

Examinado o que dizia respeito à sua fabricação, considerou o Dr. COUTY o aspecto econômico do mate. O preço da matéria-prima é diminuto. Os criadores de gado, quando possuem ervaais em suas fazendas, permitem que os feitores e até escravos de confiança os explorem nas horas vagas, isentos de quaisquer ônus, tal a insignificância do valor que lhes atribuem. Ainda depois de sapecada e sêca no carijo, a carga de um animal, cêrca de 100 quilos, vendia-se por 2\$000, em Castro (5 francos).

O preço, porém, ia crescendo com o transporte, para alcançar, em Ponta Grossa, 8 francos, em Campo Largo, 12 a 14, em Curitiba, 18 francos. Os engenhos litorâneos, de S. João e Antonina, já pagavam 24 a 28 francos por igual carga. Ademais, conforme a época, a oscilação, não raro, ia de 16 a 26 na capital, como ocorria quando copiosos aguaceiros danificavam as estradas, paralisando os tropeiros com as suas mercadorias, que escasseariam no mercado, daí se causando a alta nos preços.

Embora a extração apenas se praticasse de março a julho, o transporte da erva, dos carijos aos engenhos, empreendia-se em todos os meses, desde que fôsse possível a circulação dos cargueiros. E como nem sempre a via estivesse franca, ou o tempo favorável, interrompia-se, a espaços, o trânsito, com perturbadoras consequências nas cotações. Além do mais, o mate adquirido em janeiro, "*après six mois de séjour en carrige, peut avoir perdu beaucoup de ses qualités*".

Análogo efeito resultava do acondicionamento defeituoso ou descuido nos pousos, onde podia umedecer, perdendo, então, seu aroma e sabor. Todavia, o mate de Guarapava obtinha melhor classificação que o de S. José, mais próximo, mas era êste preferido pelo preço, pois que os compradores não levavam em

conta a qualidade. *"De même on fait aussi trop peu de différence entre le maté bien ou mal préparé"*. Por isso, *"le maté de la serra le plus mauvais est payé aussi cher que le bon; le maté qui vient de très loin quoique meilleur n'a pas une plus grande value"*.

O pesquisador atribuiu tal fenômeno à carência de vias de comunicação, à escassez e deficiência de mão-de-obra.

No tocante à situação dos engenhos, acentuou que os primeiros, estabelecidos em Antonina, Morretes e São João, contavam dois a três decênios de existência, mas estariam condenados. Já três se achavam fechados na primeira e quatro na segunda cidade, ao passo que novos apareciam em Campo Largo, Ponta Grossa e em Castro, à medida que melhoravam as estradas.

Tendiam a aproximar-se da matéria-prima, para facilitar a aquisição de artigo escolhido e poupar o transporte de resíduos inúteis. Em média, trabalhavam com 12 a 14 operários, às vezes escravos, para a produção diária de 2 000 a 3 000 quilos de mate, cujo preço unitário de fabricação orçava por um franco. O encarecimento provinha de outros fatores. A erva, no carijo, custaria 5 francos, a que somariam 20 do transporte, e 12 de embalagem, em que era preferido, geralmente, o "surrão", de couro seco de boi, para conter aproximadamente 90 quilos.

Recentemente, porém, estavam empregando barris de madeira, com a capacidade de 70 quilos. Os portos que recebiam o produto beneficiado eram os de Antonina para Curitiba; de Destêro, (Florianópolis) para Santa Catarina; Itaqui para Rio Grande. Pela expedição, os engenhos curitibanos pagavam 10 francos por cem quilos, quando não se elevava o frete a 14 e 16, em consequência das más condições da estrada, causadas pelas chuvas contínuas.

Afinal, navios de cabotagem transportavam a carga destinada aos portos de Montevideu, Buenos Aires, Rosário, onde o preço sofria variações de 15 a 30%, além de nocivo encalhe. Em dezembro de 1879, achavam-se armazenados 28 000 volumes em Montevideu e 10 000 em Buenos Aires, apesar da baixa dos preços.

Repentinamente, elevou-se a cotação de 20% e os depósitos esvaziaram-se com rapidez.

O Dr. Courty analisou as causas possíveis do paradoxo econômico, e por último, considerou a concorrência crescente, do Paraguai, e das próprias zonas ervateiras no Brasil, onde os novos engenhos do Paraná e Santa Catarina causaram o fechamento dos do Rio Grande. De igual modo, os estabelecimentos da hinterlândia paranaense sobrepujaram os litorâneos, que não puderam perdurar. O seu número, na Província, montava a 110, mas apenas a metade operava com eficiência. Ainda assim, avultava a produção, ameaçada de crise na colocação.

Fazia-se mister ampliar os mercados consumidores, a que a Europa oferecia condições promissoras, desde que lhe fôsse destinado produto afeiçoado às suas preferências.

Certo, poderá ser agradável para quem esteja acostumado a chupar, quando lhe chegar a vez na roda, pela extremidade do mesmo aspirador, que passa de bôca em bôca, a bebida preparada na cuia, com água quente. Tal hábito, porém, não seria aceito na Europa, onde, além do uso da vasilha individual, *"on aime à boire vite; tenir une cuia et une bombilla, attendre qu'elle refroidisse, et aspirer lentement le contenu paraîtrait fastidieux"*.

Somente a infusão do mate, com água quente, antes da fervura, poderia satisfazer o gosto dos que estivessem habituados ao uso do café e do chá, em relação aos quais possuía vantagens apreciáveis. *"Quoique très-aromatique et très-riche comme on le sait en alcaloïde, en glycosides et surtout en gommés résines, il est moins amer que le café; et il n'a pas le goût quasi-aigre, salin du thé même bon, non sucré; le maté sans sucre, bien préparé, devient vite véritablement agréable"*.

Além disso, o mate permite melhor utilização. Enquanto o café, após a primeira infusão, perde as suas propriedades, o mate suporta perfeitamente 6 a 10 substituições de água na cuia, antes de se mudar a carga. E até consideram ser mais agradáveis a 3.^a, 4.^a e 5.^a infusões, desde que não se esfrie o conteúdo.

Em seu laboratório de patologia experimental, o pesquisador obteve produto bom até a 6.^a infusão, embora tivesse empregado processo desaconselhável de água em ebulição, ao passo que melhor resultado se colhe com a água quente. É como prefere o gaúcho, que *"use de un à deux arrobes de maté par année et il en boit presque tous les jours, à toutes les heures"*.

Os seus exemplos não podem ser exportados, com a bombilha e a cuia, de uso coletivo. A propaganda, para procurar novos mercados, deverá basear-se na melhora do produto, de que resulta a infusão apetecida, e na demonstração científica das suas propriedades.

"Recourir, comme quelques uns y ont pensé, aux annonces sous tous les formes, c'est vouloir transformer le maté, aliment sérieux et d'avenir, en produit de quatrième page, assimilable à tous ceux qu'on y avait exposés".

Assim encerrou o Dr. L. Couty as suas considerações a respeito do artigo brasileiro, que examinou desde a sua origem e processos de transformação, até a fase final de entrega aos mercados consumidores, cuja expansão lhe pareceu possível, desde que baseada em conclusões científicas, algumas das quais já poderia atestar o laboratório de patologia experimental, que dirigia no Museu Nacional.

VI — INDÚSTRIA

EXTRAÍDA nos ervais nativos, ou proveniente dos plantados, a fôlha apeteçada seria submetida às mesmas operações para que não se estragasse. Fazia-se mister privá-la, quanto antes, da nociva umidade. Logo após a colheita, deveriam os indígenas, forçados à corvéia, começar por sapecá-la, deixando para depois tratamento mais completo. Observador arguto, F. AZARA assinalou as fases principais por que passava, no último quartel de século XVIII, a fabricação da bebida de uso generalizado no Paraguai e vizinhanças. (27)

“Chamuscan las hojas, pasando la misma rama por la llama. Despues la tuestan y ultimamente la desmenuzan hasta cierto punto, poniéndola asi apretadamente en un depósito, por que recién hecha no tiene buen gusto. Para usarla ponen un puñadito en una cabacita que llaman mate con agua caliente, y al instante chupan por un canutillo o bombilla que tiene en lo inferior agujeros para dar paso al agua deterniendo la yerba. Esta misma sirve tres o cuatro veces echando nueva agua, y algunos ponen azúcar. La toman a todas horas siendo el consumo diario de un vicioso una onza, y la que trabaja o beneficia un jornalero no baja de un quintal o dos”. Apesar do primitivismo do processo adotado, ainda perduraria por longo prazo, antes que fôsse estabelecida aparelhagem apropriada nos engenhos de beneficiamento. Como é bem de ver, a boa qualidade do produto dependerá do tratamento a que seja submetido, que, entretanto não logrará impedir os defeitos oriundos da colheita.

Primeiramente, deverá ser escoimada de qualquer mistura com a folhagem de plantas semelhantes. Se possível, a preferência caberá à árvore em pleno desenvolvimento, de fôlhas espessas, tom verde escuro, que lhes indique a completa maturidade. De mais a mais, a origem não deixaria de influir no resultado final, conforme admitiam os industriais. O trabalho ulterior poderia manter as vantagens iniciais da escolha, ou deteriorá-las irremediavelmente. COURT descreveu os processos adotados no Paraná, que fornecia “2/3 do mate consumido na América do Sul”.

A principiar do corte, que era mister poupar às árvores expostas a análoga operação anteriormente, em prazo diminuto. Entre uma e outra, conviria o descanso do vegetal pelo menos por um triênio. Prolongado a quatro ou cinco, per-

mitir-lhe-ia a florescência e frutificação, indício de estar a fôlha em condições propícias para o consumo.

O corte, realizado pelo trabalhador de facão, trepado na árvore, não deixava um só ramo verdejante no tronco nu e reduzido quanto possível. A folhagem destarte obtida transportava-se a local apropriado para o sapêco, ao calor do fogo proveniente de árvores (aromáticas) isentas de matéria resinosa.

Protegido pela trincheira, de pedra ou de madeira adequada, o operador submetia à labareda do outro lado, um por um, os galhos ao seu alcance, até que a folhagem respectiva, depois de crepitar ligeiramente, se tornasse amarelada, ao fim de vinte a trinta segundos. Para mostrar a agilidade que desenvolve o trabalhador, Courty referiu a sua própria experiência malograda. *"J'ai vainement essayé à plusieurs reprises de sapéquer; j'ai toujours séché très irrégulièrement; et surtout constamment je faisais brûler une partie des feuilles, qui, une fois au dessus du feu, s'enflamment très-rapidement, si on n'agite pas continuellement"*. Pelo manejo, percebeu a utilidade do corte de galhos calibrosos, separados dos quais seria difícil, demorada e onerosa, o sapêco dos ramos menores.

O "carijo" intensificava a secagem iniciada. Em galpão aberto, de 6 a 12 metros de comprimento, por 3 a 6 de largura e 2 a 2,30 de alto, coberto de palmas ou de tabuinhas, colocava-se a erva sapecada e desgalhada, para a separação dos ramos grossos em demasia. Reunida em feixes, arrumava-se em camadas seguras à armação de madeira, suficientemente elevada do chão para permitir a manutenção do braseiro em baixo, que fornecia o calor necessário à operação.

O combustível então empregado deveria atender a certas condições, proporcionadas pela canela-amarela, guavirova, entre os paus mais recomendáveis. *"Malheureusement, acrescentou, il arrive trop souvent que l'on ne prend pas la précaution de bien choisir ces bois à brûler: le cabocle insouciant utilise le premier bois venu, et surtout celui qu'il a le plus facilement sous la main en grande quantité, le pinheiro ou araucaria brasiliensis. Il donne une fumée très-épaisse, désagréable comme odeur, surtout si l'on n'a pas la précaution de décor-tiquer l'écorce très-grosse et très humide. Or, si l'on fait un amas de gros tronçons d'araucaria sous un carrige, le feu dure long temps, plusieurs heures, sans surveillance aucune; mais, tout en séchant le maté, il donne une odeur un goût malheureusement très différent de celui qui est le sien réellement"*. (28)

Bem escolhida, a lenha forneceria chama igual, como seria de desejar, e viva, principalmente no início, além de isenta de fumaça.

Parece não ter o Dr. Courty visitado nenhuma instalação de "barbaquá", destinado a substituir o "carijo", na mesma fase, por meio do fogo indireto, que evitava a prejudicial fumaça.

De qualquer maneira que lhe fôsse extraída a humidade, a erva passava à "canha", para ser fragmentada sobre couro sêco de boi, aos golpes de facões



Em terras do planalto paranaense, espontam ainda bosques naturais de erva-mate, estimulando a formação de futuros núcleos de povoamento.
(Foto Jablonsky, C.N.G.).

de madeira, de arestas vivas, que lhe reduziam as fôlhas a tamanhos irregulares e partiam os talos e ramos em segmentos diminutos.

Estaria, após esta operação, em condições de ser ensacada, em volumes de cinqüenta quilos, calculadamente, para o transporte em cargueiros, que recebiam um por banda, nas cangalhas. Ao fim da viagem, em lombo de muares, de uma semana a um mês de duração, conforme o afastamento do local da extração, chegava a erva cancheada aos engenhos, para beneficiamento mais apromorado.

A principiar pela secagem final, em cilindros metálicos, dotados de movimento de rotação. Inclinação, recebiam, pela bôca superior, a carga, que as pás internas revolviam de continuo, para submetê-las a calor uniforme, evitando contato assaz prolongado de qualquer partícula com as paredes aquecidas externamente.

A saída do secador, fazia-se mister apartar os elementos da mistura no separador, manejado por hábeis operários e apropriado a recolher, de um lado, fôlhas despedaçadas e do outro, os pedacinhos de madeira, que não raro atingiam 15 e 25% de pêso total. Afastado o refugo, a porção útil depois de ensacada, era transportada dos engenhos, onde os pilões tornavam homogênea, se não fôsse preferível artigo menos moído.

Conforme a duração do trabalho, classificava-se como "*qualidade fina de Montevideu*", ou "*qualidade fina de Buenos Aires*". Estas duas se distinguiam, porém, não sòmente pelo grau de trituração, mas também pela maior ou menor porcentagem de fragmentos de talos. O produto destinado ao Chile desprezava totalmente os pauzinhos da erva cancheada.

Embora especializados na fabricação, consoante a qualidade preferida, os engenhos paranaenses adotavam processos análogos, assim como os de Santa Catarina. Já o Rio Grande apresentava diferenças, que levaram o Dr. COURT a concluir: "*On peut dire que la préparation y est restée moins compliquée et qui, depuis 30 ans environ, elle ne s'est que très légèrement modifiée*".

Para terminar, considerou a indústria no Paraguai, cuja produção lograra lisonjeiro crédito: "*Ce maté est de beaucoup le plus connu en Europe, quoi qu'il constitue à peine un dixième de la vente à Montevideo, et environ 1/4 à 1/5 à Buenos Aires*".

As condições da produção, todavia, patenteavam-se inferiores às do Brasil. Os ervais distavam entre 100 e 200 léguas de Assunção, e o transporte fazia-se comumente por meio de carros de bois, em estradas mal conservadas.

Maior diferença resultava do processo de fabricação. Ao passo que, no Paraná, desenvolvia-se por duas fases, a primeira no local de extração e a segunda no engenho, o industrial no Paraguai, desprovido dêstes estabelecimentos,

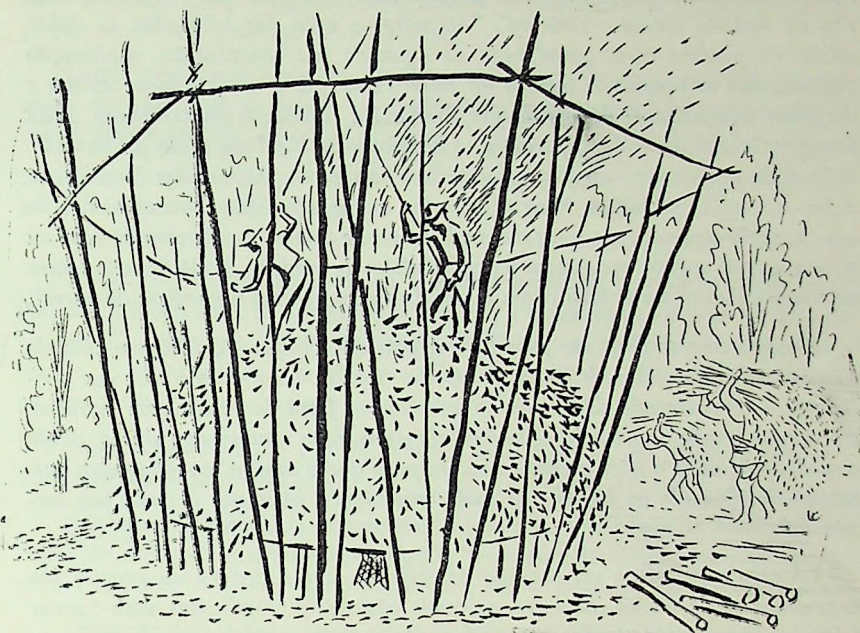
ultimava o tratamento da erva em um único período. Ao carijo seguia o pilão movido por força humana, ou pela água. Acondicionada, sem demora, em surrões, estaria pronta para o mercado, de Assunção ou de Buenos Aires, onde registrou o Dr. COUTY uma informação que se confirmaria mais tarde:

“Il faut reconnaître qu’il y a une tendance, dans la République Argentine, à fabriquer sur place le maté consommé, à l’aide de matières premières achetées au loin, c’est ainsi que j’ai visité à Buenos Aires une fabrique de maté, celle de Mr. ALCORTA, très suffisamment montée”.

Decorridos três quartéis de século após a peregrinação do Dr. COUTY pelos ervais, onde se lhe deparou a prática de processos herdados dos indígenas, que a iniciaram, a indústria ervateira ainda mantém o sistema primitivo, com alterações aconselhadas pela experiência, conforme assinalou o agrônomo JOÃO CÂNDIDO FERREIRA FILHO. (29) Para versar o tema, em *Cultura e Preparo da Erva-Mate*, começou por examinar as características de clima e solo mais apropriadas à espécie e processo racional de plantação para a formação de ervais, que facilitem a extração, a respeito da qual informou:

“A colheita da erva-mate consiste em despojar a árvore de seus ramos finos e grossos para aproveitamento dos ramúsculos e das fôlhas, que são as partes utilizáveis na fabricação da erva cancheada. As árvores podadas de novo apre-





sentam aspecto lastimável; verifica-se então que mesmo os galhos de 2, 3 e mais centímetros de diâmetro, são cortados com o facão. A erveira assim mutilada precisa de 3 a 4 anos para se restaurar, ou melhor para formar outros ramos, que se cobrem novamente de fôlhas durante êsse longo período, findo o qual a planta sofre novas amputações, e assim sucessivamente. Se a referida operação fôsse praticada com menos rudeza, isto é, se em vez de abatidos os galhos fôsem podados sômente os ramos finos, por certo a planta não tardaria a se enfolhar novamente, ficando então em condições de ser colhida outra vez, um ou dois anos depois e não de 3 em 3 ou de 4 em 4 anos, como acontece na totalidade das explorações atuais”.

Embora sugerisse o autor o emprego do podão e tesoura comum de podar, para evitar os danos causados pelo facão manejado sem critério de poupança da árvore, reconheceu ser difícil “alterar o processo atual de colheita, não só porque o mesmo é rápido e mais barato, mas ainda por estar ligado à operação de sapecamento manual, pois só os ramos grossos e longos permitem ao operador encarregado do sapêco passar as fôlhas sôbre as chamas sem ser atingido pelo fogo”.

A mesma conclusão chegou o sábio francês, desejoso também de amenizar o traumatismo causado à planta pela poda brutal. De qualquer maneira, depois de abatida a ramagem, “trata-se da sapecagem, ou sapêco do material recém-

-cortado, que consiste em submeter os ramos enfolhados à ação rápida das chamas de uma fogueira de lenha própria para êsse fim, isto é, que não seja rica de matéria oleosa e resinosa". "Ao sofrer a ação das labaredas, as folhas estalam e perdem certa quantidade de água de sua constituição; a alteração violenta que se opera nos tecidos da folha evita que a erva se torne escura e de sabor desagradável depois de preparada. Da rapidez e uniformidade dessa tostagem inicial dependem, portanto, o bom aspecto e o bom gosto do produto. O local do sapêco deve ser limpo e enxada e não muito próximo das construções, a fim de evitar incêndios. Para resguardar o operador das chamas, contrói-se um parapeito formado de toros de madeira verde de 0,80 m de altura, mais ou menos, que se apoiam em estacas fortes, também de madeira verde. Os vãos entre os mesmos devem ser tomados com lascas de xaxim ou com argamassa de barro".

O sapecamento deve ser feito logo depois da colheita. A ramagem podada é amontoada nas proximidades do parapeito, ficando assim mais à mão dos operadores. O encarregado dêsse serviço apanha um feixe de ramos com as mãos, em seguida expõe o mesmo à ação das labaredas, num movimento rápido, tendo o cuidado de abrir o feixe e virar os ramos para que o sapêco se realize com uniformidade. Quando as folhas não mais crepitam, a operação é dada por terminada".

"A erva sapecada é em seguida desgalhada, isto é, dos ramos grossos são destacados os de menor diâmetro, os quais vão sendo empilhados para formar feixe, havendo o cuidado de dispor a base de cada ramo para o mesmo lado. As folhas retiradas dos galhos grossos podem ser colocadas no meio do feixe".

O sapêco apenas inicia a secagem das folhas, continuada no carijo, na fuma ou no barbaquá, sendo raras as emprêsas que dispõem de secadores mecânicos.

Carijo — O carijo não é mais do que um rancho geralmente coberto de tabuinhas, (espécie de talhas de pinho que serve para cobrir as construções rurais no sul do País) sendo em regra aberto de todos os lados.

"No interior dessa construção rústica encontra-se um estendal a 1.20 m do chão, feito de varas ou de achas de pinho".

Em cima, arrumam-se os feixes de erva sapecada, e em baixo, a fogueira mantida em condições adequadas. Prolonga-se a operação por 5 a 6 horas, durante as quais será perigoso qualquer descuido. Emprega-se lenha sêca, excluído o nó de pinho e bem assim a madeira impregnada de resina. "As folhas expostas à ação do fogo, a princípio moderado, sofrem intensa sudação e vão secando, não será mais alimentado e o braseiro, uma vez esparramado, é suficiente para completar o secamento".

“A secagem da erva-mate no carijo, além de operação penosa, exige constante vigilância, para evitar incêndio; demais, imprime à erva o gosto de fumaça que caracteriza o produto assim tratado.

Ligeiramente mais aperfeiçoada, a furna consiste em uma excavação subterrânea, em cuja boca se dispõe a fogueira que se comunica, por meio de túnel, com o jirau carregado de feixes de erva.

“O melhoramento, em confronto com o carijo, consiste no fato de que grande parte da erva submetida à secagem não recebe fogo direto; além disso, o calor da fogueira é melhor aproveitado uma vez que não fica tão exposto ao vento”.

Barbaquá. *“Enquanto no carijo e mesmo na furna, as chamas atuam diretamente sobre a erva, no barbaquá o material a secar recebe o calor através de um canal subterrâneo. Feito geralmente de tijolos, em ligeiro aclave e podendo atingir 10 a 20 metros, tem ele uma das extremidades dilatadas (cerca de 1 metro de boca), servindo de fornalha.*

A outra extremidade é bem menor e em boquilha, por onde se irradia o calor que vai secar a erva”.

Enquanto no barbaquá de pequena capacidade esta boquilha é única, localizada no centro do mesmo, nas instalações maiores é dupla ou tripla, em ramificações menores, distribuídas no pavimento, sob a armação que recebe a erva.

Cerca de dois palmos acima de cada boca encontra-se uma chapa de ferro suspensa ou apoiada sobre tijolos, que tem a finalidade de uniformizar a temperatura no interior do barbaquá.

“Terminada a secagem, a erva torrada será submetida à trituração ou fragmentação em local assoalhado, vulgarmente denominado cancha. Antigamente, realizava-se a batedura em chão limpo, de terra batida, onde a erva era malhada com bastão de madeira provido da aresta afiada. Atualmente, a operação é feita em cancha assoalhada, circular, de 4 a 5 metros de diâmetro e circundada por tabique de 60 centímetros, mais ou menos. A fragmentação da erva é feita por um triturador (maça cônica de madeira pesada), ao longo do qual vêm-se embutir numerosos dentes muito resistentes de cabriúva ou de outra madeira dura. A base maior desse malhador mede cerca de 0,80 m e a menor de 0,30 a 0,40 m. Esta última prende-se a um eixo vertical de movimento giratório denominado pião, do qual sai uma longa almanjarra ou lança, tendo na extremidade o balancim, onde é atrelado o animal; este pode também ser atrelado em balancim preso à base do malhador”.

A erva cancheada já estaria em condições de ser levada aos mercados consumidores, quando não se destinasse aos moinhos, onde passa por várias operações de beneficiamento. Começaram a montá-los os industriais paranaenses,

abastecidos pelos que se incumbiam da extração, ao longe, na hinterlândia. Por ocasião da excursão do Dr. COURT, já alguns ostentavam aparelhagem capaz de preparar tipos padronizados de erva, ao gosto da freguesia distante. Grave concorrência, porém, abrolhava em Buenos Aires, com a organização de bem montado moinho, que pretendia beneficiar a erva cancheada brasileira ou paraguaia, pois que seria diminuta a produção argentina, antes da plantação de ervais na região missioneira.

Mas já em 1922, calculavam os interessados no assunto que os empreendimentos agrícolas autorizavam a estimativa de produção superior a 9 000 000 quilos, ao terminar o quinquênio seguinte. A previsão confirmou-se. Os ervais missioneiros, de colheita menos onerosa, não tardaram a suprir o mercado platino de produtos que antes eram importados do Paraná. Apenas continuaria a receber matéria-prima, que servisse para lhe completar a composição de certos tipos comerciais. Fato análogo se verificou em Mato Grosso, quando convergia para a Companhia Mate Laranjeira toda a colheita dos ervais. De acordo com a sua casa matriz, mantida em Buenos Aires, onde possuía estabelecimento industrial bem montado, que a beneficiasse, restringia as suas atividades de campanha até obter a erva cancheada. E nessas condições a remetia para a capital argentina, onde se transformava em artigos elaborados, de várias classes, como: TL.; Murinho e Cruz de Malta. Esta última era a marca mais conceituada e conhecida pela clientela, que a consumia, de preferência a qualquer outra. Embora contivessem erva mato-grossense, quase exclusivamente, todas se incluíam na produção industrial argentina, que se avolumou de contínuo, enquanto esmorecia a brasileira, com a diminuição progressiva de procura.

VII — INICIATIVAS PROGRESSISTAS

○ ÊXITO dos ensaios de cultivo da Ilex nas Missões repercutiu dramaticamente nos Estados ervateiros, que sofreram em proporções o desenvolvimento da sua respectiva indústria.

O Paraná, mais que outro qualquer, sentiu profundo abalo em sua economia, alicerçada na exploração dos ervais. Reduzido gradativamente o mercado consumidor argentino, sobrejou a produção organizada para abastecê-lo. Por sorte, a energia paranaense encontrou na indústria madeireira, proporcionada especialmente pelos seus pinhais, e na lavoura cafeeira, que deu fama a Londrina, Apucarana, Maringá, e demais cidades nascentes nas paragens noroestinas, lucrativo sucedâneo. Mas a indústria ervateira baqueou em fatal colapso. À falta de procura, desvalorizou-se a mercadoria até limites incompatíveis com a resistência financeira de muitas empresas, que se precipitaram em bancarrota. Umas, em concordata, outras em falência declarada, foram a pouco e pouco paralisando os seus moinhos, alguns dos quais, para sobreviverem, tentaram a transferência para a Argentina.

Os remanescentes de mais longa tradição, ou mais bem aparelhados de recursos financeiros, esforçaram-se por adotar melhoramentos, que lhes barateassem a produção e do mesmo passo lhes aperfeiçoaram os artigos oferecidos à freguesia. Compreendendo que já não lhes valia o liberalismo individualista, à cuja sombra prosperaram, recorreram os interessados à proteção oficial, de que resultou a criação, por decreto de 13 de abril de 1938, do Instituto Nacional do Mate.

Orientado pela Junta Deliberativa, composta de produtores, de industriais e dos Estados interessados (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso), conseguiu o Instituto Nacional do Mate disciplinar a produção e a indústria ervateira, que se expandira, mercê de iniciativas, quando não havia concorrência além da fronteira.

Para a classificação e padronização dos tipos usuais, aprovou a Resolução número 91, de 18 de março de 1941, recentemente substituída pela 485, de 25 de outubro de 1955, que também pormenoriza as fases várias de elaboração, iniciada nos ervais. (30) Como explicação preliminar, especifica: "*Erva-mate é o produto formado exclusivamente de folhas, galhos tenros, pecíolos e pedúnculos*".

culos da árvore — Ilex brasiliensis (SAINT HILAIRE), parcialmente desidratados e triturados. Até chegar aos mercados consumidores é a erva-mate submetida a duas fases de preparação. A primeira, denominada “ciclo do cancheamento”, abrange as operações a cargo do produtor. Da outra, ocupa-se o industrial, no engenho de beneficiamento”.

Para a secagem, os aparelhos empregados classificam-se em dois grupos, barbaquá ou carijo, conforme permitem, ou não, a atuação da fumaça, oriunda da fornalha, sobre a erva-mate.

“Cancheamento é a operação realizada no cancheador”, onde se obtém a primeira trituração da erva-mate, pela “percussão” ou pelo “pé-de-carneiro”.

Após as *“operações de corte, sapêco, secagem, malhação e coagem, que compõem o ciclo do cancheamento”*, a erva mate resultante denomina-se cancheada, e *“constitui a matéria-prima utilizada pelos engenhos de beneficiamento”*. A estes cabe a *“retificação de secagem e limpeza da cancheada e sua trituração posterior a várias granulações, com as quais se compõem os diferentes tipos, segundo a preferência dos mercados consumidores”*.

Como resultado final, a erva beneficiada classifica-se em dois grupos: chá e chimarrão. O primeiro apresenta-se com a *côr de origem, chá de mate verde, ou tostado em aparelho especial*”, quando seja *“chá de mate preto, ou mate queimado”*. Entre os aparelhos empregados em várias operações, inclui-se o *“moínho”*, para a trituração da cancheada, o *“pilão”*, para a pulverização, com o objetivo de se obter goma, a *“peneira”*, para a separação das várias granulações, limpeza e classificação da cancheada. *“Goma é substância resultante da pulverização das folhas da Ilex em pilões ou moínhos, obtida na coagem em peneira de tela n.º 50 (50 malhas em cada 25,4 mm). Quando a pulverização inclui, além das folhas, pecíolos e pedúnculos, toma o resultado o nome de pó, depois da coagem em peneira de tela de (40 malhas em cada 25,4 mm.).*

“O resíduo composto de pó e fragmentos de folhas, pecíolos e pedúnculos da Ilex, obtido por meio de sucessivos peneiramentos, toma o nome de “aproveitamento”, para entrar na composição de alguns tipos de chimarrão. Discriminadas as várias qualidades da erva-mate, a Resolução 485 minudenciou, em cada uma, as características diferenciadoras. Assim, as cancheadas poderão proceder do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Nos dois será de primeira qualidade quando, além de outros requisitos, verificados na coagem, apresenta coloração uniforme, sem vestígio de frutificação e de folhas pintadas, que a segunda poderá conter, até 2%. Destina-se aquela, de preferência, à exportação para mercados estrangeiros, e esta ao consumo interno. No Rio Grande do Sul, tanto há produção de “Paladar Forte”, como de “Paladar Fraco”, de acôrdo com as peculiaridades locais. Naquela categoria incluem-se os municí-

pios de Tapes, Bom Jesus do Triunfo, São Jerônimo, Osório, Taquara, Taquari, São Francisco de Paula, Lagoa Vermelha e Vacaria. A segunda abrange Santa Cruz do Sul, Candelária, Venâncio Aires, Lajeado, Estrêla, Encantado, Guaporé, Carazinho, Passo Fundo, Getúlio Vargas, Veranópolis, Nova Prata, Erechim, Palmeira das Missões, Três Passos, Cruz Alta, Sarandi e Marcelino Ramos".

Tanto a cancheada de primeira qualidade, como a de segunda, destes municípios, provém do barbaquá, ao passo que nos de São Luís Gonzaga, Santo Ângelo, Santa Rosa, Ijuí, Soledade e Arroio do Meio, na região do "Paladar Fraco", emprega-se o cariço, de que resulta a cancheada de segunda qualidade, destinada à elaboração de mate, tipos Missioneiro e Doce, componentes do grupo chimarrão.

Em Mato Grosso, está generalizado o emprêgo de barbaquá, em que se produz erva-mate de primeira qualidade, para a exportação, como de segunda, reservada para o consumo estadual.

Nos engenhos do Paraná e Santa Catarina, preparam-se os vários tipos padronizados de beneficiada, a saber:

PARA CHIMARRÃO

P.A.I. — Para a Argentina

Composição:

20%	de	fôlhas	trituras,	tela	n.º	10
40%	"	"	"	"	"	14
20%	"	"	"	"	"	20
20%	de goma.					

P.U. 1 — Para o Uruguai e Estados do Rio Grande do Sul e Mato Grosso

20%	de	fôlhas	trituras,	tela	n.º	14
30%	"	"	"	"	"	20
50%	de goma.					

P.U. 2 — Para o Uruguai e Estado do Rio Grande do Sul

48%	de	fôlhas	trituras,	telas	ns.	12 a 18
10%	de talinhos					
42%	de pó.					

P.U. 3 — Para o Uruguai e Estados do Rio Grande do Sul e Mato Grosso

25%	de	fôlhas	trituras,	telas	ns.	12 a 18
10%	de talinhos					
25%	de pó					
40%	de aproveitamento					

P.C. 1 — Para o Chile

100% de fôlhas trituradas, tela n.º 20

P.C. 2 -- Para o Chile

100% de fôlhas trituradas, tela n.º 14

P.C. 3 — Para o Chile

70% de fôlhas trituradas, tela n.º 14

15% de talinhos

15% de pó.

P.C. 4 — Para o Chile

70% de fôlhas trituradas, tela n.º 10

15% de talinhos

15% de pó

P.C. 5 — Para o Chile

20% de fôlhas trituradas, tela n.º 10

80% de aproveitamento.

P.N. 1 — Para o Brasil (consumo nacional)

30% de fôlhas trituradas, tela n.º 20

25% de fôlhas trituradas, tela n.º 12

20% de talinhos

25% de pó.

PARA CHÁ

Para exportação e consumo nacional.

P.P.E.1 — Mate Prêto — 100% de fôlhas trituradas telas ns. 8 a 12

P.P.E.2 — Mate Prêto — 90% de fôlhas trituradas telas n.º 8 a 14
10% de talinhos

P.P.E.3 — Mate Prêto — 75% de folhinhas trituradas, telas ns. 8 a 14
25% de talinhos

P.V.E.1 — Mate Verde — 100% de fôlhas trituradas, telas ns. 8 a 14

P.V.E.2 — Mate Verde — 90% de fôlhas trituradas, telas ns. 8 a 14
10% de talinhos.

O Consumo estadual absorve tôda a beneficiada no Rio Grande do Sul, que comporta os seguintes tipos, todos para chimarrão.

R.E.1 — 70% de fôlhas trituradas, telas ns. 10 a 20
30% de pó

R.E.2 — 50% de fôlhas trituradas, telas ns. 14 a 20
50% de pó.

R.E.3 — 25% de fôlhas trituradas, tela n.º 20
25% de talinhos
50% de pó.

R.G.2 — (doce)
65% de fôlhas e talinhos socados
35% de paus, de 4½ mm de diâmetro, no máximo.

R.B.1 — (barbaquá)
75% de fôlhas e talinhos, socados.
25% de paus, de 4½ mm de diâmetro, no máximo.

R.M.1 — (carijo)
75% de fôlhas e talinhos, socados
25% de paus, de 4½ mm de diâmetro, no máximo.

O Estado de Mato Grosso produz apenas um tipo de beneficiada, que se destina ao consumo nacional.

N.M.1 — composto de: 65% a 70% de fôlhas trituradas, telas ns. 10 a 40
25% a 70% de fôlhas trituradas, telas ns. 40 (pó)
10% a 15% de aproveitamento.

Depois de fixar as características do artigo, diferenciado pelas suas qualidades, conforme o tipo, cuidou o I.N.M. de promover a fundação de cooperativas, que tomassem a seu cargo a defesa dos interesses dos associados, em número crescente.

Não tardaram em evidenciar a sua influência benéfica, mediante facilidade de assistência financeira aos produtores, emancipando-os da dependência que antes os subordinava a intermediários abusivos.

VIII — UTILIZAÇÃO DO MATE

A PESAR da descoberta de fôlhas de erva-mate em túmulos pré-colombianos de Ancon, nas proximidades de Lima do Peru, mencionada pelo escritor ROMÁRIO MARTINS, não será tão antiga a origem do seu aproveitamento, que irradiou do Paraguai para as regiões vizinhas.

Soube MONTROYA que o uso do mate derivou do segredo de certo feiticeiro a quem o mestre da magia *"impôs que bebesse a erva, se quisesse ser admitido à audiência dos seus oráculos, o que executou. E por seu exemplo se foi propagando este uso entre os índios e dêles se comunicou aos espanhóis"* (31).

Os nativos de mais de oitenta anos que inquiriu a respeito, declararam-lhe que em moço não bebiam o mate, nem sequer o conheciam.

Entretanto, o Dr. GASPARE DE ESCALONA AGUIERO, com a responsabilidade de ouvidor da real audiência do Chile, afirmou, em seu *"Gazophilacio Régio"*, *"como opinião geral nas províncias do Paraguai, que foi o apóstolo S. BARTOLOMEU quem o descobriu e mostrou aos indígenas"*. (32)

Divergindo dessa versão, o licenciado DIEGO ZEVALLOS, *"em seu tratado sobre o uso da erva do Paraguai, impresso em Lima por volta de 1667"*, *esclareceu que "deu a conhecer o seu emprêgo e ainda lhe conferiu especiais virtudes, outro apóstolo, SANTO TOMAZ, que chegando do Brasil e pregando o evangelho na região do Mbaracayu, encontrou matas extensas desta árvore, cujas fôlhas eram mortíferas; porém tostadas pelo santo apóstolo, perderam em suas mãos e no fogo, o ingrediente nocivo, tornando-se um eficaz antidoto"*.

"É por isso que os índios sempre torravam a erva porque assim o ensinara o santo e que sem esta diligência experimentaram o fatal efeito de sua maligna peçonha". Todavia, comentou o Padre TECHAUVEUR, ao transcrever a opinião de ZEVALLOS, *"mais conhecida é a lenda da estada de S. TOMÉ no Brasil"*, com a qual parece confundir-se a de Santo TOMÁS. Se os dois correspondem a desdobramento da mesma personalidade, pela variação de intérpretes, a preferência caberá ao primeiro, a quem se referiu o irmão PEDRO MONTENEGRO, I. J., ao afirmar, em meio de suas contribuições botânicas: *"tem-se por tradição antiga nestes países do Paraguai e Missões, que São TOMÉ a fez conhecer aos índios"*, como também sucedeu quanto ao aproveitamento da mandioca.

Outra lenda, assinalada pelo Dr. HERMÍNIO DA CUNHA CÉSAR, derivou-se do consórcio da gentil índia tupi IARA, conhecedora da erva, com um guarani GUPI, que soube valer-se do fogo obtido de galhos secos de pinheiro, para purificá-la.

Embora poeticamente ideada, não infirma de todo a versão comum, transmitida por MONTÓYA, que, aliás, lhe condenava a utilização.

Seria, de princípio, segredo dos pajés. Mas os iniciados não tardaram em ampliar-lhe o uso, com que experimentavam inequívocos benefícios, explicados, mais tarde, pela ciência.

Os depoimentos acumulam-se, em prol da erva presente.

"O mate é a verdadeira bebida dos climas debilitantes, afirma o Dr. E. MONIN, que ainda acrescentou: "as suas propriedades tônicas e excitantes permitem que se suporte um jejum prolongado". (33)

"O mate engana a fome do índio e do americano do sul e substitui os alimentos vegetais nessas populações, que vivem só de carne e desconhecem o pão".

"Esta substância não só remedeia as insuficiências de um mau regime alimentar, como suprime o cansaço, excitando a energia moral".

"O seu poder digestivo e laxante, sudorífico e diurético, estimula a nutrição entorpecida e acelera as funções do organismo".

"Na realidade, o mate é um alimento poupante, um comburente precioso para a máquina animal, um antidesperdiçador, em suma... modera as fermentações nutritivas e entrava o movimento desassimilador, e equilibrando às mil maravilhas o vigor orgânico".

De maneira análoga, atestou o Dr. DOUBLET em tese valiosa.

1.º — O mate excita o sistema nervoso, domina e regula o esforço que preside a toda a atividade intelectual e muscular.

2.º — reunido a uma alimentação insuficiente, êle restabelece o equilíbrio desviando a desnutrição dos tecidos, a autofagia.

3.º — permite, durante um jejum prolongado, um trabalho muscular igual ao que se faria sem estar privado de alimentos, mantém a energia física e moral, fazendo suportar o cansaço".

Inúmeros outros experimentadores confirmaram tais conclusões, que, fora dos gabinetes da fisiologia, não raramente se apoiavam em fatos inesperados, como o registrado pelo general F. DA ROCHA CALADO.

"Na última fase da campanha, nos acampamentos de Capivari e São Joaquim, pelo espaço de 22 dias, testemunhei que o nosso exército foi quase que exclusivamente alimentado de mate, que colhíamos nos ervais próximos, e rudemente ingerido, pois que a momentânea falta de víveres não permitia maiores cuidados no seu preparo".

Por lhe conhecer as reais qualidades de alimento dinamogênico, afirmou RONDON, após terminar a travessia épica do norte mato-grossense: *"Roosevelt e eu usamos erva-mate em nossa viagem através de Mato Grosso",* porque é o *"único estimulante que usam (os auxiliares), além de possuir para eles uma função social semelhante a da cerveja entre os alemães; 2.º seu uso nas refeições retarda a digestão, de modo que existe um suprimento mais uniforme de energia por longos períodos, eliminando assim a fadiga".* (34)

Tais propriedades derivam da composição química, verificada pelas conclusões de POLENSKE e BUSSE, a que foram submetidos tais tipos de ervas, a saber:

- I — folhas novas com poucas nervuras e ramos
- II — folhas mais velhas, com mais quantidade de nervuras e ramos
- III — folhas com muitas nervuras e ramos

TIPOS	Água %	Cafeína %	Tanino %	Cinza %	Extrato aquoso %
I.....	6,79	0,88	9,59	6,000	36,66
II.....	6,78	0,71	8,87	6,02	35,63
III.....	6,98	0,53	8,10	5,44	34,13

"Vê-se por esses dados, que a quantidade de paus no preparo da erva é elemento que altera as suas qualidades organoléticas, fazendo baixar o teor da cafeína, tanino, cinza e do extrato aquoso, aumentando a porcentagem d'água, que é elemento contrário à boa conservação do produto". (35)

Quanto aos elementos constitutivos, os resultados, a seguir, obtidos por vários pesquisadores, em épocas diversas, especificam:

	PECKOLT 1868		Fred Damrau Mate julho 1940	Instituto do Mate Mate abril 1941
	Chá	Mate		
Unidade.....	—	—		
Resina.....	—	—	5,50	6,51
Celulose e fibra.....	2,22	2,06	4,80	—
Óleo volátil (essência).....	17,58	18,00	17,80	—
Cinza total.....	0,79	0,01	0,30	—
Cinza solúvel em água.....	8,56	3,81	4,25	8,32
Cinza insolúvel em água.....	—	—	1,90	4,21
Cinza solúvel em ácido.....	—	—	2,35	4,10
Cinza insolúvel em ácido.....	—	—	4,12	—
Nitrogênio.....	—	—	0,13	4,10
Cafeína.....	—	—	3,00	—
Clorofila.....	0,45	0,25	1,20	1,17
Matéria extrativa (extrato seco).....	2,22	6,20	1,90	—
Tanino.....	46,40	23,88	—	34,00
	17,80	1,22	12,40	9,05

Por outra forma, o Laboratório Eddy, de New York, encontrou, em 1941, nas amostras de mate submetidos à sua análise:

Vitamina A	2.200 U.I.
Vitamina B ₁	57 U.I.
Vitamina B ₂	69 grs.
Vitamina C	142 U.I.

Essas indicações e mais a confirmação de conterem as fôlhas princípios comuns e minerais, como *“cálcio, magnésio, sódio, potássio e partículas de ferro”*, explicam os benefícios causados pelo uso do mate, consoante a opinião do Dr. SHUNK DE GOLDELIN, famoso cientista francês, para quem *“o mate é um grande estimulante dos músculos e dos nervos, assim como do cérebro, facilita a digestão sem afetar o coração nem perturbar o sono, auxiliando o bom funcionamento do intestino e dos rins”*.

A conclusões análogas chegou o Dr. ARQUIMEDES DE OLIVEIRA E CRUZ, no Departamento de Farmacologia da Faculdade de Medicina do Paraná, após cuidadosas experiências, que o levaram a afirmar; *“o chá do mate, em virtude da mateína que encerra, possui notáveis propriedades fisiológicas, idênticas à cafeína contida no café e a teína no chá-da-Índia, donde a generalização do seu uso como alimento precioso de preponderância notável no metabolismo, no trabalho do aparelho cárdiovascular, como tônico, e como diurético de grande valia, podendo mesmo ser usado pelos portadores de artériosclerose pela vasodilatação que ocasiona”*.

IX — MATE, FATOR DE POVOAMENTO

Ao contrário do que se deu nos ervaais paraguaios, onde se consumiram milhares de nativos, pela sobrecarga desumana das tarefas, a que eram obrigados, em condições precárias de nutrição e assistência, (36) conforme registraram os cronistas, de que se fez eco o Padre TESCHAUER, em outras paragens a planta preciosa contribuiu para o seu povoamento. É o resultado que se depreende da análise que a geógrafa LYSIA MARIA CAVALCANTE BERNARDES empreendeu acêrca do *Crescimento da População do Estado do Paraná*. (37) A comparação dos dois recenseamentos, de 1920 a 1940, permitiu-lhe afirmar algumas conclusões expressivas. Nesse período, a população, de 685 711 habitantes, logrou aumento de 550 565, *“cifra esta que representa um crescimento relativo de 80.29%, a percentagem mais elevada registrada entre as unidades da Federação”*.

Tamanha expansão, porém, não se distribuiu uniformemente pelas várias zonas características do território paranaense. Assim é que a primeira, a leste, *“corresponde à parte mais antiga do Estado. Nela se destaca, desde logo, o município da Capital, Curitiba, onde o crescimento relativo da população, acusado em 1940, foi de 55%. Revela êste aumento a importância crescente de Curitiba que, além de sua função administrativa, como capital do Estado, está desenvolvendo suas atividades comerciais e industriais, tendo se tornado importante centro de indústria de madeiras e de beneficiamento da erva-mate”*. O distrito da sede alcançou 65.4%, ao passo que os demais não ultrapassaram de 18.4%. De igual maneira, os municípios em tôrno mantiveram-se abaixo de 30%, quando não manifestaram diminuição. *“A extinção de vários municípios nesta zona (Açungui, Tamandaré, Colombo, Campina Grande) vem comprovar essa decadência dos pequenos centros cuja população é em parte absorvida pela grande cidade”*.

— No litoral, *“registra-se o mesmo fenômeno que nos arredores de Curitiba”*. Na parte ocidental do segundo planalto, salvo o município de Palmeira, onde se registrou decréscimo, o índice variou de 41%, verificado em Ponta Grossa, que lhe é vizinho, também abrangido pelos Campos Gerais, onde se expandia a pecuária, a 70% em Irati, Teixeira Soares, Rebouças e Rio Azul, dedicados à indústria madeireira. *“Ocorreu nesta zona, observou a arguta pesquisadora, uma taxa de crescimento menor nos municípios onde o povoamento foi iniciado desde*



A plantação das erveiras, promovida para compensar aquelas destruídas no período de arrendamento, criou o tipo do ervateiro, atual substituto dos sacrificados extratores nativos.

(Foto Faludi).



Em meio à faina do dia, o gaúcho recorre ao chimarrão, como elemento restaurador de forças e dissimulador das carências de nutrição.

(Foto Jablonsky).

o século passado, em função da exploração ervateira, seja os do alto Iguaçu (São João do Triunfo, São Mateus, e Mallet), ou do alto Ivaí ou rio dos Patos (Imbituba, Ipiranga e Prudentópolis). De fato, no período entre os dois recenseamentos diminuiu em importância a exploração da erva-mate, o que ocasionou um crescimento menor nos municípios mais estreitamente ligados a esta atividade". Nas duas zonas caracterizadas pela exploração ervateira, "a maior taxa verificada foi de 50.64 em S. Mateus, o principal centro de extração de erva".

Constituiu, destarte, a erva-mate estímulo para o povoamento de regiões, que se lhe incluem na área geográfica. Certo, o mesmo fenômeno verificaria em Santa Catarina e Rio Grande do Sul quem lhe examinasse as condições de desenvolvimento demográfico. Mais patente resultado assinalou-se em Mato Grosso, cujos ervais eram preservados da aproximação de aventureiros brancos, pelos indígenas bravios. A invasão dos cavalerianos de URBETA não os atemorizou. Recuaram prudentemente para o recesso das matas próximas. Quando se afastaram, porém, os soldados de LOPES, não puderam permanecer na região os prepostos de LYNCH, a quem o Marechal ordenara a transferência dos ervais situados em território brasileiro. Voltaram às condições primitivas, em que os encontrou a Comissão Demarcadora de Limites. Para desempenhar a incumbência, que lhe fôra cometida, fêz-se mister o auxílio de contingente militar, de 50 praças da infantaria e 10 de cavalaria, sob o comando do major ANTÔNIO MARIA COELHO.

De outra maneira não seria exequível a magna tarefa, a que os nativos se oporiam, decididos a impedir a entrada de estranhos em seus domínios. Da confluência de Apa, onde tiveram princípio as operações de campo, a 16 de agosto de 1872, à cabeceira do Ibicuí onde chantaram marco a 16 de setembro de 73, tiveram os expedicionários que desenvolver intensos esforços. Maiores ainda lhes exigiu a floresta espessa, onde se enclavinham os manadeiros do Iguatemi e do Igureí, atravessada por picada de 32 léguas pela linha de cumiada, e 12 de reconhecimento subsidiários. Afinal, a 24 de março, maravilharam-se diante do Salto de Sete Quedas, na quinta das quais terminou a divisória da serra de Maracajú, designativa do baronato com que, por esse feito, foi agraciado RUFINO ENEAS GUSTAVO GALVÃO; coronel de engenheiros, que chefiou a demarcação. (38)

Vem a talhe a sua afirmativa, ao ufanar-se da feliz conclusão: "*a extensão de 190 léguas da fronteira demarcada está pouco conhecida*". Mas o devastamento dos ervais empolgaria o entusiasmo industrial de um dos acompanhantes da expedição, TOMAS LARANJEIRA, isento de obrigações técnicas. Contratara o fornecimento do que necessitavam os demarcadores e, atenção volvida apenas para as suas tropas de abastecimento, dispunha de elementos informativos que lhe excitaram a ambição. Não deixou passar o ensejo de aplicar à região o processo que vigorava no Paraguai, onde se dedicou à indústria extrativa. Trans-

posta a fronteira, tornou-se o monopolista dos ervais, onde o seu contrato de arrendamento não permitia o ingresso de intrusos. Sôzinho, porém, não poderia transformar em valor mercantil o potencial de que legalmente se assenhoreara. Necessitava dos trabalhadores paraguaios acostumados à penosa extração, a quem confiou o encargo de efetuá-la. E, quando, bem assegurados os seus privilégios, empreendeu intensificá-la, inesperada ocorrência contribuiria para engrossar a corrente povoadora naquelas paragens.

No Rio Grande do Sul, a Revolução Federalista cavara trágico fôssos entre os combatentes das lutas renhidas. Inúmeros os que não se conformaram com a derrota, e preferiram exilar-se a submeter-se ao mando inclemente dos triunfadores. E Mato Grosso, de preferência, afigurou-se-lhes a Terra da Promissão.

Certo, já saberiam alguns que lá prosperava na indústria ervateira um dos seus contrários, cujas pegadas seguiram. Bem acolhida a primeira comitiva de retirantes do regime hostil, não tardaram outros, que entravam pelo Paraguai, por terra, em demanda da fronteira mato-grossense. Dispersavam-se de Bela Vista a Ponta Porã, penetrando a pouco e pouco o interior, como onda invasora. Ambas as localidades fronteiriças ainda se achavam em modesta fase de evolução.

Bela Vista, na raia meridional, entesta com a cidade paraguaia homônima, que flanqueia, pela esquerda, o lendário Apa. Naquela época, todavia, apenas algumas choupanas lhe assinalavam a existência, antes que adquirisse a categoria de distrito de paz, em abril de 1900.

Na mesma época, atingia igual hierarquia Ponta Porã, que a Avenida Internacional divide em duas porções, a brasileira e a paraguaia. Antes que afloresse, porém, no dorso do divisor de águas, como núcleo de povoamento na fronteira meridional brasileira, por aquelas bandas, Ponta Porã nada mais seria que animado acampamento de ervateiros, predestinado a desenvolver-se gradativamente.

As características regionais de solo amantado, em longas áreas, por lençol de eruptiva, que se decompõe na fértil terra roxa, e sulcado abundantemente por tributários, cujas águas vão ter ao Paraná e, opostamente, ao Paraguai, entre os quais se alteia o planalto, que lhe propicia o clima serrano, favorecido, mais do que em outro rincão do Estado, pela correspondente latitude, não tardaram em atrair povoadores procedentes de regiões semelhantes. Especialmente das cochilhas gaúchas, cuja corrente emigratória tomou incremento maior, depois da revolução federalista. Os vencidos nos entreveros, ou seus partidários, deixaram os pagos, e arrostaram, resolutos, o exílio, que porventura lhe permitiria recomeçar vantajosamente a vida trabalhosa. Símbolo de êxodo de sua gente, JOÃO DE BARROS CASAL emudeceu, renunciando aos triunfos oratórios a que devia luminosa fama de eloqüente propagandista da República, e foi terminar seus dias na longínqua Terra da Promissão.

Centenas de seus correligionários, mais ditosos, alcançam-na, decididos a prosperar. Adquiriam a gleba proporcionada aos seus haveres ou à capacidade dos seus esforços. A opulência dos ervais garantia o custeio nos primeiros anos, de adaptação ao novo ambiente, que a muitos se afiguraria transplantado de sua querência nativa. O êxito dos pioneiros atrairia parentes e amigos, cujas comitivas anuais contribuiriam sobremaneira para em breve prazo apresentar índices expressivos do seu florescimento, aquilatado pelo padrão mato-grossense de rala população e carência de capitais acumulados.

Aliados à Companhia, a princípio, tornaram-se-lhe em breve suspeitos à administração, que não via de bom grado o aumento da legião dos intrusos, por presumir pudessem criar-lhe, de futuro, dificuldades ao monopólio. Expressiva, no tocante ao assunto, a carta de 25 de outubro de 1907, em que M. MURTINHO pleiteou apoio a petição da arrendatária.

“Acresce, refletiu, então, que a proposta submetida pela referida empresa à deliberação da Assembléia, além de consultar altos interesses do Estado, tanto no presente, como no futuro, conforme se mostrou a meu ver cabalmente, na exposição de motivos, que acompanhou, ainda viria facilitar a solução de um temeroso problema, que não pode deixar de preocupar a alta administração do Estado.

Aludo à emigração rio-grandense que, de dia a dia, vai se avolumando e estendendo pelo Sul do Estado, onde os adventícios tratam logo de ocupar terrenos devolutos pela facilidade que encontram, e que faz parecer que dentro de mais alguns anos, essa colônia dominará, pelo seu número e extensão, toda aquela região, constituindo por assim dizer Estado no Estado”. (39)

Naturalmente, nas afirmações do magistrado espelhavam-se os preceitos da Empresa, que sentia o perigo do aumento contínuo da população, em maioria rio-grandense, nas proximidades dos ervais, onde não penetravam apenas para o corte das árvores e regresso imediato aos seus lares, à semelhança das submissas comitivas paraguaias.

Cuidavam de fixar-se no solo promissor, embora auxiliassem os trabalhos da arrendatária.

Desta maneira, a emigração espontânea, causada pela atração dos ervais, acusou índices expressivos, colhidos em vários recenseamentos, a começar de 1920. De mais a mais, espalharam-se os peregrinos por vários municípios, em proporções desconhecidas. Que avultará êsse contingente demográfico, todavia, comprovam dois depoimentos firmados na década anterior, por antagonistas nas discussões da “Questão do Mate”.

Patrono da petição da Empresa, o Dr. MANUEL MURTINHO denunciava aos governantes de Mato Grosso o perigo do aumento da população rio-grandense e para impedi-lo acentuava a G. PONCE, em carta de 25 de outubro de 1907, “a

conveniência de certos centros de resistência àquela perigosa expansão, o que proporcionaria muito naturalmente e sem gerar suspeitas, o estabelecimento de emprêsas que se propunha fundar a Companhia Laranjeira, e seriam exploradas por uma companhia sucessora, organizada com capitais inglêses, pois as terras devolutas cedidas por compra ou arrendamento passariam a ser ocupadas pelo pessoal da sociedade anônima, assim não estariam à mercê dos primeiros ocupantes na corrente emigratória rio-grandense, que teriam de respeitar a posse estrangeira poderosa, que, no caso de conflito, poderia provocar, por via diplomática, a intervenção federal”.

Na carência de cifras especificadoras, o premeditado recurso à proteção diplomática, destinada a conter o povoamento regional, evidenciaria que já lhe crescera a importância, a ponto de alarmar a arrendatária e o seus protetores, que lhe endossavam os argumentos.

Contemporâneamente, mas em sentido oposto, manifestou-se o deputado BRANDÃO JÚNIOR, ao descrever o “Planalto do Amambá”, que, ao seu ver, “é constituído pela região delimitada pelos rios Brilhante e Ivinheima, em tôda a extensão dos seus cursos; pelo Paraná, desde a foz do Ivinheima até o Salto Guaíra, pela serra de Maracaju, desde as cabeceiras do Brilhante até o mesmo salto Guaíra” (40).

“Não é lícito conceber-se presentemente, acrescentava, o planalto do Amambá, ou melhor o município de Ponta Porã, tal como êle se nos apresentava ao tempo da primeira concessão”. “Então, tínhamos simplesmente uma longínqua região onde raros habitantes esparsos apenas denunciavam a existência de riquezas suscetíveis de exploração”. “Atualmente, o planalto do Amambá é habitado por uma população de 20 000 almas”.

E depois de outras considerações, concluía: “Por tudo isso, entendemos que os ervais devem ser divididos e entregues ao domínio particular”. Amparava-se no exemplo de outros Estados, ao esclarecer. “Os ervais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, por estarem sujeitos a êste regime, se encontravam em estado de prosperidade, em contraste com a decadência dos nossos. “Naqueles Estados as pequenas propriedades de ervais apresentam o bellissimo aspecto dos laranjais bem formados, que fazem a admiração de quem viaja pelo rio Paraná, entre Corrientes e Goya, República Argentina. Mesmo aqui, no sul do Estado, perto de Ponta Porã, são notados alguns pequenos ervais apresentando o encantador aspecto de um pomar racionalmente plantado”. Com tais provas de cultura, não seria um mal o domínio particular, “mediante um fracionamento convenientemente estabelecido”.

Não sofreriam decréscimo os trabalhos de extração da erva-mate, pois que “a poda da árvore ou o corte dos seus ramos, reunidos em feixes e em seguida submetidos a uma ligeira torrefação para serem, por fim, fragmentados e acon-

dicionados em bôlsas, constitui tudo quando se tem de fazer para conseguir o produto que a empresa Laranjeira, MENDES & CIA. manda moer em Buenos Aires. São operações elementaríssimas atualmente praticadas por paraguaios, que a empresa recruta na vizinha República”.

Cessada a safra, voltavam as comitivas ao seu torrão natal, com exceção de alguns que encontravam jeito de mais longa permanência. Iriam concorrer para o aumento dos povoadores, cujo número, por essa época, orçaria, pelas informações de BRANDÃO JÚNIOR, engenheiro militar, que palmilhara grande parte das paragens sulinas, por 20 000 habitantes. Ao findar a segunda década do século, a contagem deficiente acusou:

Bela Vista	7 299 habitantes
Ponta Porã	19 112 ”

Antes que se procedesse a operação mais rigorosa, empreendida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1940, a estimativa, referente a 31 de dezembro de 1936, apontava:

Bela Vista	12 890
Dourados	14 081
Entre Rios	10 000
Maracaju	8 400
Ponta Porã	25 490

No interregno, a divisão municipal criou novas unidades administrativas, a principiar de Maracaju (11-10-1929), Entre Rios, atual Rio Brillhante (26-9-1929) e, por fim, Dourados, (20-12-1935) indicativas de maior densidade demográfica regional, inspiradora de sucessivos desmembramentos.

O Recenseamento de 1940, porém, apontou acréscimos e diminuições nessas cifras, conforme assinalou a *Sinopse Preliminar dos Resultados Demográficos*, obtidos a 1.º de setembro.

MUNICÍPIOS	Superfície km²	População	Densidade hab/km²
Bela Vista.....	9 358	13 851	1,48
Dourados.....	19 688	15 053	0,76
Entre Rios.....	20 218	8 279	0,41
Maracaju.....	4 591	5 224	1,14
Ponta Porã.....	22 425	33 412	1,49

Maiores alterações, todavia, verificaram-se em 1954, por ocasião do levantamento censitário de 1 de julho, que registrou as cifras seguintes:

MUNICÍPIOS	Superfície	População	Densidade hab/km²
Amambai.....	16 278	16 083	0,612
Bela Vista.....	11 272	16 436	1,458
Dourados.....	20 306	22 834	1,124
Entre Rios.....	20 866	8 838	0,424
Maracaju.....	5 387	5 799	1,076
Ponta Porã.....	7 908	19 997	2,529

Aparentemente, diminuiu a população de Ponta Porã, que, na realidade, aumentou, pois, que o seu total completar-se-ia com o de Amambai, formado com extensa porção do seu território antigo. Reduzido em tamanho, cresceu pela densidade demográfica, 2 529, como igual não se observa outra em nenhum município mato-grossense.

Também, ainda por causa, em grande parte, de indústria extrativa, proporcionada pelos seus ervais, concorre, para o cômputo da sua população, o elemento étnico rio-grandense, bem como o paraguaio, a respeito do qual anotou KUHLMANN:

“Na área do mate, quase todo o trabalho de coleta e preparo da erva é feito por paraguaios.

Sujeita-se o ervateiro ou mineiro aos procesos de trabalho mais primitivos e brutais. O transporte do fardo do mate, o “raio”, pesando algumas vezes mais de 150 quilos, é feito hoje pelo ervateiro, que o carrega às costas; tal peso produz um intumescimento no pescoço do mineiro, muito semelhante ao produzido pelo bócio.

O salário do empregado, muito baixo, é à base das arrôbas transportadas. Daí, o interesse do mineiro em transportar o máximo possível”.

O Recenseamento de 1 de julho de 1950, confirmou as impressões do viajante.

Os dois municípios pioneiros na extração da erva, acusaram:

	Bela Vista	Ponta Porã
População total	16 585	20 627
Estrangeiros em geral — homens	787	1 215
” ” ” — mulheres ...	724	1 137
Naturais do Paraguai — homens	735	1 037
” ” ” — mulheres ...	698	985

Os 1 433 paraguaios correspondem a 8,6% da população do Município de Bela Vista, ao passo que, em Ponta Porã, a percentagem dos seus patrícios, no total de 20 627, monta a 9,8%.

X — O MATE E A POLÍTICA

DESDE os primórdios de sua utilização, o mate exibiu tendências a exercer influência política, mas ou menos intensamente. De princípio, foi o Governador HERNANDARIA SAAVEDRA, que lhe previu os malefícios, ao queimar, em praça pública, assim que saltou no pôrto final, as encomendas de mate, com as quais viajara sem suspeitar.

De modo análogo procediam os religiosos, que increpavam a bebida de vício infernal, alimentado com o sacrifício dos nativos incumbidos da sua extração. Os jesuítas, mais tarde, em vez da condenação inapelável do seu uso, preferiam valer-se do mate como elemento garantidor do povoamento das reduções, em tôrno das quais empreenderam a plantação de ervais, como aconselhou o Padre BURGÉS, para que fôsse fácil e cômoda a colheita.

Diferentemente dos processos empregados pelos industriais, desenvolveu-se, destarte, a iniciativa dos jesuítas nas Missões. Para os primeiros, os indígenas penavam em trabalhos mortificantes, executados a centena de léguas de Assunção. Subnutridos e derreados pela carga, não raro sucumbiam em meio da tarefa. Dos outros, atentou AZARA: (42) *"Es menester convenir, en que aunque los padres mandaban alli en un todo, usaron de su autoridad con una suavidad y moderacion que no puede menos de admirar-se"*

A todos les daban vestuario y alimento abundantes. Hacian trabajar à modo de fiesta; porque iban siempre en procesion à las labores del campo, llevando musica y una imagencita en andas, para lo cual ante todas se hacia una enramada, y la musica no cesaba hasta regresar al pueblo como habian ido. Daban por vestidos à los varones un gorro, una camisa, calzones y poncho, todo de lienzo de algodón grueso, claro y ordinario, les hacian cortar raso el cabello, sin permitir-les calzados. Tampouco lo permitian à las mujeres, reduciendo se todo su vestido al tipós o camisa sin mangas del citado lienzo, cenida à la cintura".

O regime de vida nas Missões, em que imperava severa disciplina, amenizada pela música e abundância de alimentação, conseguia diminuir o custo de produção da erva, abaixo do limite suportado pelas remessas dos moradores de Assunção.

O antagonismo econômico acirrou o político, expresso em hostilidades, que chegaram ao conhecimento do monarca. Queixavam-se os prejudicadores de

que os missionários estavam aumentando cada vez mais a sua exportação para Buenos Aires, suplantando assim a concorrência de outros produtores, que obtiveram decisão a seu favor, limitativa da quantidade que poderia proceder das Missões. Doze mil arrôbas anuais, apenas, em lugar de quarenta mil, como lograram mandar a Buenos Aires, anteriormente à cédula real de 1679. Não obstante contida a sua expansão comercial, prosperou a indústria ervateira missioneira, inspiradora das mais fortes investidas contra o Tratado de Limites de 1750.

É sabido que foi ALEXANDRE DE GUSMÃO o seu maior inspirador, por lhe atribuir propósitos garantidores da paz entre os dois imperialismos da Península. Conserva-se a Colônia do Sacramento, à beira do Rio da Prata, como fator permanente de discórdia entre os dois monarcas rivais. Ideou, então, o estadista luso-brasileiro cedê-la de todo à Espanha, desde que recebesse Portugal, em troca, o território a leste do Uruguai, onde se estabeleceram as missões jesuítas dos *Siete Pueblos*.

Ganhariam os espanhóis, por se livrarem da vizinhança incômoda, a que atribuíam a penetração de contrabandistas. Também lucrariam os portugueses, por alargarem, para o interior, as terras que lhes pertenciam. Assim combinaram os plenipotenciários, após trabalhosas e demoradas negociações. Divulgadas, porém, as cláusulas convencionadas, com aprovação dos respectivos monarcas, não tardaram as objeções. As maiores derivaram dos jesuítas, cujo intérprete, o Padre ESCANDÓN, secretário do Provincial da Província do Paraguai, redigiu:

“El juicio que generalmente se forma de dicho tratado y los sentimientos de todos los que en estas tres dilatadissimas provincias de Tucuman, Paraguay, Rio de La Plata se tienen sin que haya nadie que sea de parecer contrario”:

Ao confessor do Rei da Espanha enviou, a 23 de abril de 1752, de Buenos Aires, o arrazoado, que articulou prolixamente, para mais impressionar os estadistas metropolitanos. No tocante à perda dos ervais, que passariam aos domínios de Portugal, argumentou, enfaticamente: 17 — *“Que con dicha entrega se hacen los portugueses dueños tambien, totalmente dueños de los yerbales no solo de los siete pueblos que se les dan, sino tambien se hacen igualmente y con la misma certeza dueño de los demas yerbales de todos los otros pueblos que quedan para España en la otra banda del Uruguay, por que todos los tenían en las tierras que se les dan o tratan de dar hacia el Brasil entre los dos rios Uruguay e Ivicuy, y con los otros rumbos desde el Pequiri hasta el alto grande del Paraná se hacen semejantemente dueños de los yerbales de todos los otros pueblos del Paraná, menos del de uno que es de el Jesus.*

Y con esta nueva adquisicion à mas de los otros contrabandos que harán desde sus nuevas colonias que se les dan fundadas y fundarán, se alcanzan los dichos portugueses no solo con todo el trato de la yerba “caamini” que de estas provincias para à las de Chile y Peru, sino tambien con el de cuanta yerba de

palos quisieren hacer de dichos yerbales.” E acentuava os danos resultantes, pois que 31. . — *“la yerba “caamini” tan destinadamente amada de dichos indios, y sin la cual aunque todo lo demais les sobra se en sus propios pueblos, es incapaz que en ellos esten quietos, ni contentos, si en ellos no lo tienen cada dia à la mañana, à medio dia y à la noche, o cerca della, en las cuales horas se les repartia hasta aqui su racion à cala vecino todos dos dias del año sin faltar ninguno”*. (43)

De momento, as razões dos missionários não foram endossadas pelos governantes, mas não deixariam, mais tarde, de contribuir para a anulação do Tratado, a 12 de fevereiro de 1761, por novo ajuste, concluindo em El Pardo.

Ao referir-se à negociação, a que imprimia a marca de sua personalidade, capaz de compreender os radiosos propósitos de ALEXANDRE DE GUSMÃO, diria FLORIDA BLANCA, (44) primeiro Secretário de Estado na Espanha, ao tempo dos entendimentos culminados em 1750:

“La oposicion y las intrigas de los jesuitas, asi como la repugnancia de los Portugueses para entregar la Colonia obligaron à Vuestra Magestad à anular este Tratado”.

Embora vitoriosos neste lance, não conseguiram os jesuítas evitar a expulsão, a 27 de fevereiro de 1767, que os afastou dos ervais. Entregues a administradores, que não adotaram os mesmos métodos, não tardou o declínio, que lhes esbateu a superioridade em relação à indústria privada. Nenhuma consequência política entre as muitas que se articularam com os ervais, alcançou, todavia, a magnitude da que se baseou na região sulina de Mato Grosso, quando as legiões de SOLANO LOPES a invadiram.

O escritor MÁRIO MONTEIRO DE ALMEIDA, que estudou criteriosamente o escandaloso episódio, no 14.º capítulo da sua bem documentada obra — *Episódios Históricos e Formação Geográfica do Brasil* — (45), assinalou que a ambição de ELISA LYNCH inspirou decreto de 31 de outubro de 1865, mediante o qual o Vice-Presidente FRANCISCO SANCHEZ, para dissimular a responsabilidade do onipotente Marechal, sabiamente protetor da mãe de seus filhos, autorizou a venda dos bens nacionais que ela pretendia. Por 155 000 pesos adquiriu várias casas urbanas e porções de terras situadas no próprio Paraguai, no Brasil, e na província argentina de Corrientes”. Era um mundo por uma tutaméia, que é de presumir dispensasse até o recolhimento da quantia arbitrada aos cofres públicos. Ainda quando houvesse realmente desembolso, a transação contrariava o regime tradicional do Paraguai, onde, *“a propriedade das terras era sempre do poder público. Não devia haver propriedade privada. As terras seriam arrendadas mediante a contribuição de renda certa, o que constituiria uma das fontes permanentes da receita nacional”*. A cavalaria de MARTINS URBIETA assenhoreou-se de Mato Grosso, depois de aniquilar a resistência épica de ANTÔNIO JOÃO, em Dou-

rados. Tanto bastou para que a inspiradora de LOPEZ arrolasse em seu patrimônio territorial a região dilatada do Ivinheima ao Iguatemi, entre o Paraná e o divisor de águas. O decreto baixado por D. FRANCISCO SANCHEZ, alienando a LYNCH aquelas terras do Brasil, fôra acompanhado de instruções executivas. Determinou-se ao comandante da divisão do norte e dirigente político do distrito paraguaio, criado em terras de Mato Grosso, capitão URBIETA, proceder a formalidades especificadas para a transmissão das terras à adquirente, representada no ato respectivo.

A cerimônia da imissão de posse de LYNCH nas terras verificou-se à margem direita do Ivinheima, a 27 de dezembro, assistida por um pelotão de cavalaria. Mas a ocupação efetiva, iniciada em fevereiro, não perduraria, diante das hostilidades dos naturais possuidores daquelas paragens, onde não admitiam condomínio.

Não obstante, após a derrota de SOLANO LOPES, ainda a pretensa propriedade, já residente em Buenos Aires, transferiu a seu filho ENRIQUE VENÂNCIO LOPEZ e JOÃO BATISTA MEDICI, a 3 de fevereiro de 1885, as glebas abandonadas. E quando o Governo Provisório baixou o decreto n. 169-A, de 19 de janeiro de 1890, a respeito do *“registro imobiliário como formalidade necessária da transmissão da respectiva propriedade”*, não se descuidaram os interessados de levar a registro, no cartório de imóveis de Corumbá, a 24 de outubro de 1892, fora do âmbito determinado por lei, a escritura de compra e venda. Baseado no cumprimento dessa exigência, pretendeu o filho do ditador e de Mme. LYNCH, que firmou o documento como *“espôsa do sábio francês X de Quatre fages”*, imitir-se na posse das glebas cobiçadas, onde já trabalhavam milhares de obreiros, que a desconheciam. *“Diante das dificuldades emergidas, em 1895 foi despachado para o Rio de Janeiro o Dr. JUAN SILVANO DE GODOY, com a incumbência de conseguir do Governo do Brasil o reconhecimento do direito de propriedade do sucessor de LYNCH, sobre aquelas terras”*.

A respeito dessa presunção, afirmou o Ministro das Relações Exteriores, Dr. CARLOS DE CARVALHO, em seu relatório de 1896:

“Por ocasião da guerra contra o governo do Paraguai, foram vendidas a madame ELISA LYNCH, em 1865, terras que o Brasil sempre considerou como suas no atual Estado de Mato Grosso. Pretendem os sucessores da compradora que lhes seja reconhecida a validade dessa aquisição. O Trabalho de Limites concluídos a 9 de janeiro de 1872 e os seus antecedentes, expostos no Anexo do Relatório de 1857, excluem essa pretensão”.

Contrariado pelo Executivo, não desanimou VENÂNCIO LOPEZ, que veio ao Rio de Janeiro, em 1894, decidido a recorrer ao judiciário, em pleito famoso confiado ao patrocínio de RUI BARBOSA, contra quem investiu desabridamente o deputado CÉSAR ZAMA. Além de revidar ao seu antagonista, em formoso discurs-

so, de 13 de outubro de 1896, cuidou o Senador baiano de aforar a causa avaliada em trinta mil contos de réis, perante o Juízo Federal do Rio de Janeiro. A impugnação do representante do Estado de Mato Grosso, senador A. AZEREDO, conseguiu, em grau de recurso para o Supremo Tribunal Federal, sumariamente decidido, tranferi-la para o juízo de Cuiabá, para onde seguiu o Dr. COSTA NETO, colaborador do eminente patrono. Era Juiz Federal o Dr. JOÃO DE MORAIS MATOS, que, tomando conhecimento dos arrazoados dêste e dos defensores de Mato Grosso, Dr. ALFREDO JOSÉ VIEIRA e ARNALDO NOVIS, prolatou, a 18 de outubro de 1900, a sua sentença, que julgou a ação improcedente.

Confirmou-a por acórdão de 17 de dezembro de 1902, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar a apelação, em que declarou: *“as terras pretendidas pelo autor eram devolutas e, como tais, faziam parte do patrimônio da nação e, nos termos do art. 64 da Constituição Federal, pertenciam hoje ao Estado de Mato Grosso”*.

“Amortalhavam-se nessa decisão final, concluiu o Dr. MÁRIO MONTEIRO, as aspirações cobiçosas do descendente do ditador guarani de se tornar latifundiário nas terras sulinas de Mato Grosso, onde as tropas paraguaias, a mando de seu progenitor, haviam cometido tantas desumanidades”.

XI — UM ESTADO NO ESTADO

QUANDO E. VENÂNCIO LOPES armou o seu plano de apossamento da região ervateira, já, por arrendamento, começara TOMAZ LARANJEIRA a ocupá-la com as suas turmas de “mineiros”. O nome provinha do Paraguai, onde assim se designavam os trabalhadores que mourejavam nos ervais, dos quais contava 250, em 1880, “*para o meu trabalho de elaboração de erva mate e transporte*”. Prometia transferi-los ao Brasil, caso obtivesse a concessão que pleiteava. Atendido em suas pretensões, conseguiu afastar os concorrentes a análogos favores, graças à proteção do general ANTÔNIO MARIA COELHO, primeiro governador de Mato Grosso, no período republicano, seu amigo na campanha demarcatória, que lhe ampliou a área arrendada, desde o Ivinheima ao Iguatemi, e das cabeceiras das Onças ao Paraná. (46)

Todavia, temeroso, porventura, de ser prejudicado pelo “Encilhamento”, em que soçobraram inúmeras emprêsas, esforçou-se por transferir a sua ao Banco Rio e Mato Grosso, de que era presidente o Senador JOAQUIM MURTINHO. Por sua ordem, para reforçar os favores obtidos, foi a Cuiabá emissário de alto coturno, o engenheiro FRANCISCO MURTINHO, que encontrou na Presidência do Estado seu irmão, Dr. MANUEL MURTINHO. Não lhe custaria assinar o contrato de 2 de agosto de 1894, moldado na Resolução legislativa n.º 76, de 13 de julho anterior, que autorizou a concessão, à Companhia Mate Laranjeira, de todos os ervais do Estado, compreendidos entre o Iviheima, o Paraná, a lindeira paraguaia e o alto de Maracaju, dilatados por dois graus de latitude e dois de longitude, em área de 1 600 léguas quadradas, aproximadamente. Firmou-se, desta maneira, por mais 16 anos, o monopólio, que já vinha avultando nas concessões anteriores, fundidas e ampliadas pela nova.

Autorizada a exportar por Ipeun, no extremo sul da divisória, e Pôrto Murtinho, a emprêsa pagaria apenas 800 réis por arrôba de erva, com a condição, porém, de produzir mais de 3 750 000 quilos, anualmente. Garantidos os seus privilégios até julho de 1916, e sobranceira, nesse prazo, a qualquer concorrente, forcejou a Emprêsa por intensificar a colheita da erva-mate, além do mínimo a que se obrigara. E a consolidar o seu poderio, não sòmente no sul de Mato

Grosso, mas que ainda na política estadual, em que se verificou subversão total dos valores, quando o Dr. JOAQUIM MURTINHO assumiu a chefia do Ministério da Fazenda. (47).

A sombra do prestígio fraterno, o Dr. MANUEL MURTINHO, que se afastou do Estado, para ser Ministro do Supremo Tribunal Federal, decidiu reverter às atividades partidárias contra o situacionismo, dominado pelo prestígio de GENÉROSO PONCE. Recomendou aos seus amigos que abrissem dissidência e a sustentassem pelas armas, que o Presidente CAMPOS SALES tolerou, não obstante contrariar a sua política de governadores, vigente no Brasil inteiro, exceto em Mato Grosso.

Conseguiu, pelo cerco da capital, efetuada pela "Legião Campos Sales", anular as eleições presidenciais de 1.º de março de 99, em que fôra derrotado. Para angariar votos suficientes na Assembléia Legislativa, que lhe garantissem o reconhecimento do candidato na eleição renovada, incumbiu de ir a Cuiabá o Dr. LUCÍDIO MARTINS. (48)

Era um dos diretores da Companhia Mate Laranjeiras, a quem se atribuiu o financiamento da missão política, ultimada com êxito.

Transformada na firma social Laranjeira, Mendes & Cia., com sede na cidade de Buenos Aires, que lhe adquiriu, por três mil contos de réis, os bens, ao tempo em que soçobrava o Banco Rio e Mato Grosso, cujo acervo TOMAZ LARANJEIRA comprou por 2 250 contos, a Empresa viveu de harmonia com o novo situacionismo, que ajudara a triunfar. Cumpria as obrigações contratuais, que lhe fôsem convenientes. Simultaneamente, porém, exercea atividades, que as autoridades não percebiam. Certo, as suas embarcações continuavam a mostrar-se em Pôrto Murtinho, para o transporte de cargas. Mas, também, sulcavam, em território paraguaio, o Jejui, até o pôrto de Panadero, onde as carretas, provenientes de Amambaí, lhe entregavam a erva cancheada, e recebiam vinho, arroz, sal, bebidas e vários outros artigos de importação.

Suspeita de contrabando, essa corrente comercial, para provar que não exercia, aceitou de bom grado a criação da guarda fiscal na fronteira, em consequência do convênio firmado, a 6 de maio de 1902, pelo Ministro da Fazenda, JOAQUIM MURTINHO, e o representante de Mato Grosso, deputado LINDOLFO SERRA. Acusada de cometer abusivas tropilhas, em benefício da Empresa, a guarda fiscal, sob a chefia de CÉSAR DE SOUZA, foi destroçada a 2 de setembro, pelos gaúchos, que FELIPE DE BRUM e BENTO XAVIER comandavam.

A ocorrência realçou o fator novo, que derivava do povoamento da região sulina por enxames de rio-grandenses. Como se julgasse a Empresa desprovida de meios para impedi-lo, em tão vasta área, tentou precatar-se, mediante reforço do monopólio que disputava. Quando se lhe afigurou propícia a transforma-

ção política, resultante da vitória da "Coligação", que se revoltara contra o governo estadual, recorreu a prestigioso protetor, MANUEL MURTINHO, um dos chefes do situacionismo, para justificar a sua pretensão. Era o indicado para o próximo quadriênio presidencial, consoante o acôrdo constitutivo do novo partido, de que participara, juntamente com os vencidos de 1899.

A última hora, porém, desistiu, por conveniências particulares, de sua candidatura ao Governo do Estado. Não renunciou, todavia, à participação na chefia da política mato-grossense, sem deixar a sua residência de Santa Teresa, no Rio de Janeiro, nem as honras de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

A outro dos coligados, de credenciais análogas, GENEROSO PONCE, coube substituí-lo, por voto do eleitorado. As idéias que propagara, acêrca da indústria ervateira, divergiam das aspirações da Empresa arrendatária, que M. MURTINHO em vão se esforçou por defender. A 9 de setembro de 1907, HENRIQUE AUGUSTO DE SANTANA, seu procurador, levou à Assembléia Legislativa extenso memorial, no qual, para *"impulsionar a indústria da erva-mate neste Estado, e criar, ao mesmo tempo, novos empreendimentos, solicitava, entre outros favores:*

- a) *prorrogação do monopólio por mais 14 anos, até 1930;*
- b) *permissão para organizar força policial, "que ela julgar conveniente para manutenção da ordem, cumprimento da cláusula antecedente (que vedava a estranhos permanecerem nos ervais sem a sua autorização) e defesa de outros interesses comuns às duas partes (Estado e Empresa).*

Se atendida, ficaria a arrendatária com atribuições de policiar vasta região, onde não consentiria penetrasse nenhum povoador, e ao mesmo tempo se garantia a faculdade de escolher as melhores glebas, para aquisição, ao preço de 400 réis por hectare, nos campos, e 1\$000, quando houvesse algum erval.

A Comissão de Indústria, a cujo exame foi submetida a petição, em parecer de 28 de setembro, averbou de estacionário o desenvolvimento da indústria extrativa do mate, injustificável em face dos favores outorgados, em privilégio exclusivo, pelos contratos que vigorariam até 1916. Descendo à análise das cláusulas propostas, a Comissão opinou que a taxa de arrendamento, oferecida pela Companhia, era desvantajosa de todo; que a aquisição de latifúndio *"nas terras mais ricas", por preço inferior ao legal, nenhuma conveniência apresentava*, *"sendo preferível esperar a extinção do prazo de contrato do arrendamento atual, para dispor delas de maneira proveitosa".*

Também não lhe pareceu aceitável a multiplicação de portos de saída, para os quais a *"Companhia pretende que o Estado a recompense com êste des-serviço, com 15 lotes de terras de 3 600 hectares cada um. Os termos claros em que se acha expresso êsse ponto da proposta dispensam maior exame".* Mais grave impugnação, além da redução de impostos, provocou a relativa ao poli-

ciamiento. *“A Companhia pretende que o Estado ponha ao serviço do seu particular interesse uma força militarmente organizada; e esta força, de um efetivo dependendo do critério da Companhia que a requisitará ao Governo, conforme julgar conveniente, será subsidiada pela Companhia. Os poderes públicos não podem fazer qualquer concessão a este respeito”.*

Cabe-lhes, ao revés, *“a estrita obrigação de impedir o regime pretendido por constituir ameaça de subversão da ordem pública. A formação de um Estado dentro do Estado não deveria jamais ser permitida”.*

Acorde com tais conceitos, mediante os quais a Comissão de Indústria defendeu os interesses da coletividade, a Assembléia Legislativa endossou-os sem restrição.

Informado com a decisão da Assembléia Legislativa, constituída de seus correligionários, MANUEL MURTINHO ainda recorreu, visivelmente agastado, em carta de 25 de outubro, a GENEROSO PONCE, que reconquistara o perdido prestígio:

“Em primeiro lugar, não posso compreender como a orientação dos que têm a responsabilidade da situação dominante esteja subordinada ao que resolver a maioria dos amigos, como se pretende inculcar, pois importaria nivelarem-se tôdas as posições políticas, dando-se ao voto de cada correligionário o mesmo peso na balança das deliberações partidárias”.

E após verificar a frustração dos seus esforços, voltou ao assunto a 1.º de dezembro: *“Sendo, pois, assim, a meu ver, tão inconsistentes as razões do indeferimento da petição da Companhia, não podia tal resultado deixar de suscetibilizar os que, cônscios das vantagens presentes e futuras que adviriam ao Estado da organização da projetada empresa, recomendaram com o maior empenho a proposta rejeitada. Cabendo-lhes grande soma de responsabilidade na actual situação política do Estado, para a qual concorreram precipuamente, é justo que sejam atendidos quando procuraram imprimir uma orientação salutar na marcha dos negócios públicos”.*

Naturalmente, refletia também a opinião fraterna, do senador JOAQUIM MURTINHO, que não incluiu na ameaça de rompimento, ao acrescentar:

“O contrário será promover o rompimento da indispensável solidariedade e serão incalculáveis os males que daí provirão, pois nossa terra precisa, de vez, de ordem e harmonia. Varro, assim, minha testada e desejo que em minhas palavras nada veja de magoar quem quer que seja, não passando de uma legítima expansão entre amigos”.

Na ocasião, G. PONCE, ainda quando o quisesse, para atender a solicitação do amigo, nada poderia fazer em benefício da Empresa, que não tardaria em voltar à carga, em condições aparentemente mais promissoras, assim que terminou o quadriênio governativo, iniciado por G. PONCE e ultimado por PEDRO CE-

LESTINO. Esperançosa de conseguir quanto desejasse, elaborou, a 26 de junho de 1912, extenso memorial, em que tentou contraditar o parecer da Comissão de Indústria, de 1907, para, em seguida alinhar as suas pretensões, a saber:

- 1.º) *a prorrogação do privilégio por 22 anos, a começar de 1.º de janeiro de 1913;*
- 2.º) *pagamento de quantias invariáveis “pelo presente arrendamento e pelos impostos de exportação da erva-mate e outros produtos vegetais, industriais, agrícolas, florestais e minerais”.*

Como simples eco do memorial oferecido pelo proponente, o parecer de 1912 doutrina opostamente às conclusões do anterior, de 1907, mas ainda assim angariou as assinaturas dos membros das Comissões de Petições e Orçamentos, com exceção de uma voz discordante, — deputado JOÃO CUNHA. Tão contraditório resultado derivava da transformação do ambiente político, mercê da substituição dos paredros. PONCE desaparecera, como também JOAQUIM MURTINHO. Mas a Empresa conseguira o apoio do Senador A. AZEREDO, chefe incontestado da situação dominante no Estado e no Brasil, como segundo diretor do P.R.C., de toda a confiança de PINHEIRO MACHADO. Em Mato Grosso, o Presidente J. A. DA COSTA MARQUES iniciava o quadriênio governativo, sem oposição, com a Assembléia desejosa de cooperar com o bom êxito de sua administração.

Nada faria prever o que sucedeu, diante da obstinação dos dirigentes, que não admitiram modificação alguma na proposta. Embora livre de qualquer responsabilidades de governo, o ex-Presidente PEDRO CELESTINO, assim que soube do aqodamento na aprovação do contrato, publicou, a 28 de junho, o primeiro artigo no jornal *O Mato Grosso*, a respeito do Arrendamento dos Ervais. A impressão causada animou-o a explanar a matéria em outras editoriais, que provocaram ardorosas discussões, na imprensa e na Assembléia, onde romperam vozes dissidentes, inspiradas na pregação atalhadora da celeridade na negociação entabulada. Intransigente, porém, a maioria quis cumprir as recomendações presidenciais favoráveis à peticionária. A luta em que se enterreiraram os apologistas do monopólio e os que adversavam, intensificou-se, acerbamente.

Em memória do homem, não constava nenhuma outra questão econômico-social, que tanto empolgasse as atenções em Cuiabá. No recinto da Assembléia Legislativa, onde se alternam as calmarias com as apaixonadas discussões partidárias, pela primeira vez, porventura, a divergência de opiniões manifestou-se, veementemente, a respeito de fenômeno extrapolítico. Em 1894, por ocasião da primeira concessão, os ervais eram praticamente desconhecidos, e por isso o Presidente MANUEL MURTINHO não encontrou opositores ao propósito de outorgar o monopólio respectivo à Empresa, de que seu irmão era *magna pars*. Em 1907, a resistência de GENEROSO PONCE e seus amigos, entre os quais sobressaía PEDRO



Tipo característico de ervateiro, com seu facão a tiracolo, ainda empregado para o corte da planta generosa.

(Foto Faludi, C.N.G.).

CELESTINO, ao contrariar o requerimento de prorrogação do mesmo privilégio, desenvolveu-se poderosamente, sem contrastes. Agora, defrontavam-se as duas correntes, orientadas respectivamente por duas doutrinas antagônicas, consubstanciadas no recente parecer e nos artigos de PEDRO CELESTINO.

Acalorou-se o debate, secundado pela imprensa e pelos aplausos dos espectadores que lhe acompanhavam, com entusiasmo, as fases diversas. Interveio, então, a disciplina partidária, aliando-se aos requerentes. Fêz-se questão fechada, e a divergência doutrinária, que deveria ter solução pelo raciocínio, foi, por isso, transformada em causa de confiança política. O voto contrário equivalia a passaporte para a oposição, que não existia ainda.

A pressa, na aprovação do parecer, pôs de manifesto a ordem de comando, que já não admitia transigências. Recebida a petição a 26 de junho, no dia seguinte passou às Comissões de Petições e Orçamentos, cujo parecer, datado de 2 de julho, foi distribuído aos deputados no dia seguinte, sem o conhecimento do primeiro secretário, a quem cumpria enviar à *Gazeta Oficial*, para a respectiva publicação, confiada à impressora particular. No dia 5, entrava em discussão, rejeitadas as emendas que restringissem o monopólio. O projeto, sagrado pela proteção presidencial, tinha que ser aprovado a todo o transe.

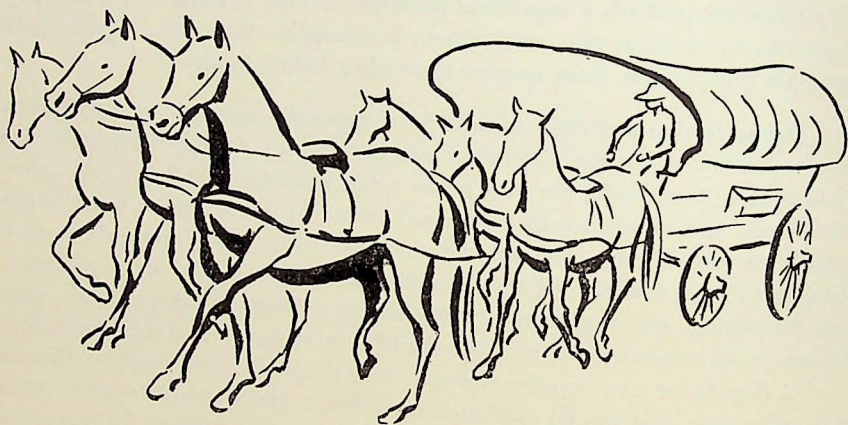
Daí se causou a decisão tomada pelos deputados que lhe eram contrários e se valeram do *“recurso extremo de não concorremos às sessões daquela casa deliberativa, impedindo, por essa forma o funcionamento do Poder Legislativo do Estado, nos derradeiros dias da sessão que acaba de encerrar-se”*. A intransigência da maioria, retrucou a minoria com a obstrução, que golpeou de morte o projeto (49). À vista do malôgro, a arrendatária, formulou a 7 de dezembro, a sua desistência, que a Assembléia, reunida por convocação extraordinária, para ultimar a lei orçamentária, não teve dúvida em aceitar, sem discrepância. Mas os dez deputados, que impediram a aprovação do parecer de 2 de julho, ficaram marcados pelo anátema do partido situacionista, a que ainda pertenciam. A diferença de ideologia, que se acentuara, porém, entre os patronos do monopólio ervateiro e os que resolutamente o combatiam, aplaudidos pela população dos municípios sulinos, transformariam a denominada “Questão do Mate” em favor de formação do Partido Republicano Mato-grossense, ou P.R.M.G.

Embora lhe tentassem ridicularizar a abreviação, interpretada como “perrengue”, sinônimo de fraco, em pouco se arregimentaria a agremiação, à sombra do prestígio crescente de PEDRO CELESTINO, que a animou com o seu idealismo patriótico, secundado por decididos parceiros, de análogos propósitos.

Expulso, embora, dos quadros oficiais, pela degola dos seus partidários, na ocasião de reconhecimento das eleições, para renovação do mandato, revelou energia indomável, que levou o partido dominante, para evitar possível derrota,

a preterir candidato à Presidência do seu agrado, mas exposto ao desgaste. E a substituí-lo, por outro, que não lhe era de preferência, mas se recomendava pelas credenciais de brilhante carreira, iniciada no crepúsculo do Império, General CAETANO DE ALBUQUERQUE.

Desde os primeiros meses, verificou-se a divergência entre o Governo, ansioso de realizar programa de renovação administrativa e o partido, que o elegera e não admitia modificações no sistema vigente. Quando, mais tarde, se definiu irremediavelmente incompatibilidade entre o Presidente e a Assembléia, que pretendeu expulsá-lo do governo, foi o “perrengismo” que lhe proporcionou meios de resistir aos atentados contra a sua autoridade. Aliaram-se, em tal emergência, os impugnadores do monopólio e o Governo, que isento de paixões partidárias, na campanha de 1912, soube encontrar satisfatória solução, para a magna “Questão do Mate”.



XII – FIM DO MONOPÓLIO

A QUESTÃO que em 1912 não se deslindara, recebeu no quadriênio seguinte, a colaboração de eficiente sabedor.

A 15 de agosto de 1915, tomou posse da Presidência o General CAETANO DE ALBUQUERQUE, de formação liberal, que escolheu para secretário da Agricultura o Engenheiro CONRADO ERICKSEN, conhecedor das vantagens do parcelamento de ervais no Paraná, onde exercia a sua profissão.

Na renovação da Assembléia, desaparecera a minoria, condenada pelo gesto de rebeldia contra as ordens terminantes dos chefes. Mas os princípios que defendera, as discussões que provocou, para o esclarecimento do problema relevante modificariam a opinião dos próprios deputados favoráveis ao malogrado projeto, alguns dos quais, reeleitos, participaram dos trabalhos legislativos de 1915, em que se elaborou a lei 725, de 24 de setembro, solicitada pelo Executivo e muito diversa das bases que motivaram a obstrução parlamentar. Assim é que o novo arrendamento seria contratado com Laranjeira, Mendes & Cia., “*ou com quem nas mesmas condições de idoneidade, melhores vantagens oferecer*”, mediante concorrência pública. A área arrendada não excederia de 400 léguas (1 440 000 hectares), nem a exportação anual desceria de 5 000 quilos. (50)

Maior inovação continha o artigo 31, mediante o qual: “*A cada um dos ocupantes de terras de pastagens e de lavoura situadas dentro da área compreendida no contrato de arrendamento em vigor, será garantida, dentro do prazo de dois anos, a contar de 27 de julho de 1916, a preferência para aquisição de uma área nunca superior a dois lotes de três mil e seiscentos hectares cada um, ainda mesmo que dentro dessas terras existam pequenos ervais*”.

Este dispositivo, que praticamente extinguiu o monopólio, abriu nova era aos ervais, permeabilizando-os à penetração de pequenos posseiros, que satisfizessem ao requisito essencial de “*prova de cultura efetiva e morada habitual, anteriores ao ano de 1914*”. A própria Empresa compreendeu que já não poderia conter a evolução da indústria ervateira nos anacrônicos moldes do monopólio, em que se engrandecera, e por isso resolveu preparar base diferente de ação futura.

Adquiriu do Estado, por compra, os hervaais do Jaapemi, próximos ao Amambáí, com área de 34 153, hectares, com sede em Campanário, que centraliza zona ervateira, mantida perfeitamente livre dos processos danosos, que vigoravam em várias glebas arrendadas. Avultam-se-lhe, em tórno, os ervais, à feição de la-

ranjais bem cuidados, donde exilou o machado dendroclasta, como anacronismo incompatível com a indústria moderna. Campanário liga-se, por meio de estrada de rodagem, ao Pôrto Felicidade, no trecho navegável do Amambai, por onde rodam as embarcações, pejadas de erva cancheada, para Pôrto Guaira. Apesar de reduzida, pela Lei 725, a área arrendada, a Empresa ainda superava o Estado como poder econômico. É o que se depreende da mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, a 13 de Maio de 1924, pelo Presidente PEDRO CELESTINO CORRÊA DA COSTA, que lhe calculou a receita bruta, baseado na estatística de exportação. *"O fato constatado, refletiu, a propósito da disparidade entre a receita do Estado, que orça por cinco mil contos e uma só de suas empresas industriais, que se eleva a cerca de trinta mil contos, reclama, de futuro, novo regime que melhor consulte os interesses recíprocos do Estado e dos produtores, principalmente quando estes se ocupam de produtos extrativos, cuja taxaço racional deveria ser ad valorem. Estando prestes a extinguir-se o prazo de arrendamento dos ervais, torna-se este assunto digno de meditado estudo de governo e desta ilustre corporação, de modo a ser adotado um novo regime que melhor assegure não só a prosperidade desta indústria, como a sua contribuição mais equitativa para o desenvolvimento geral do Estado"*.

Acorde com essa orientação, a Assembléia elaborou lei, sancionada a 7 de julho de 1924, que autorizava o Governo a *"arrendar, em concorrência pública e pelo prazo não excedente de dez anos, até a área de um milhão de hectares das terras ervateiras de propriedade do Estado"*.

A equiparação da arrendatária aos demais produtores de ervas, quanto ao pagamento dos impostos *ad valorem*, evidenciou que lhe cessavam os privilégios em relação aos concorrentes, cujo número tendia a crescer.

A extração deixou de ser centralizada, para se dispersar pelos proprietários de pequenos ervais, que podiam com maior eficiência cuidar das árvores que lhe pertenciam, sem desprezar ocupações de outra ordem, na lavoura ou criação. Evidenciaram-se os benefícios do parcelamento das terras, outrora, conservadas em blocos impenetráveis aos povoadores, quando se avantajou a produção argentina.

A cultura missioneira da erva, logrando extração por mais baixo preço, praticamente vedou a entrada, no mercado platino, do produto mato-grossense, que, na quase totalidade, para lá se encaminhava.

A repercussão na economia regional seria catastrófica, se ainda vigorasse o antigo arrendamento, pleiteado em 1912, por longo prazo, facilmente se prolongaria, caso vencesse na ocasião. Mas, reduzida progressivamente em seu âmbito, a Empresa resistiu melhor à conjuntura, assim como os pequenos industriais, que se reuniram em Cooperativa, para eficiente defesa, facilitada pela pluralidade das suas bases econômicas, de que a erva-mate será apenas uma das várias componentes, sem a passada supremacia.

XIII – COMÉRCIO

D E princípio, seria nula a possibilidade de figurar a erva-mate como algum dos artigos geradores de transações mercantis. Condenado o seu uso pelas autoridades, civis e eclesiásticas, somente por meios clandestinos poderia expandir-se, contrariando severas proibições. Quanto mais aumentava, porém, o número dos seus apreciadores, crescia a procura da fôlha prestadia, em cuja extração penavam os nativos. *“Quando se começou o benefício e comércio, anotou o padre TESCHAUER, o preço por que se comprava cada arrôba no Paraguai era 12 pesos ôco, que correspondia a 4 pesos em prata: transportada a Santa Fé, onde corria moeda de prata, se vendia por 8 a 10 pesos a arrôba, na província de Tucumã 18 a 20 e ia subindo assim o preço, à medida que se aproximava do Peru”*.

Estimulada pelo preço compensador, avolumou-se a produção, de tal maneira que, *“em meados do século 17, caiu rapidamente o preço, segundo refere MONTOKA, a 1 pêso em Santa Fé ou 12 reales de prata a arrôba”*.

Todavia, não esmoreceu a exportação, assinalada por AZARA, a cuja curiosidade investigadora se franquearam os arquivos paraguaios, mercê do alto cargo que exercia na Comissão Demarcadora de Limites. (51)

“Se ha estendido tanto el uso de esta yerba, afirmou, que se lleva mucho á Potosi, Chile, Peru e Quito; el año de 1726 se estrayeron del Paraguay 12 500 quintalles de ella, y el de 1798, 50.000.

A propósito, afirmou o Padre ESCAUDON, em 1752, ao condenar a cessão a Portugal, pelo Tratado de Madrid, do território missioneiro, dos Siete Pueblos, em troca da Colônia do Sacramento:

“... con solo el beneficio de yerba que harán los dichos Portugueses en los yerbales con que ciertamente se quedan de los indios Guaranís, y con la yerba “caamini” que harán con ellos y con la de “palos” de que pueden hacer aún mas en los propios yerbales, harán un gravísimo daño y notabilismo prejuicio à toda la dicha provincia del Paraguay.

Viajarán y venderán mas de las doce mil arrobas de “caamini” (limites imposto por cédula real às vendas dos missioneiros) y cuantos otros millares quisieren así de ella como de la “palos”, que tambien harán en los mismos yerbales y venderán toda, sigase o no el daño que se sigiere à los Paraguayos, cuyo principal y unico comercio es el de la yerba dicha, algun poco de tabaco de hoja”. (52)

Dirigiam os missionários a colheita na região questionada, cujos produtos tomavam destino diverso.

“Embarcavam as suas ervas de exportação em S. Xavier e alguma em S. Tomé”, registrou a propósito o cônego J. P. GAY. E, águas abaixo, navegaria a remessa dos jesuítas, até Buenos Aires, cujo mercado lhes dava preferência aos produtos, preparados cuidadosamente e de mais baixo custo, por provirem de ervais plantados. “Houve época, apurou o J. P. GAY, em que subministravam anualmente até quarenta mil arrôbas a este mercado, mas tendo negociantes de Assunção reclamado a este respeito, uma cédula real de 1679 havia limitado a doze mil arrôbas a quantidade que das Missões podia ir anualmente a Buenos Aires”. (53)

Eram, por essa época, Assunção e Buenos Aires os dois centros exportadores da erva-mate, de procedência diversa. Resultavam da extração dos ervais nativos, para as quais os particulares enviavam as suas turmas de trabalhadores, condenados a tarefas mortificantes, ou da plantação nos arredores das “Reduções”, onde era mais suave o trabalho, que se ultimava com maior esmêro.

A expulsão dos jesuítas ocasionou o desmantelamento da sua organização obreira, baseada na disciplina que adotaram, acorde com a índole indígena. Os sucessores na chefia não lhes seguiram os ensinamentos, de sorte que, em breve prazo, nem mais puderam manter os ervais plantados. Em consequência, em vez de dilatar-se, em área, reduziram-se progressivamente, até se confundir com os naturais.

E as consequências no comércio não tardariam a manifestar-se.

No Brasil, todavia, sòmente mais tarde entraria o comércio da erva-mate a figurar na estatística. Ainda em 1815, no *Mapa da Exportação das Produções da Capitania de São Pedro*, a que deu J. F. FERNANDES PINHEIRO publicidade, ao anexá-lo aos seus eruditos *Anais*, cujo 1.º volume veio a lume em 1819, não consta referência a tal artigo. Seria a produção porventura destinada ao consumo regional, já bastante desenvolvido por essa época. Não tardaria, entretanto, a ocorrer o inesperado fenômeno, resultante das perturbações políticas platinas da época, de que teve ciência A. DE SAINT-HILAIRE, quando percorreu, em 1920, as províncias sulinas, em pesquisas botânicas.

“Uma planta não menos interessante cresce abundantemente nas matas vizinhas de Curitiba — é a árvore conhecida pelo nome de árvore do mate ou da congonha, que fornece a famosa erva do Paraguai. Como as circunstâncias políticas tornavam, então, quase impossíveis as comunicações do Paraguai propriamente dito com Buenos Aires e Montevideu, vinha-se dessas cidades buscar o mate em Paranaguá, pôrto vizinho de Curitiba. Os hispano-americanos, achando uma grande diferença entre a erva preparada no Paraguai e a do Brasil, pretendem que essa última é fornecida por um outro vegetal. Amostras que recebi

do Paraguai deram-me razão para afirmar às autoridades brasileiras ser a árvore de Curitiba inteiramente semelhante à do Paraguai; e a identidade de ambas ainda se me tornou mais evidente, quando vi, com meus próprios olhos, as plantações de árvores de mate feitas pelos jesuítas nas antigas missões. Se, de fato, o mate do Paraguai é, por sua qualidade superior ao do Brasil, resulta essa diferença apenas da diversidade dos processos empregados na preparação da planta". (54)

Uma vez verificada a conveniência comercial da exportação paranaense para o Rio da Prata, não mais se interromperia, senão temporariamente, nas fases de crise. E cresceu de contínuo, até conquistar o primado entre os artigos de exportação, ao fim do Império, consoante assinalou ANDRÉ REBOUÇAS (55). Também o Rio Grande, na região missioneira, concorreu para a exportação que praticamente já tinha cessado ao tempo das peregrinações do Dr. COUTY.

Após a proclamação da República, além das regiões produtoras, em plena atividade, do Paraná ao Rio Grande do Sul, outra começaria a contribuir para aumentar a exportação brasileira. Derivariam os primeiros ensaios da campanha demarcadora de limites entre o Brasil e o Paraguai, dirigido pelo Coronel RUFINO ENÉIAS GUSTAVO GALVÃO, mais tarde Barão de Maracaju, que iniciou os respectivos trabalhos pelo levantamento do Apa, a 16 de agosto de 1872. Rumando para leste, varou ervais inexplorados, que despertaram a atenção interessada de TOMAZ LARANJEIRA, de quem recebiam os expedicionários o fornecimento de gêneros alimentícios.

Bem avaliou o alcance da indústria extrativa, que se organizasse naquelas paragens. De princípio, normalizada a situação no Paraguai, lá encetou em 77, *o trabalho de erva-mate, pensando sempre em passar-me para o meu País, logo que se me concedessem ervais*", conforme declarou a Maracaju, então presidente da Província de Mato Grosso (56).

Adquirida a concessão, apressou-se Laranjeira em cumprir-lhe as cláusulas contratuais, para não perder direito ao monopólio dos ervais compreendidos entre o Ivinheima e o Iguatemi, a cabeceira das Onças e o Paraná. Como lhe escasseassem os recursos exigidos para tamanho empreendimento, constituía a "Empresa Mate Laranjeira", de que o Banco Rio e Mato Grosso, dirigido pelo Dr. JOAQUIM MURTINHO, tomou a maioria absoluta das ações.

Dáí se lhe causou a garantia de prosperidade, alicerçada nos empreendimentos planeados e executados, em grande parte, pelo seu primeiro Superintendente, engenheiro ANTÔNIO CORRÊA DA COSTA, que, nesse caráter, escolheu e adquiriu, para base de operações, a antiga fazenda "Três Barras", à margem esquerda do Paraguai, onde abriu pôrto, que, em homenagem ao seu mestre e amigo, deu o nome de Pôrto Murtinho.

Loteou-lhe o terreno para futura cidade, que manteria o topônimo. Para aí transferiu a sede da Empresa Mate Laranjeira, conservada até essa época em Vila

Conceição, do Paraguai, e facilitou-lhe o acesso aos ervais, por meio da via férrea construída até S. Roque, através de mata pantanosa.

Enquanto a erva paranaense e das paragens vizinhas embarcava em portos atlânticos, quando destinada aos mercados estrangeiros, a mato-grossense convergia tôda para Pôrto Murtinho, onde a recolhiam os navios e chatas, que desciam o Paraguai, o Paraná e o estuário platino até Buenos Aires.

As vias de comunicação com os ervais alongavam-se, à medida que se destruíam os mais próximos, em consequência do corte desordenado, a que não resistiam as árvores. Percorreu-as, por volta de 1924, quando já não serviam exclusivamente para os objetivos, que lhes determinaram a construção, o General MALAN D'ANGROGNE, e registrou: (57) *A outra linha de travessia do pantanal fronteira Pôrto Murtinho. Foi construída pela Empresa Mate Laranjeira, lançando em 1906 um "Decauville" entre essa povoação e S. Roque (22 km) a fim de assegurar a saída de erva proveniente do município de Ponta Porã; o mate acondicionado em sacos (bólsas) era transportado em carrêtas por trajetos ultrapassando 60 léguas, mas os veículos primitivos não podiam vencer o trecho alagadiço, onde, mesmo na seca, permanecem covixos, valos, no terreno inconsistente, formando, embora diminuto o trânsito, sumidouros e atoleiros de perigosa travessia.*

Era pelo Pôrto Murtinho que se fazia tôda a exportação de "Mate Laranjeira"; e a Companhia assegurava, em seu proveito direto, a conservação da longa estrada carreteira que do Patrimônio caiuás, rumava Cabeceira do Apa, pelo divisor Dourados, Santa Maria, descia a serra da Limeira e, buscando o apartador das águas do Apa e do Miranda, cruzava por Margarida — forte estância da Empresa e se destinava à ferrovia S. Roque — Pôrto Murtinho".

Como se alongasse demasiado o percurso, quando se desenvolveu a extração entre os afluentes do Iguatemi e do Amambá, cogitou-se de outra via de comunicação.

Premida pela necessidade de explorar as matas e cerrados mais próximos ao rio Paraná, em substituição dos mais altos, nas cabeceiras dos seus tributários, cujo rendimento diminuía assustadoramente, em função do corte devastador, que ia deixando mofinas capoeiras, onde antes verdejavam fecundos ervais, solicitou permissão para desviar a sua estrada de exportação, que pretendia seguir pelo Iguatemy abaixo, até o pôrto que abrisse a montante do "Salto das Sete Quedas". Com a data de 30 de agosto de 1909, a Empresa apresentou a sua petição, que deferida no dia seguinte pelo Presidente PEDRO CELESTINO CORRÊA DA COSTA, deu causa ao decreto 232, cujo artigo 1.º estipulou:

"Fica concedida à Empresa Mate Laranjeira, de Laranjeira, Mendes e C., permissão para abrir um pôrto na foz do rio Iguatemi, no Alto Paraná, por onde possa a dita empresa exportar os produtos dos ervais situados nas proximidades do segundo dêsses rios, visto não poder ela, como expôs em sua petição, expor-

tar esses produtos pelas estações fiscais de Pôrto Murtinho e Ipeum, em razão da enorme distância que medeia entre estas e os referidos ervais”.

Daí se causou a modificação da corrente comercial, a que se referiu o General MALAN: *“Mais tarde, em 1915, um homem de raro arrôjo e de empreendimento invulgar, o Presidente da Empresa, FRANCISCO MENDES, conseguia encaminhar pela bacia do Paraná a maior soma da produção ervateira; aproveitava igualmente o curso ao sabor da corrente, dos rios Amambai e Iguatemi, para transportá-las até Guaira e o extremo sul navegáveis do Alto Paraná superior.*

Por um Decauville de 60 kg, levava-a a Pôrto Mendes; aí por um plano inclinado de mais de 60 metros de diferença de nível, embarcam as bôlsas em navios argentinos, destino a Buenos Aires, via Posadas”.

Para o mesmo fim, seguia a erva paranaense, que até 1926 constituiu o produto básico da economia estadual, quando o Presidente MUNHOZ DA ROCHA afirmava ser o mate o grande *“bem do Paraná, a coluna de ouro de seu valor econômico”.*

De maneira análoga, baseado em cifras, lembrou o Senador OTTON MÄDER, (58) àquela época, o Brasil exportava para a Argentina 68 mil toneladas anuais de mate. *“E a Nação amiga, que até 1920 praticamente nada produzia, de 1926 em diante começou a colhêr os frutos de seus esforços nas plantações de mate nas Missões, acusando suas estatísticas uma produção de 13 mil toneladas naquele ano”,* que subiria a 100 000 em 1950.

Aliás, o surto da plantação missioneira espelhou-se no Boletim Comercial de Janeiro de 1922, que deu a lume o comunicado do cônsul geral em Buenos Aires, o Sr. A. SANTOS SILVA, baseado em informações do Museu Agrícola da Sociedade Rural Argentina: *“As plantações abrangem mais de 5 000 hectares com um total de mais de 5 000 000 de plantas. O número destas varia por hectare, entre 400 e 1 600, com uma média de 750. Sobre essa superfície se pode considerar que na terça parte se começou a colhêr a fôlha, isto é, que se iniciou a exploração e a fabricação da erva-mate, com um rendimento de 1 000 kg por hectare, que importam, em conjunto de 1 500 000 por ano, de produto elaborado. O rendimento e a qualidade duplicarão nos anos vindouros. Além disso, paulatinamente, outros 500 a 1 000 hectares se acharão cada ano em condições de ser explorados, e antes de cinco nos pode dizer-se que as plantas dos 5 000 hectares, atualmente em viço, estarão em exploração, com um rendimento de mais de 7 000 000 de kg. Nesse período, é provável que outros cinco mil hectares se encontrem plantados, de maneira que o rendimento, em 1926, poderá atingir a 9 000 000 de quilos e talvez mais”.* (59)

Em consequência, à Argentina foi reduzida gradativamente a sua importação. De queda em queda, baixou a 31 500 toneladas, em 1935, menos da metade do total verificado uma década antes, e apenas a 12 mil em 1950.

Ao mesmo tempo, multiplicava-se progressivamente a colheita missioneira, que transformou a Argentina, de país importador de erva-mate, que era então, em exportador, para os mesmos mercados consumidores, aos quais o Brasil enviava anteriormente os seus artigos. Ao perder o primado na economia paranaense, como fonte de *“maior receita oriunda dos impostos arrecadados por seu intermédio, direta ou indiretamente”*, o mate necessitou de amparo oficial, de que decorreram as mais urgentes medidas defensivas.

Não obstante, o comércio não mais reconquistou o florescimento doutroza, quando a erva brasileira se deparava no Rio da Prata a sua maior freguesia externa. E enquanto prosperarem os ervais missioneiros, não será possível a recuperação do mercado argentino, que absorvia avultada quantidade da produção brasileira.

Tornou-se a Argentina auto-suficiente em tal ramo, embora lhe fôsse conveniente receber escolhido tipo de erva, como a procedente de Mato Grosso, que lhe permitia compor, pela mistura com a das Missões, os seus próprios padrões comerciais. A quantidade, porém, mantinha-se em reduzidos limites, como evidenciou convênio promovido pelo Instituto Nacional do Mate. Ao ajustá-lo, estipulou a Argentina que *“devia comprar, anualmente, 27 mil toneladas de mate”*. *“Essa convenção entretanto, acrescentou o Senador O. MÄDER, não foi cumprida”*. Nos últimos anos, acusou a estatística, a êste respeito, as cifras seguintes, indicativas da quantidade remetida em toneladas. (69)

ANO	Argentina	Uruguai	Chile
1949.....	12 461	24 918	8 254
1950.....	11 953	24 923	11 089
1951.....	12 349	26 393	7 788
1952.....	11 952	22 774	11 157
1953.....	10 035	22 274	7 188

São êsses os principais importadores da erva brasileira. Os outros, reunidos, figuram por diminutas parcelas, praticamente desprezíveis.

	1949	1950	1951	1952	1953
Outros Países.....	222	245	87	176	220

Para o total exportado em 1953, contribuíram os seguintes Estados:

Paraná	26 862
Santa Catarina	5 798
Rio Grande do Sul	268
Mato Grosso	6 789

A discriminação das correntes comerciais indica as preferências dos dois maiores mercados, a saber:

Para a Argentina, enviaram as suas mercadorias:

ESTADOS	1949	1950	1951	1952	1953
Paraná.....	3 277	2 822	1 649	3 205	2 029
Santa Catarina.....	2 463	3 012	2 846	1 271	949
Rio Grande do Sul.....	408	150	602	157	268
Mato Grosso.....	6 113	5 844	7 208	7 299	6 789
São Paulo.....	200	125	46	90	—

Diferentemente, o Uruguai importou de:

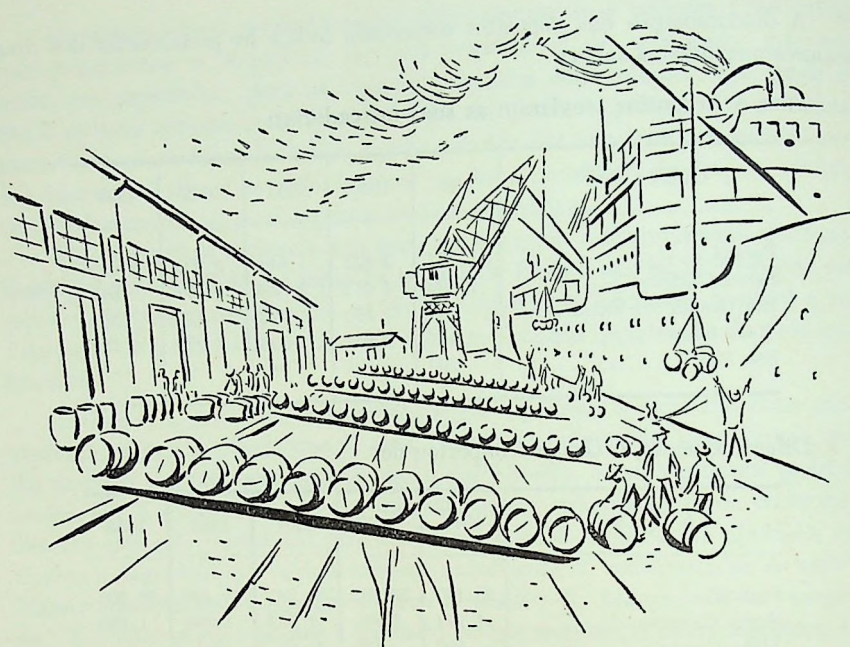
ESTADOS	1949	1950	1951	1952	1953
Paraná.....	23 147	23 002	24 841	21 490	20 505
Santa Catarina.....	1 271	1 801	1 552	1 284	1 769
Mato Grosso.....	500	120	—	—	—

Os valores correspondentes, expressos por Cr\$ 1 000,00, montaram, em relação à Argentina, a

ESTADOS	1949	1950	1951	1952	1953
Paraná.....	8 352	7 196	4 218	9 694	7 052
Santa Catarina.....	6 281	7 687	7 257	3 871	3 296
Rio Grande do Sul.....	996	383	1 536	491	948
Mato Grosso.....	18 869	18 319	23 723	25 405	27 411
São Paulo.....	567	333	147	315	—

No tocante ao Uruguai, registraram-se as cifras a seguir:

ESTADOS	1949	1950	1951	1952	1953
Paraná.....	69 480	71 468	88 197	80 281	93 337
Santa Catarina.....	3 343	4 688	4 484	4 218	6 193
Mato Grosso.....	1 688	384	—	—	—



Quanto aos portos de embarque, tanto serviram os marítimos como os fluviais, em 1953:

Paranaguá	12 218
Antonina	15 042
São Francisco do Sul	535
Pôrto Alegre	268
Pôrto Esperança	3 260
Pôrto Mendes	2 708
Santos	353
Concepción	517

39 717

As referidas cifras indicam ser, no Brasil, o Paraná o maior fornecedor de erva para o Uruguai, ao passo que a exportação de Mato Grosso, embarcada em Pôrto Esperança e Concepción, no rio Paraguai, e Pôrto Mendes, a jusante de Guaíra, toma o rumo de Buenos Aires, onde a beneficiam os moinhos argentinos, que lhe mudam o nome e a procedência.

XIV — CONSEQUÊNCIAS SOCIOLÓGICAS

QUANDO OS guaranis faziam excursões periódicas aos ervasis “*para se purgarem de suas moléstias*”, mal poderiam prever que estavam iniciando uma cerimônia de fecundas consequências. Escolhidas as fôlhas, obtinham a sua infusão, e “*a distribuíam entre si em uma cuia, que passava, de mão em mão, ou de bôca em bôca*”. (61)

Já não era simplesmente o consumo individual da fôlha, que dispensava o auxílio da água quente, substituída pela saliva. Reunida em torno da vasilha, em que fôra preparada a bebida, a parentela se exercitava, ao ingeri-la, na prática usual remanescente, porventura, no costume que se generalizou pela região produtora de erva e nas vizinhas que lhe receberam a influência. De princípio, seria escasso o número dos que a usassem líquida, fora das ocasiões apropriadas, em vez de mascá-las. Em breve, porém, a repetição dos atos coletivos, que os ensinavam a infusão, considerada medicinal, sem efeito algum inconveniente, levá-los-ia à experiência pessoal, que se generalizou entre a indiada e os seus descendentes.

O uso, porém, limitou-se, por longo prazo, às camadas sociais mais humildes. As de alta hierarquia consideravam-no abominável, até que duas conspícuas autoridades o adotaram, ostensivamente. O governo civil irmanou-se ao eclesiástico para a mudança de opinião.

Um tenente-general e um governador do bispado do Paraguai, “*atropelando todos os respeitos, registrou Lozano, se entregaram com tanto desenfreamento a êste vício que todo o povo se foi atrás dêles* (62). *Propagou-se dentro de poucos anos o uso e abuso da erva, de sorte que só na cidade de Assunção se consumiu 14 a 15 arrôbas por ano, em 1620*”.

A explicação, ao ocultar o nome das duas individualidades, responsáveis pelo govêrno da Província, que teriam dado o exemplo aos seus jurisdicionários, não deixa de envolver em mistério, gerador de lendas, a oficialização por assim dizer do uso do mate no Paraguai, donde irradiou para a vizinhança.

As Missões, em que os jesuítas beneficiavam a erva, deveriam passar ao domínio de Portugal pelo Tratado de Limites de 1750. Não o foram, todavia, apesar das tentativas demarcatórias, contrariadas pela insurreição indígena e ulterior anulação, pelo Convênio de El Pardo, de 1761.

A propósito, assinala TESCHAUER que em 1755, COMES FREIRE, do Sul, onde estacionou, à testa da Comissão, enviou amostra da erva à Côrte Real, que a teria provado de bom-grado. Assim, o chefe lusitano conheceu no local e experimentou a bebida, com que presenteou o ministro distante. Provavelmente a sua comitiva militar, ao saboreá-la, ter-lhe-ia propagado o uso, caso não o interrompesse a guerra anulatória de lindeiras, rematada pela incorporação da região missioneira de novo à Espanha, mercê das cláusulas ajustadas em 1777.

Na arraiada, porém, do século XIX, inesperado sucesso proporcionou condições mais propícias. Ao ter ciência do rompimento de hostilidades entre as duas Metrópoles peninsulares, precatou-se a guarnição do Rio Grande, comandada pelo Tenente-General PATRÍCIO JOSÉ CORREIA DA CÂMARA, contra qualquer investida pela fronteira meridional, enquanto ousados patriotas, dirigidos por JOSÉ BORGES DO CANTO e GABRIEL RIBEIRO DE ALMEIDA, expulsaram as autoridades espanhola das Missões Orientais, a cujo território se dilatou a jurisdição rio-grandense, em que se incluíram os respectivos ervaais. A supressão da barreira alfandegária, sem mais razão de ser, pois que se englobavam ambas as zonas dentro da mesma Província, contribuiria, sem dúvida, para a intensificação do intercâmbio, de mercadorias, de usos e costumes, de sentimentos, entre os missioneiros e os vizinhos mais próximos do Atlântico.

Não maravilha que os descendentes dos açorianos, que povoaram as cochilhas gaúchas, se habituassem à bebida, produzida nas Missões. E não somente continuaram a extração da erva, que aprenderam, mas lhe imprimiram ao uso modalidade característica, propícia a incrementar a cordialidade hospitaleira. Vem a talho o depoimento de A. SAINT-HILAIRE que, depois de perflustrar as províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás e São Paulo, aplicou a sua argúcia pesquisadora ao Brasil meridional, de que se ocupou de dezembro de 1819 a junho de 1821. Nada lhe escapava ao olhar sagaz, desde as plantas, analisadas com o saber de botânico, em cujos estudos se especializara, como evidenciou ao elaborar a *Flora Brasiliae Meridionalis*, aos tipos humanos com os seus gêneros de vida. Achava-se de pouso na fazenda de seu compatriota DELMONT, já identificado com os costumes regionais, em Jerebatuba, quando anotou, a 29 de setembro: "*Após o jantar, vários viajantes passaram pela estância. Serviu-se-lhes mate, tornaram a montar a cavalo, quase sem terem fadiga*". E acrescentou, a título de esclarecimento: "*Os que viajam nesta região tomam mate*".

Dias antes, na estância de JOSÉ CORRÊA, também formada no albardão, entre o Atlântico e a lagoa Mirim, começara a versar o assunto: "*Ainda dois mates que se levanta e, em seguida, muitas vezes durante o dia. A chaleira cheia de água quente está sempre ao fogo, e, logo que um estranho entra na casa, ofere-*

ce-se-lhe imediatamente um mate". De outra feita, ao aproximar-se de casebre de pau-a-pique, registrou: *"fui recebido por uma mulher de certa idade, honesta, muito conversada. Foi muito gentil como tôdas as mulheres desta região*".

Apenas entrei na casa, *fêz-me servir dois mates e, segundo o uso, numa pequena cuia de ponta recurvada, na qual estava metida uma bomba de prata*". E explicava:

"O nome do mate é pròpriamente o da paquena cuia em que se serve a bebida, mas dá-se também ao próprio líquido, ou à porção que a cabaça contém; assim, diz-se que se tomaram dois ou três mates, quando se tem esvaziado a cuia duas ou três vèzes". "Quanto à planta que fornece esta bebida, chama-se erva de mate ou simplesmente erva". Explicava o processo de prepará-la: *"A cuia pode conter cerca de um copo d'água; enche-se de erva até à metade, e, por cima, põe-se a água quente. Quando a erva é de boa qualidade, pode-se pôr até dez ou doze vèzes a água quente ao mate, sem renovar a erva. Conhece-se que esta perdeu sua força e que é necessário mudá-la, quando, pondo-se-lhe a água, não se forma mais escuma na superfície*".

Para melhormente indicar a facilidade com que até os forasteiros aceitavam a bebida, citou o seu exemplo pessoal, *"A primeira vez que provei esta bebida achei-a insípida, mas, cedo, acostumei-me com ela, e, atualmente, tomo muitos mates em seguida, com prazer, ainda mesmo que não se lhe tenha pôsto açúcar"*. (63)

Se fôsse apenas ingerido pelos apreciadores, cada qual de sua vez, não passaria de chá individual, sem maior influxo coletivo, apesar de constituir curioso elo de solidariedade entre os moradores e os viajantes, que lhes passassem à porta da residência, como apontou o sábio naturalista francês. Não tardou, porém, em apertar mais a aproximação entre os que o sorviam gostosamente, em companhia de amigos.

Gradativamente se foram apurando as peculiaridades rituais, que imprimiram o seu cunho às reuniões amistosas, em tórno. ou nas proximidades do fogo, em que se aquecia a chaleira, fornecedora de água quente.

Adaptado a tôdas as condições sociais, tanto o mate anima o convívio dos que dispõem de abundantes haveres, como alegra os menos providos de recursos. Enquanto os primeiros se utilizam de cabaças decorativas, cintadas de prata e não raro de ouro, acompanhadas de bombilhas de igual estilo, aos outros bastará uma cuia comum, e o canudo de metal mais barato que termina em cabeça perfurada, para servir de coador, que retenha a erva, quando o infuso é aspirado pela outra extremidade, levada à bôca. Na casa do rico, porém, como igualmente nos galpões, o mate irmana os circunstantes, como se filiassem à mesma família.

A cerimônia começa pela dosagem da erva, que o anfitrião introduz na vasilha, a que junta a água necessária. E experimenta o primeiro sôrvo, quando não delega a prioridade a alguma pessoa de sua escolha na fase preparatória.

Considerada perfeita a escorva, a cuia, novamente cheia de água quente, passa à pessoa próxima, que a esvazia, paulatinamente, por meio da bombilha. E, assim, sucessivamente, vai ter às mãos e bôca dos parceiros contíguos, até que a erva não mais contenha os princípios que lhe dão sabor agradável. É hora, então, de encilhá-la, por meio de apropriada porção nova que se lhe junta. E, assim, continua até que se faça necessária a substituição total do conteúdo, depois de horas de agradável convívio. Principalmente, quando se alterna com o churrasco afamado, cujo consumo generalizado SAINT-HILAIRE observou, ao aproximar-se da estância do Velho Tórres:

“Nesta zona, não se come outra cousa. Carne assada, carne cozida, carne em guisado, ou cortada em pequenos pedaços; sempre carne, e as mais das vêzes, de vaca ou de boi”. Aliás, ao binário na alimentação em que abusavam os gaúchos dos protéicos e do mate, atribuíu-se a correção dos inconvenientes que poderiam resultar dos excessos de albuminóides nas comidas, pelo uso também excessivo do chimarrão, sugado sem pressa. Bastava boa erva cancheada, água quente, cuia e bombilha, dispensado o açúcar, por desnecessário. Se não houvesse fogo, servia a água fria, para o preparo do “terrê”, que em menor escala seria usado. E tanto servia quando tomado pelos solitários, em viagem, como igualmente em rodas agregativas de amigos. Fator admirável de coesão, preparavam-lhe os galpões o cenário predileto às suas práticas impressionantes. Não sòmente se cultuava, então, em ambiente propício, a tradição, como ainda se exercitava a tendência poética de alguns dos presentes. Enquanto a cuia circulava entre os apreciadores de chimarrão, e raro seria o espectador, que se negasse a participar da rodada, salvo quando houvesse motivo sério de saúde, ou de análoga importância, espertavam-se os mais inspirados para lembrar episódios militares, em que sobressaía o heroísmo da sua gente. Ou temas da vida pastoril, a que se devotavam, em maioria, a ponto de se mostrarem mais azeados a andar a cavalo do que a efetuar as raras, ainda que breves, caminhadas a pé. À vida na estância moldava o tipo inconfundível do gaúcho, de hábitos e gêneros de vida peculiares, em que se incluía, com realce especial, o chimarrão. Como o inglês tradicional, capaz de manter a sua hora de chá, ainda que nas proximidades se enfureça o inimigo como sucedeu na Campanha da África, se não exageraram os noticiaristas, adoece o gaúcho se, por qualquer circunstância, se vê privado do seu mate costumeiro. Não é, porém, sòmente o gôsto de tomá-lo, como alimento recomendável por altas qualidades, que lhe agrada.

Deleita-o, de mais a mais, o convívio amistoso, em tórno da chaleira, mantenedora de água quente. Se lhe é fácil a expressão, em pouco empolgará a as-



Para atender às exigências do consumo, promoveu-se a cultura sistemática das ervaílas, instalando-se mais tarde, nos diversos Estados produtores, fábricas de beneficiamento e empacotamento da erva-mate. E nelas predomina o braço feminino. (Foto I.N.M.).

sistência com as narrativas glorificadas da sua grei. Em caso contrário, limitar-se-á a ouvir as palavras dos mais fecundos, ou os versos singelos dos repentistas, ao som da viola. O lirismo ingênuo rompe em quadrinhas expressivas, de que é exemplo a citada pelo Padre TESCHAUER.

*Dizem que o mate tira
As máguas do coração
Mate sôbre mate tomo
As mágoas nunca se vão.*

Ou então, como filosofia da vida, liberta de maiores aspirações, registradas por R. MARTINS, que também colhera a anterior, do folclore paranaense:

*Peço pouco nesta vida
P'ra minha felicidade,
Uma cabrocha destorcida,
Uma viola bem sentida
Facão, mate e liberdade.*

É o sonho de amor, que conduz a humanidade, exaltado pela música, sem constrangimento de peias opressoras. Para estímulo, bastaria o mate e o facão, arma suficiente para o trabalho da extração da erva, que lhe daria a bebida predileta, além de recursos para a sua manutenção despreocupada.

Inúmeros outros versos, de sabor popular, poderiam ser citado, como prova da influência exercida pelo mate nas expansões sentimentais dos seus habituados.

Mais do que o seu consumo, por bebedores isolados, porém, sobreleva a ação de eficaz agente de sociabilidade, que não somente promove a aproximação entre si até de desconhecidos, como ainda reforça a amizade dos que se deliciam ao "matear" em companhia amistosa, utilizando a mesma cuia e bombilha comum.

Não admira que facilite a reconciliação dos desavinhos por motivos somenos, nem que participe, como fator agremiativo, nos lances mais festivos da vida familiar.

Inspirador de afeições, centenas de noivados deram-lhe não pequeno quinhão de incentivo inicial e intensificação ulterior.

Mais insinuante do que a praticada nas regiões cafeeiras, onde ao visitante não falta a bebida afamada, a hospedagem proporcionada pelo mate adquire feições mais afetuosas.

Acordes com o temperamento reservado dos seus proprietários, as casas acostumadas ao uso do café, servem-no em xícaras individuais, não admitem

maior sem-cerimônia nas aproximações. Ainda que sejam oferecidas a pessoas estranhas, não importa. A água se encarregará, em lavagem ulterior, de apagar quaisquer vestígios nocivos. Com o mate, porém, a bombilha passa de bôca em bôca, evidenciando intimidade.

É como se os participantes da reunião ingressassem na mesma família, confiantes em sua higidez.

O poder associativo da erva supera qualquer receio de contaminação, porventura derivada de semelhante costume, que imprime cunho mais amistoso às relações entre povoadores das regiões habituadas a tal bebida.

O convívio social, facilitado pelo uso em comum do mate, propaga e apura a franqueza e lealdade, cultivadas no ambiente propício dos agrupamentos, em tórno da chaleira de água quente, necessária ao preparo do chimarrão. Ainda quando as dissensões os afastem uns dos outros, não tardam a reconciliar-se, valendo-se dos préstimos pacifistas da bombilha, que opera semelhantemente ao “cachimbo da paz”, usado alhures.

É, assim, o mate, além de sua valia fisiológica, admirável polarizador de estímulos sociológicos, causadores de peculiaridades da vida regional, onde impera o uso do chimarrão, que prescinde da mistura com açúcar para ser devidamente saboreado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AZARA F. *Descripcion y historia del Paraguay y del Rio de la Plata*. Buenos Aires, Ed. Bayel, 1943. (Biblioteca Histórica Colonial).
2. QUEVARA, apud, GAY, JOÃO PEDRO, *História da Republica Jesuíta do Paraguai* 2. ed. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942.
3. TESCHAUER, CARLOS, padre, *A erva-mate na história e na atualidade*. (In *Rev. Inst. Hist. e Geog. do R. G. do Sul*. Pôrto Alegre, 1926. Ano VI, I e II trimestres). ,
4. GAY, JOÃO PEDRO, *ob. cit.*
5. TESCHAUER, CARLOS, *padre. ob. cit.*
6. Id.
7. LEITE, SERAFIM, *padre. História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa e Pôrto, Aurélio, 1938. v. I.
História das Missões Orientais de Uruguai. Rio de Janeiro, Serviço do Patr. Hist. e Art. Nacional, 1943. (Serv. Patr. Hist. e Art. Nacional, n. 9).
8. *Refutação às calúnias* (In *Rev. Inst. Hist. e Geog. Brasileiro*, t. 48).
9. TESCHAUER. *ob. cit.*
10. Id.
11. GAY, *ob. cit.*
12. AZARA, F. *ob. cit.*
13. PEREIRA, JOSÉ VERÍSSIMO DA COSTA. *Ervais e ervateiros*. (In *Rev. Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, Cons. Nac. de Geogr. 1943. Ano X, n. 1).
15. ROMARIZ, DORA DE AMARANTE. *Mapa da vegetação original do Estado do Paraná*. (In *Rev. Bras. de Geogr.* Rio de Janeiro, Cons. Nac. de Geog. s. d. Ano XV, n. 4).
15. OLIVEIRA, EUZÉBIO de. *Geologia e Recursos Minerais do Estado do Paraná*
16. KUHLMANN, EDGAR. *A vegetação de Mato Grosso; seus reflexos na economia do estado*. (In *Rev. Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, Cons. Nac. de Geog. s. d. Ano XVI, n. 1).
17. BELLO, WENCESLAU. *Exploração do mate, contribuição para "O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias"*. v. I. Introdução; Indústria Extrativa. Rio de Janeiro, M. Orosco & Cia., 1907.
18. MARTINS, JOSÉ EURICO DIAS, e outros. *Relatório sobre o planejamento da produção do Estado de Mato Grosso* (inedito).
19. CHAVES, JULIO CESAR. *El Supremo Dictador*. Buenos Aires, 1941.
20. Id.
21. Id.
22. *Manuscrito conservado no Arquivo do Inst. Hist. e Geog. Brasileira.*
23. COUTY, LUIZ. *Le maté et les conserves de viande. Report à son Excellence Monsieur le Ministre de l'Agriculture et du Commerce*. Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1880.

24. FERREIRA FILHO, JOÃO CANDIDO. *Cultura e preparo da erva mate*. Rio de Janeiro, S.I.A., 1945.
25. KUHLMANN, EDGAR. *A vegetação de Mato Grosso. Seus reflexos na economia do Estado*. (In *Rev. Brasileira de Geografia*, ano XVI, n. 1).
26. COUTY, LUIZ, *ob. cit.*
27. AZARA, F. *ob. cit.*
28. COUTY, LUIZ, *ob. cit.*
29. FERREIRA FILHO, JOÃO CANDIDO, *ob. cit.*
30. BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. *Resolução n. 91 do Inst. Nac. do Mate e resolução n. 485 de 25 de outubro de 1955*. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola s. d.
31. TESCHAUER, CARLOS, *padre. ob. cit.*
32. *Id.*
33. BELLO, WENCESLAU. *ob. cit.*
34. BRASIL. DEPARTAMENTO NACIONAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Herca mate, chá brasileiro*. Rio de Janeiro.
35. MARTINS, JOSÉ E. DIAS (*e outros*). *ob. cit.*
36. *Ainda modernamente*, RAFAEL BARRETT descreveu, em côres impressionantes, o regime de penoso trabalho um *Lo Que Son Los Yerbales*.
37. BERNARDES, LYSIA MARIA CAVALCANTE. *Crescimento da população do Estado do Paraná*. (In *Revista Brasileira de Geografia*, ano XIII, n. 2).
38. CORRÊA FILHO VIRGÍLIO. *As raízes de Mato Grosso*. v. III. *Fronteira Meridional*. São Paulo, Seção de obras d'O Estado de São Paulo, 1925.
Monografias Cuiabanas. v. IV. *À sombra dos ervais mato-grossenses*. São Paulo, Ed. São Paulo Ltda., 1925.
40. BRANDÃO JUNIOR. *Planalto do Amambai* (In *A questão do Mate*. Cuiabá, 1912, v. II).
41. KUHLMANN, EDGAR. *ob. cit.*
42. AZARA, F. *ob. cit.*
43. ESCANDON, PEDRO. *Memorial* (In *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 1930, v. LII).
44. FLORIDA, BLANCA. *Memorial* (In CORRÊA FILHO, VIRGÍLIO, *Fronteira Meridional*).
45. ALMEIDA, MARIO MONTEIRO DE. *Episódios Históricos e Formação Geográfica do Brasil*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1951.
46. CORRÊA FILHO, VIRGÍLIO. *À sombra dos ervais mato-grossenses*.
47. *A REPÚBLICA EM MATO GROSSO* (In *Rev. do Inst. Hist. de Mato Grosso*).
48. JOAQUIM MURTINHO, *Ensaio Biográfico*. Rio de Janeiro, Dept. Impr. Nac., 1951.
49. *Os documentos relativos ao assunto foram transcritos nos dois volumes de A Questão do Mate*, Cuiabá, 1912.
50. CORRÊA FILHO, VIRGÍLIO. *À sombra dos ervais mato-grossenses*.
51. AZARA, F. *ob. cit.*
52. ESCANDON, PEDRO. *ob. cit.*
53. GAY, JOÃO PEDRO. *conego. ob. cit.*
54. SAINT-HILAIRE, AUGUSTIN DE. *Viagem à Província de São Paulo, e resumo das viagens ao Brasil, província Cisplatina e missões do Paraguai*. São Paulo, Liv. Martins s. d.
Viagem ao R. G. do Sul (In *Rev. do Inst. Hist. e Geog. do R. G. do Sul*, 1926).

55. REBOUÇAS, ANDRÉ. *Les zones agricoles*. (In *Le Brésil en 1889*).
56. LARANJEIRA, TOMAZ. *Carta de 24 de dezembro de 1879, no Arquivo do Govêrno de Mato Grosso*.
57. MALAN D'ANGROGNE, gal. *A região Sul de Mato Grosso*.
58. MADER, OTHON. *Discurso no Senado Federal a 17 de agosto de 1951*.
59. CORRÊA FILHO, VIRGILIO, (In *À sombra dos ervais mato-grossenses*).
60. BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletim Estatístico*.
61. BELLO, WENCESLAU, *ob. cit.*
62. LOZANO. *História de la conquista del Paraguay, apud TESCHAUER. ob. cit.*
63. SAINT-HILAIRE, A. de. *ob. cit.*

OUTRAS FONTES CONSULTADAS

- BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Trabalhos apresentados ao 2.º Congresso Nacional da Associação Química do Brasil*. Rio de Janeiro, Dept. Imp. Nac., 1944.
- GURGEL, LUIZ. *Primeira contribuição para o estudo do mate*. Rio de Janeiro, Inst. de Química, 1931.
- MARTINS, BENTO GONÇALVES. *O problema econômico do mate*. Rio de Janeiro, S.I.A., 1949.
- OLIVEIRA, CARLOS GOMES DE. *Economia do Mate*. Rio de Janeiro, 1943.
- SOUZA, THEODOMIRO L. DE. *Tecnologia da Erva-mate*. Pôrto Alegre, Secção de Investigação, Informação e Publicidade, 1937. (Bol. n. 56).
- XAVIER, ALVARO. *Cultura da Erva-mate no R. G. do Sul*. Pôrto Alegre, Secção de Informações e Propaganda Agrícola, 1939. (Bol. n. 25).

SUMMARY

Being very rich in alcaloidals, the "erva mate", *Illex Brasiliensis*, *I. Paraguayensis*, *Saint Hilaire*), was one of South American flora precious gifts, offered to the Spanish conquerors, that grew luxuriantly on lands between Paraguay and Uruguay, owned by Guarany people.

It was a wild plant, and its use, as happened to the coca and other plants of same value, the conquerors hurried to learn. As it was considered an ingredient used for enchantments by natives, its extraction was forbidden by several governors, following the example of Hernando Arias de Saavedra, who threw into the fire the first samples he handed.

Anyhow, some people finished by estimating the value of this plant, and disseminated its use, after understanding all profits that could be issued from its culture. Although its use was condemned by some zealous companions of Montoya's temper, other jesuits had a different opinion and forwarded the culture of this plant, obtaining resources for valuable exchanges. They have found out efficient methods for seed germination, which allowed them to promote "erva mate" plantations, and therefore, the gathering of leaves for further operations was free from difficulties.

When banished from South America, the missionaries carried away with them the secrets of their methods of culture. These were already forgotten, when Bonpland, Humbolt's companion in his scientific journeys through Central America and Venezuela, tried to imitate the missionaries work. He settled himself in the neighbourhood of Paraguay eastern frontiers, but had the misfortune of being mistrusted by Francia, governor of the country. In a few days this establishment was destroyed by the Paraguayan police, and Bonpland sent to a distant village in the hinterland, where he remained away from all his companions and friends, who claimed in vain for his liberty.

Not even the interference of cultural societies or mediation of Europeans crowns, were of any worth. Only after nine years of captivity, the French doctor, who became beloved in all the region, was sent free, without being able to promote the "erva mate" plantation he had planed to. Dr. L. Couty's teaching was also unsuccessful, although he acted in a study official mission, by order of the Brazilian Government. And so, the "erva mate" industry, lost its opportunity to become independent from native plantation, and remained for long time confined to the natives ways of working. These primitive plantations, day after day were more and more unprofitable, as consequence of the ill-advised cuts they suffered.

At the present moment, industry of the "erva mate", to be prepared, includes two cycles.

The first one is undertaken by the grower, so that he may obtain the "erva cacheada". This cycle consists of: cutting, burning, drying and hammering.

The first one is undertaken by the grower, so that he may obtain the "erva cancheada". and includes trituration and the reduction to a fine powder of leaves, tender branches, leaf-stalks and peduncles of the plant. Then, after passing through several sieves of different sizes, the various types of "erva mate" are prepared and offered to customers, according to their preferences.

All the production from Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul and Mato Grosso States was consumed at home or sent to Uruguay, Chile and Argentine.

This late mentioned country, which was the most important customer of Brazilian "erva mate", decided to renew the jesuits efforts, and forwarded large plantations, in the territory named "Misiones". Little by little, Argentine became free from former importation. Paraná State was seriously attained by this occurrence, and herefore started to improve its production by means of processes which allowed reduction of the prices, drawing excedent energy to other applications, which yield better profits, as for instance: wood industry and coffee culture.

The "Instituto Nacional do Mate" was created on April 13th, th 1938, to controll the "erva mate" production and industry, avoiding the loss of disjointed efforts.

The 'erva mate' plantations, played an important role in colonization of more then one region of the country and had a marked influence in the economy, policy, administration, customs and folklore of such regions.

In addition to its physiological value, this plant is a "nourischer of respiratory tract, a sparing energy element and a recoverer of strength and not of tissues", so as the dinamorphous thus called by the eminent professor Adoph Gubler.

It can be drunk in a cup just as Indian tea. When prepared as "chimarrão", it is drunk from a kind of bowl, which sometimes is an object of real value on account of the artistic work it presents. The "chimarrão" is a drink known as a sabit of regional life in the State, of South Brazil.

Série
DOCUMENTARIO DA VIDA
RURAL

Publicados:

- 1 — *O engenho de açúcar no Nordeste,*
de Manuel Diégues Júnior.
- 2 — *Fazenda de café em São Paulo,*
de Olavo Baptista Filho.
- 3 — *Fazenda de gado no Vale de São Francisco,*
de José Norberto Macedo.
- 4 — *A estância gaúcha,*
de Dante de Laytano.
- 5 — *O seringal e o seringueiro na Amazônia,*
de Arthur C. Ferreira Reis.
- 6 — *O Vale do Itajaí,*
de Zedar Perfeito da Silva.
- 7 — *Fazenda de cacau na Bahia,*
de Clóvis Caldeira.
- 8 — *Garimpos da Bahia,*
de Herberto Sales.
- 9 — *Tradições populares da pecuária nordestina,*
de Luís da Câmara Cascudo.
- 10 — *Fazendas de gado no pantanal mato-grossense,*
de Virgílio Corrêa Filho.
- 11 — *Jangadeiros,*
de Luís da Câmara Cascudo.
- 12 — *Ervais do Brasil e ervateiros,*
de Virgílio Corrêa Filho.

• • •

Em preparo:

Engenhos de rapadura do Cariri,
de José Figueiredo Filho.
Lavoura Catçara,
de Carlos Borges Schmidt.
Salinas Fluminenses,
de Ziede Moreira.
Vitnas e vinhos do Brasil,
de Childerico Bevilaqua.

